

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Área de concentração em
Arqueologia



Dissertação

**A cerâmica Jê Meridional: mudanças e permanências do fazer cerâmico do
sítio Bonin, Urubici, Santa Catarina**

Ana Carolina Sprenger

Pelotas, 2023

Ana Carolina Sprenger

**A cerâmica Jê Meridional: mudanças e permanências no fazer cerâmico do
sítio Bonin, Urubici, Santa Catarina**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia – área de concentração em Arqueologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Loredana Ribeiro

Coorientador: Rafael Corteletti

Pelotas, 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S768c Sprenger, Ana Carolina

A cerâmica jê meridional : mudanças e permanências do fazer cerâmico do Sítio Bonin, Urubici, Santa Catarina / Ana Carolina Sprenger ; Loredana Ribeiro, orientadora ; Rafael Corteletti, coorientador. — Pelotas, 2023.

176 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Cerâmica indígena. 2. Jê meridional. 3. Mudança tecnológica. 4. Permanência tecnológica. I. Ribeiro, Loredana, orient. II. Corteletti, Rafael, coorient. III. Título.

CDD : 930.1

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

BANCA EXAMINADORA

Data de aprovação: 30 de agosto de 2023.

Prof^a Dr^a Loredana Ribeiro (PPGANT- UFPEL)

Doutorado em Arqueologia (USP)

Prof^o Dr^o Rafael Corteletti (PPGANT - UFPEL)

Doutorado em Arqueologia (MAE-USP)

Prof^a Dr^a Camila Jácome (UFOPA)

Doutorado em Arqueologia (MAE-USP)

Prof^a Dr^a Juliana Salles Machado Bueno (UFSC)

Doutorado em Antropologia Social (Museu Nacional -UFRJ)

Prof^a Dr^a Caroline Borges (PPGANT-UFPEL)

Doutorado em Arqueologia (Muséum National d'Histoire Naturelle)

Agradecimentos

Muitos dizem que a trajetória de pesquisa é solitária, o que de fato as vezes é. Entretanto, seria ingrato da minha parte dizer que foi solitário esses anos, já que amigos, amigas e familiares estiveram comigo durante todo esse tempo.

Agradeço à orientadora prof^a Loredana Ribeiro, por topar fazer parte dessa pesquisa, pelas leituras atentas aos meus textos pelas inúmeras contribuições e ideias.

Agradeço ao coorientador prof^o Rafael Corteletti, por sempre estar disposto a me ouvir, acompanhar minhas ideias, ler e contribuir com meus textos.

Agradeço o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) que foi fundamental para a concretização dessa pesquisa.

Agradeço as amigas e amigos que fizeram parte dessa caminhada, ouviram meus inúmeros desabafos e frustrações, sempre dispostas/os a me acompanhar em uma cervejinha pra desestressar ou comemorar a finalização de trabalhos e conquistas.

Dois agradecimentos especiais para as minhas amigas e irmãs: Tamara Oliveira e Juliany Cavalcante. Vocês são especiais demais. Sinto falta de vocês presencialmente em minha vida todos os dias. Obrigada por tanto.

Ao Ítalo Marques que me acompanhou todos os dias durante o desafio que foi escrever esse trabalho e que tornou todos esses dias mais agradáveis. Obrigada por tornar tudo mais leve e fácil de se viver.

Por fim, agradeço a minha família, ao meu pai Teodosio e meu irmão Anderson por apoiarem e incentivarem os meus estudos. E por fim, agradeço a minha mãe e amiga Ivonete, que sempre esteve comigo e sempre me apoiou. Por conta de você mãe, que estou onde estou. Espero que um dia eu consiga realizar seus sonhos, assim como você sempre me ajudou a realizar os meus.

Resumo

SPRENGER, Ana Carolina. A cerâmica Jê Meridional: mudanças e permanências no fazer cerâmico do sítio Bonin, Urubici, Santa Catarina. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia – Área de Concentração em Arqueologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

Este trabalho visa ampliar as análises e discussões sobre a cerâmica Jê Meridional, problematizando-a a partir de indagações acerca de eventuais mudanças e permanências sociotécnicas na produção cerâmica a partir de dois horizontes ocupacionais, datados em 650 anos e 350 anos A.P. A pesquisa se debruça sobre o sítio Bonin (Urubici, Santa Catarina), no qual foram identificadas 30 estruturas semi-subterrâneas divididas em dois aglomerados espacialmente opostos, um a noroeste e outro a sudoeste no sítio. A coleção cerâmica aqui estudada, exumada em intervenções arqueológicas realizadas em 2011, 2016 e 2017 corresponde a cerca de 2400 fragmentos. As discussões sobre a coleção tiveram por base um estudo quanti-qualitativo. Para tanto uma amostra de 750 fragmentos foi selecionada. A análise qualitativa resultou na identificação e análise de 78 potes cerâmicos do sítio Bonin. A análise comparativa entre os dois horizontes ocupacionais evidenciou uma permanência na receita de pasta e mudanças com o aumento da quantidade e variedade de formas para o horizonte mais recente. Esse último aspecto reforça argumentos de aumento populacional no sítio Bonin, podendo ser resultado do avanço de frentes coloniais que já estariam no litoral empurrando indígenas para o interior do estado, colocando o sítio Bonin como um local de resistência na história dessas populações. As interpretações e hipóteses aqui levantadas a partir de dados etnográficos e arqueológicos são contribuições à história de longa duração dos povos Jê Meridionais.

Palavras chaves: Cerâmica indígena; Jê Meridional; Mudança tecnológica; Permanência tecnológica.

Abstract

This work aims to expand the analyzes and discussions on Meridional Jê ceramics, problematizing it from inquiries about possible changes and sociotechnical permanence in ceramic production from two occupational horizons, dated at 650 years and 350 years BP. The research focuses on the Bonin site (Urubici, Santa Catarina), where 30 semi-underground structures were identified, divided into two spatially opposed clusters, one to the northwest and the other to the southwest of the site. The ceramic collection studied here, exhumed in archaeological interventions carried out in 2011, 2016 and 2017 corresponds to about 2400 fragments. The discussions about the collection was based on a quantitative and qualitative study. For that, a sample of 750 fragments was selected. The qualitative analysis resulted in the identification and analysis of 78 ceramic pots from the Bonin site. The comparative analysis between the two occupational horizons showed a permanence in the pulp recipe and changes with the increase in the quantity and variety of forms for the most recent horizon. This last aspect reinforces arguments of population increase in the Bonin site, which could be the result of the advance of colonial fronts that would already be on the coast pushing indigenous people to the interior of the state, placing the Bonin site as a place of resistance in history of these populations. The interpretations and hypotheses raised here from ethnographic and archaeological data are contributions to the long-term history of the Southern Jê societies.

Keywords: indigenous ceramics; Southern Je; technological change.

Lista de Figuras

Figura 1. Mapa com a localização original dos povos Jê Meridionais. Fonte: Marcelo JOKELSKY, 2010.	24
Figura 2. Cerâmica Laklãnõ/Xokleng. Fonte: Silvio SANTOS, P. 213, 1973.	27
Figura 3. Forma cerâmicas dos Kaingang do Rio Grande do Sul. Fonte: Antonio SERRANO, p.46, 1936.	27
Figura 4. Desenhos das formas cerâmicas identificadas. (A) Forma de vaso com colar (<i>kokrõ</i>); (B) Forma de tigelas (<i>pèt kyx</i>) e garrafas (<i>moñ ti'</i>); (C) Formas de travessas ou tigelas rasas (<i>pêto ro' ou kôn n' y r y</i>). Fonte: Tom MILLER, p. 49, 50 e 51, 1978.	30
Figura 5. Cesto associado a metade <i>Kamé</i> . Fonte: Juliana OLIVEIRA & Marcos ROBERTO, p. 17, 2015.	32
Figura 6. Cesto associado a metade <i>Kainhru</i> . Fonte: Juliana OLIVEIRA & Marcos ROBERTO, p. 18, 2015.	32
Figura 7. Composições das seções das metades Kaingang e seus respectivos traços e/ou pintura correspondente. Fonte: Veiga, p.84, 2000a.	37
Figura 8. Rotas da expansão Jê no sul do Brasil. Fonte: Francisco NOELLI & Jonas DEZOUZA, p.69, 2017	48
Figura 9. Mapa com os sítios arqueológicos Jê Meridionais. Fonte: Fabiola SILVA & Francisco NOELLI, 2017.	54
Figura 10. Mapa com a distribuição dos sítios com interação Tupi-Guarani e Jê Meridionais e sítios monumentais Jê. Fonte: DE SOUZA et al. p. 204, 2016a.	58
Figura 11. Exemplo de formas de cerâmicas encontradas no estado do Paraná, associadas a Tradição Itararé. Fonte: Igor CHMYZ, 1968.	61
Figura 12. Exemplo de formas de cerâmicas encontradas no estado do Paraná, associadas a Tradição Casa de Pedra. Fonte: Igor CHMYZ, 1968.	62
Figura 13. Modelos de formas por conjuntos. Fonte: Jefferson NUNES & Pedro SCHMITZ, p. 11, 2017.	65

Figura 14. Conjuntos de vasilhas de Barra Grande. Fonte: João SALDANHA, 2005. Modificado por Ana C. Sprenger, 2022.	67
Figura 15. Variação dos 3 estilos associados aos povos Jê Meridional. Fonte: Jonas DE SOUZA, 2011.	68
Figura 16. Localização dos sítios dos conjuntos analisados e distribuição dos estilos associado a datações. Fonte: Jonas DE SOUZA, 2011.	70
Figura 17. Variabilidade de formas encontradas no sítio rio Platê I. Fonte: Francisco GONZAGA, 2022.	71
Figura 18. Mapa de Localização sítio Bonin. Elaborado por Ana Carolina Sprenger. 2023.	73
Figura 19. Mapa topográfico do sítio Bonin. Mapa laborado por Ana Carolina Sprenger, 2022.	75
Figura 20. Perfil da área escavada no ano de 2011. Fonte: Rafael CORTELETTI, 2012.	76
Figura 21. Separação dos setores para a coleta de material arqueológico da EC1. Fonte: Rafael CORTELETTI, 2012.	77
Figura 22. Concavidade e circularidade que constituem a EC1. Fonte: Rafael CORTELETTI, 2012.	78
Figura 23. Perfil leste-sul EC2, Corte M10,5-11,5. Fonte: Rafael CORTELETTI, 2012.	80
Figura 24. Projeções de potes encontrados nas escavações do sítio Bonin. Fonte: Rafael CORTELETTI, 2012.	81
Figura 25. Unidades abertas na Estrutura semi subterrânea 15. Foto: Rafael Corteletti, 2016.	83
Figura 26. Área central da Estrutura 15 após coleta de material. Foto: Rafael Corteletti, 2016.	84
Figura 27. Início da segunda estrutura de combustão evidenciada na Estrutura semi subterrânea 12. Foto: Rafael Corteletti, 2016.	85
Figura 28. Perfil da Estrutura 12. Fonte: Manoella Soares, p. 96, 2019.	86

Figura 29. Quadrícula 93/124, nível 0-10. Foto: Rafael Corteletti, 2016.	87
Figura 30. Quadrículas da trincheira aberta na Estrutura semi subterrânea 22. Foto: Rafael Corteletti, 2016. Adaptado por Ana Carolina Sprenger.	88
Figura 31. Rochas dispostas em formato circular. Quadrícula A e B. Foto: Rafael Corteletti, 2016.	89
Figura 32. Substrato rochoso e perfil da unidade A. Foto: Rafael Corteletti, 2016. ..	89
Figura 33. Rochas alinhadas em formato circular na quadrícula B. Foto: Rafael Corteletti, 2016.	89
Figura 34. Solo escuro com consistência pastosa, grande quantidade de carvão e cerâmica na Unidade C. Foto: Rafael Corteletti, 2016.	89
Figura 35. Quadrícula externa Q01, nível 0-10. Foto: Rafael Corteletti, 2016.	91
Figura 36. Artefato lítico encontrado na quadrícula externa Q01. Fonte: Manoella Soares, 2019.	91
Figura 37. Polimento com aspecto brilhoso na superfície da peça próximo a base, vai se tornando fosco na medida em que se aproxima da borda, grupo 2. Foto: Ana Sprenger.	101
Figura 38. Pote G8 com esfumamento sem brilho na superfície externa. Foto: Ana Sprenger.	103
Figura 39. Pote G3 com esfumamento e brilho metálico na superfície externa. Foto: Ana Sprenger.	103
Figura 40. Fragmentos com decoração plástica encontrados no sítio Bonin. Fonte: Ana SPRENGER, 2020.	105
Figura 41. Áreas escavadas em vermelho associadas ao grupo 1. Mapa elaborado por: Ana Sprenger, 2023.	109
Figura 42. Cerâmicas que compõe o Grupo 1. Foto: Ana Sprenger.	110
Figura 43. Potes com Forma 1, grupo 1. Elaboração: Ana Sprenger, 2022.	111
Figura 44. Pote N com tratamento de superfície brunido, grupo 1. Foto: Ana Sprenger.	112
Figura 45. Marcas de desgaste interno, Pote N, grupo 1. Foto: Ana Sprenger.	113

Figura 46. Marca ocasionada pelo contato com o fogo na superfície externa do pote N, grupo 1. Foto: Ana Sprenger.....	113
Figura 47. Potes associados a Forma 2 e suas variações, grupo 1. Elaboração: Ana Sprenger, 2023.....	113
Figura 48. Vestígios de queima encontrado no pote A (Forma 2), completa (1) – sem a presença de núcleo, com cor uniforme, que pode variar do laranja ao amarelo. Foto: Ana Sprenger.	114
Figura 49. Pote M (Forma 2), com possui manchas circulares ocasionadas por oxidação do fogo, grupo 1. Foto: Ana Sprenger.	115
Figura 50. Pote Z8 (Forma 2B), com borda extrovertida e reforço externo, grupo 1. Foto: Ana Sprenger.	116
Figura 51. Pote Z9 (Forma 2D), com borda extrovertida, grupo 1. Foto: Ana Sprenger.	116
Figura 52. Pote K (Forma 2A), grupo 1. Foto: Ana Sprenger.....	118
Figura 53. Padrão decorativo do pote K, inciso zigue-zague com ponto nas linhas superiores, grupo 1. Foto: Ana Sprenger.	119
Figura 54. Exemplo de marca misturada (<i>ra iãnhíá</i>). Fonte: Sérgio SILVA, p.197, 2001.	120
Figura 55. Potes associados a Forma 3, formas abertas, grupo 1. Elaboração: Ana Sprenger, 2022.....	120
Figura 56. Pote S (Forma 3), grupo 1. Foto: Ana Sprenger.	121
Figura 57. Pote Q (Forma 3) com esfumamento na superfície externa e alisamento interno, grupo 1. Foto: Ana Sprenger.	122
Figura 58. Áreas de escavação em verde associadas ao grupo 2. Elaboração: Ana Sprenger, 2023.....	125
Figura 59. Coleção cerâmica do grupo 2. Foto: Ana Sprenger.	126
Figura 60. Pote identificado para a Forma 1, grupo 2. Elaboração: Ana Sprenger, 2022.	127
Figura 61. Borda do pote D5, Forma 1, Grupo 2. Foto: Ana Sprenger.	128

Figura 62. Variações de formas que apresentam cintura dentro do Grupo 2. Elaboração Ana Sprenger, 2023.	129
Figura 63. Pote H1, grupo 2. Foto: Ana Sprenger.	130
Figura 64. Fragmentos que compõe o Pote G1, grupo 2. Foto: Ana Sprenger.	131
Figura 65. Remontagem realizada do Pote G1. Fonte: Ana Carolina SPRENGER, 2020.	131
Figura 66. Pote G8 com característica de esfumaçamento fosco na superfície externa, grupo 2. Foto e elaboração: Ana Sprenger, 2022.	132
Figura 67. Pote G6 com superfície escurecida com brunidura e decoração plástica, Grupo 2. Foto: Ana Sprenger, 2022.	133
Figura 68. Pote I2, grupo 2. Borda com fuligem na superfície externa. Foto: Ana Sprenger.	134
Figura 69. Vasilha H2 com grafismo plástico e borda extrovertida com reforço externo do lábio, grupo 2. Foto: Ana Sprenger.	135
Figura 70. Vasilha J1 com grafismo plástico e borda extrovertida com reforço externo do lábio, grupo 2. Foto: Ana Sprenger, 2022.	135
Figura 71. A esquerda o pote D7 com presença de quartzo na sua pasta. A direita pote D6 com baixa proporção de carga. Foto: Ana Sprenger, 2022.	136
Figura 72. Pote I3, grupo 2, superfície externa. Foto: Ana Sprenger, 2022.	137
Figura 73. Pote I3, grupo 2, superfície interna. Foto: Ana Sprenger, 2022.	137
Figura 74. Formas associadas a potes abertos do Grupo 2. Elaboração: Ana Sprenger, 2023.	138
Figura 75. Pote K4, lado externo e lado interno. Observa-se a irregularidade no tratamento de superfície. Grupo 2. Foto: Ana Sprenger, 2022.	139
Figura 76. Potes com o mesmo formato, mas com pastas distintas, grupo 2. Foto: Ana Sprenger, 2022.	140
Figura 77. Pote G14, Forma 3ª, grupo 2. Foto: Ana Sprenger, 2022.	141
Figura 78. Detalhes da pasta do pote K3, Forma 3A, grupo 2. Foto: Ana Sprenger, 2022.	141

Figura 79. Pote C1, contorno de forma 3B. Foto: Ana Sprenger, 2023.	142
Figura 80. Padrão de quebra encontrado em bordas do sítio Bonin, grupo 2. Foto: Ana Sprenger.	143
Figura 81. Detalhes da marca de cicatriz na borda. Foto: Ana Sprenger.	143
Figura 82. Batida na borda após mexer o conteúdo. Fonte: Vladimir DANTAS, p.66, 2005.	144
Figura 83. Variações de formas entre os grupos. Elaboração: Ana Sprenger, 2023.	151
Figura 84. Comparativo entre formas do sítio Bonin e formas desenhadas por Tom Miller (1978).	152
Figura 85. Forma com decoração plástica e lábio com reforço externo identificada por Jonas DE SOUZA para o sítio Baggio 1, Campo Belo do Sul/SC (Jonas SOUZA, p.237 e p.239, 2017)	153
Figura 86. Forma de vasilhame cerâmico encontrado no sítio arqueológico Ribeirão Potreiro, Guaratuba (PR). Fonte: Claudia Parellada, p. 105, 2008.	155
Figura 87. Vasilhame cerâmico encontrado em Caxias do Sul (RS). Fonte: Rafael Corteletti, p.118, 2006.	155
Figura 88. Formas Tupi-Guarani encontradas no sítio RS-NA-03. Fonte: Silvia COPÉ, p. 288, 2006.	156

Lista de Gráfico

Gráfico 1. Quantidade de fragmentos em relação a técnica de manufatura.	98
Gráfico 2. Tipos de núcleos fragmentos sítio Bonin. Onde: 1. Oxidação completa - Seção transversal sem presença de núcleos, com cor uniforme variando do laranja tijolo ao amarelo. 2. Oxidação completa - Seção transversal sem presença de núcleos, com cor uniforme variando do cinza claro ao pardo. 3. Oxidação Incompleta - Seção transversal com presença de núcleo central escuro e uma camada interna e externa clara (sanduíche). 5. Oxidação Incompleta - Seção transversal com uma camada clara na parte externa e uma camada escura na parte interna. 7. Oxidação incompleta - Seção transversal com presença de núcleo central espesso e camadas claras e finas externas.	99
Gráfico 3. Quantidade de fragmentos por técnica de alisamento.	100
Gráfico 4. Motivos plásticos classificados para as cerâmicas decoradas do sítio Bonin. Fonte: Ana Carolina SPRENGER, 2020.	104

Lista de quadro

Quadro 1. Datações obtidas Grupo 1.....	108
Quadro 2. Datações obtidas para o Grupo 2.	124

Sumário

Introdução	17
Capítulo 1 – Os povos Jê Meridionais na literatura etnográfica	22
1.1 A cerâmica na etnografia	25
1.2 A dualidade entre os povos jê meridionais	34
1.3 As invasões de suas terras.....	43
Capítulo 2 – As evidências arqueológicas, as interpretações e modelos de assentamento – um panorama geral	47
2.1 A cerâmica Jê Meridional na literatura arqueológica.....	59
2.2 O sítio Bonin	72
2.2.1 Escavações arqueológicas – Estruturas 4 e 5	76
2.2.2 Escavações arqueológicas – Estruturas 12, 15, 21, 22 e quadriculas externas	82
Capítulo 3 – A análise cerâmica do sítio Bonin	95
3.1 Aspectos gerais da coleção.....	96
3.2 Conjuntos cerâmicos.....	106
3.3 Grupo 1	107
3.3.1 Formas fechadas – Grupo 1.....	111
3.3.2 Forma aberta – Grupo 1.....	120
3.4 Conjuntos Grupo 2.....	122
3.4.1 Formas fechadas – Grupo 2.....	127
3.4.2 Formas abertas – Grupo 2	137
Capítulo 4 – Mudanças e permanências do fazer cerâmico no sítio Bonin	146
Referências	161
Anexo I	174

Introdução

Posso dizer que essa pesquisa começou antes mesmo da minha graduação, lá no início de 2016, quando participei de um sítio escola que estava sendo realizado no sítio Bonin. A partir desse momento, conheci pessoas que me levaram até onde estou agora. Depois de retornar em 2017 de uma nova escavação realizada no sítio Bonin, passei a desenvolver uma pesquisa de Iniciação Científica junto com Rafael Corteletti, na qual me debrucei sobre as análises de cerca de 1700 cacos cerâmicos coletados nesses dois momentos.

A Iniciação Científica resultou em meu Trabalho de Conclusão de Curso em 2020. Devido a pandemia de Covid-19, que chegou ainda no começo daquele ano no Brasil, não consegui concretizar algumas questões para o meu TCC, deixando em aberto, dentre outras potencialidades, a sequência dessa pesquisa para um projeto de mestrado.

Durante toda essa trajetória, aspectos sobre a história dos povos indígenas, no caso em questão, sobre os povos Jê Meridionais, aspectos sociais, cosmológicos e históricos sempre estiveram no meu pensamento, direcionaram o meu olhar e construíram novas hipóteses. Nesse sentido percebi a importância de trazer esses conhecimentos para a construção dessa pesquisa e estabelecer uma relação entre o passado e o presente.

Por meio da Arqueologia é possível estabelecer essa relação, entre o passado e o presente, rompendo com dicotomias temporais estabelecidas pelo pensamento moderno e ocidentalizado. Fazer Arqueologia é fazer história indígena (Eduardo NEVES, 1999), é relacionar ocupações pretéritas, dinâmicas culturais, objetos diversos, transformações paisagísticas, dentre outros vestígios materiais e imateriais, às populações indígenas que vivem e resistem por todo o Brasil – e mundo.

História indígena de longa duração é um conceito utilizado desde, pelo menos, o final dos anos 90 na Arqueologia brasileira, onde autores e autoras passaram a evidenciar a relevância de se valer dos encontros de diferentes disciplinas para a construção das trajetórias históricas e culturais dos povos indígenas (Eduardo NEVES, 1999; Francisco NOELLI, 1999; Ângelo CORRÊA, 2013; Fabiola SILVA e

Francisco NOELLI, 2016). Assim a Arqueologia é capaz de alcançar processos longos, identificar continuidades e mudanças, além de permitir uma relação entre cultura material, língua e etnicidade, possibilitando perceber os povos indígenas de maneira mais fluida e culturalmente dinâmica (Ângelo CORRÊA, 2013).

Nesse sentido também é possível perceber ações que negam o acesso aos povos originários aos seus próprios territórios e consequentemente, negam maneiras de manter as suas organizações, tradições, ritos e etc. não se encaixam nessa lógica, já que as narrativas indígenas e as evidências arqueológicas ratificam que essas populações estão no território nacional muito antes de 1500, persistindo e resistindo. Ações como o Marco Temporal que estabelece que somente poderão ser demarcadas terras que eram ocupadas por povos indígenas em 05 de outubro de 1988, trazem a luz essas ações etnocidas. Para Moni Terena seria um extermínio indígena, pois sem terras suficientes e protegidas, os povos originários estariam sem meios de sobrevivência e à mercê de ameaças externas¹.

Entretanto, essas ações não são recentes e nem são características exclusivas do tempo em que vivemos, mas sim consequências de ações, políticas e pensamentos hegemônicos, que vem se perpetuando há pelo menos 523 anos no Brasil. Contextualizar esse momento é de fundamental importância para ressaltar os processos históricos vividos pelas populações indígenas, em especial os Kaingang e Laklãnõ/Xokleng, buscando apresentar as influências do encontro dessas culturas na vida das populações ameríndias. Mudanças na organização social, na cultura material, na dieta alimentar e na demografia indígena ocorreram forçadamente através dessas interações, não sendo diferente com os Jê Meridionais. É necessário ressaltar, todavia, que apesar das mudanças forçadas ocorridas por consequências dos processos colonizatórios, sabe-se que as mudanças culturais são parte da dinamicidade da cultura humana, como aponta a pesquisadora indígena Laklãnõ/Xokleng Alair Pripra (2015), são “*as mudanças que ocorreram no decorrer do tempo, também como as transformações naturais e as que foram impostas ao povo Laklãnõ/Xokleng*” (p.48). Entender esse processo é entender a dinâmica dessas

¹ Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw5ge2zd791o>

populações, o que torna possível pensar as relações encontradas nos sítios arqueológicos e na materialidade, em especial, na cerâmica.

A análise cerâmica aqui proposta busca aproximar a materialidade dos processos culturais e históricos referente aos povos Jê Meridionais. O objetivo principal dessa pesquisa é investigar as mudanças e permanências do fazer cerâmico do sítio Bonin, localizado em Urubici-SC, levando em consideração os dois horizontes ocupacionais datados no sítio, o primeiro datado em aproximadamente 650 anos e o segundo datado em 350 anos.

A atribuição dos vasilhames aos horizontes ocupacionais do sítio foi fundamental para observar essas mudanças e permanências, o que potencializou não só o estudo da coleção, mas também colaborou para a história de longa duração dos povos Jê Meridionais.

Da coleção total resultante de três campanhas de escavação realizadas em 2011 e analisadas por Rafael Corteletti (2012), 2016 e 2017 analisadas por mim (Ana SPRENGER, 2020) – totalizando aproximadamente 2400 fragmentos – separei uma amostra de 750 fragmentos para a realização desse projeto.

Dessa forma, reorganizei a ficha de análise utilizada no meu TCC para se adequar melhor as cerâmicas estudadas, reduzi categoriais que não estão presentes no material (como pinturas, engobo, decoração plástica interna e etc.), acrescentei novas categorias, principalmente em relação ao tratamento de superfície. Essa ficha pode ser visualizada no Anexo I. Sendo assim, analisei a carga, tamanho dos grãos, frequência dos grãos, técnica de manufatura, queima, tratamento de superfície e instrumento utilizado de toda a amostra selecionada. Para tanto utilizei de trabalhos como os de Anna Shepard (1971), Prudence Rice (1987), Igor Chmyz (1976), Fernando La Salvia e José Brochado (1989), Tom Miller (1978), José Brochado e Gislene Monticelli (1994), Fabiana Silva (1999) e Lilian Panachuk (2021) que me ajudaram a estabelecer, entender os conceitos e guiar a análise.

Para a separação dos conjuntos utilizei como base a definição de Juliana Machado (2005). O método de análise qualitativa, segundo a autora, é estabelecido através do agrupamento de conjuntos, onde estes serão descritos com o intuito de

identificar o que lhes dá unidade. Esses conjuntos serão separados a partir de padrões de semelhança entre os fragmentos. O objetivo dessa análise é propor conjuntos hipotéticos, que contraponham os resultados da análise quantitativa. A análise qualitativa possibilita observar esses materiais sob uma perspectiva de conjuntos cerâmicos, sendo possível um alcance maior para o contexto do sítio, aumentando o potencial interpretativo da coleção e a quantidade de potes identificados.

A identificação de potes ocorreu a partir da análise das bordas, verificando o diâmetro e inclinação de cada fragmento. Além disso, foram observados elementos técnicos – como queima, tratamento de superfície, marcas de uso, tipo da pasta – e outras classes de fragmentos – como parede e base – que foram sendo agrupadas aos respectivos conjuntos identificados. Essa análise resultou na identificação de 48 novos vasilhames, cada um atribuído a um dos dois horizontes ocupacionais mencionados.

O Capítulo 1 deste trabalho será dedicado a realizar uma apresentação etnográfica dos povos Jê Meridionais: quem são, a sua organização sociocultural, a cerâmica por eles produzida em um contexto etnográfico e as interações com os invasores de suas terras, os brancos.

Já o Capítulo 2 irá contextualizar os povos Jê Meridionais a partir da arqueologia, apresentando as evidências arqueológicas desses grupos, as datações, modelos ocupacionais e a interpretação arqueológica sobre a disputa territorial no estado de Santa Catarina com os povos Guaraní. Posteriormente, o capítulo girará entorno da materialidade, em especial da cerâmica. O intuito é realizar um levantamento bibliográfico sobre as pesquisas arqueológicas sobre a cerâmica Jê e realizar uma discussão focada nas variações de formas e os modelos estabelecidos. Assim, a partir das escavações arqueológicas e análises previamente realizadas, apresentarei a história de longa duração desses povos, a inclusão do sítio Bonin nessa discussão, sua inserção na paisagem, a topografia e hipóteses de distribuição das estruturas semi-subterrâneas na área do sítio.

No Capítulo 3 serão apresentados os resultados das análises quantitativas da cerâmica Jê recuperada nas escavações do sítio Bonin. Em um primeiro momento, será exposta a coleção cerâmica total do sítio, um breve apanhado

da pesquisa por mim realizada anteriormente e os novos resultados alcançados. Posterior à apresentação geral da coleção, apresentei a amostra selecionada e os dois horizontes ocupacionais do sítio. A partir disso, descrevi a análise qualitativa que foi desenvolvida a partir das formas identificadas para a coleção, trazendo os atributos tecnológicos dos potes, comparações entre os grupos e características que se destacaram durante a análise.

Por fim, no Capítulo 4 me debrucei sobre as mudanças e permanências do fazer cerâmico do sítio Bonin que foram evidenciadas pelas análises realizadas. Apresentei as hipóteses levantadas durante essa pesquisa, as discussões realizadas e busquei inserir os meus resultados em uma discussão mais ampla sobre a cerâmica Jê Meridional no sul do Brasil.

Capítulo 1 – Os povos Jê Meridionais na literatura etnográfica

A literatura etnográfica traz diversos elementos da vida dos povos indígenas de todo o Brasil. No caso das populações Jê Meridionais, há uma variedade imensa de publicações que trata dos aspectos sociais e cosmológicos das pessoas que viveram e vivem nessa região.

Esse capítulo irá apresentar uma contextualização etnográfica dos povos Jê que habitam e habitaram a região Sul do Brasil. Primeiramente serão apresentados a cerâmica a partir da etnografia, seguidos pela organização socio-cultural e posteriormente as interações e atritos ocorridos com os invasores de suas terras.

...

Os povos Jê Meridionais são constituídos atualmente pelas populações Kaingang e Laklãnõ/Xokleng. Essas denominações definem ao mesmo tempo o povo indígena e a língua falada. Kaingang – Guayanás ou Coroados em fontes etnohistóricas – significa “*povo do mato*” ou “*povo da floresta*” (Jaciane FIDELIS, 2020).

Já o termo Laklãnõ é a denominação de um dos três subgrupos em que o povo era dividido. Durante a colonização do sul do Brasil, muitos indígenas foram mortos e dentre os sobreviventes dos três grupos, o maior número de pessoas era do subgrupo Laklãnõ (Walderes PRIPRÁ, 2021). Segundo o pesquisador indígena Laklãnõ/Xokleng Nanblá Gakran (2015), Xokleng – termo utilizado pelos brancos para se referir ao povo durante um longo período, também foram denominados como bugres, botocudos – é demarcador do olhar colonizador e não é reconhecido pela própria comunidade. Em um processo de retomada de suas histórias e origens o termo Laklãnõ, que significa “*povo que vive onde nasce o sol*” ou “*gente do sol*” ou ainda “*povo ligeiro*”, vem ganhando força dentro da comunidade através de retomada da língua e outros elementos culturais.

Dos povos Jê Meridionais o povo Kaingang é o mais populoso, com cerca de 45 mil pessoas vivendo em cerca de 80 Terras Indígenas (TI) desde São

Paulo até o norte do Rio Grande do Sul (Nanblá GAKRAN, 2015; Diego SEVERO, 2020). Já o povo Laklãnõ/Xokleng, são cerca de 2.800 pessoas que atualmente vivem no Estado de Santa Catarina, onde se encontram as duas Terras Indígenas Laklãnõ/Xokleng, a TI Ibirama e a TI Rio dos Pardos (Nanblá GAKRAN, 2015; Walderes PRIPRÁ, 2021). A Terra Indígena mais próxima do sítio Bonin é a TI Ibirama, localizada cerca de 130 km do sítio.

Nos últimos anos tem havido uma crescente produção de trabalhos científicos escritos por pesquisadores e pesquisadoras indígenas que evidenciam não apenas as atrocidades vividas a partir do processo colonizatório de invasão de suas terras, mas também a luta, força e resistência das populações indígenas diante desse processo (Carli POPÓ, 2015; Alair PATTÉ, 2015; Jaciane FIDELES, 2020; Osiel PATE, 2020). Trabalhos que vem aumentando gradativamente com o passar dos anos, fazendo com que a história dos povos Jê seja contatada por e através deles mesmos.

Os povos Jê foram evidenciados no mundo acadêmico e internacional a partir do etnólogo alemão Curt Nimuendajú. São povos que ocupam a região do Brasil Central, Setentrional e Meridional. A composição da organização social é dada a partir de sistema dualistas, classes de idades, regras de casamento e materialização dessas organizações no plano da aldeia (Diego SEVERO, 2020).

Os habitantes do Sul pertencem a família Jê Meridional, do tronco linguístico Macro-Jê. Os povos pertencentes a família Jê Meridional são os Kimdá e Ingain – que habitavam o extremo oeste do Brasil Meridional, no estado do Paraná, o extremo sul do Mato Grosso do Sul e parte da Argentina e Paraguai – o povo Kaingang – que ocupa áreas que atualmente são os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – e os Laklãnõ/Xokleng – ocupavam áreas dos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, como mostra a Figura 1 (Marcelo JOKESLKY, 2010; Nanblá GAKRAN, 2015). Apesar dessa área estabelecida, não se pode pensar que essas populações tinham um território limitado, nem que eram um único grupo local, sendo o fluxo dessas populações interrompido pela chegada dos invasores europeus (Silvio SANTOS, 1973).

A semelhança entre as línguas Kaingang e Laklãnõ/Xokleng provocou diversas discussões sobre a similaridade cultural entre esses povos. Segundo a pesquisadora indígena Kaingang Jaciane Fidelis (2020) esses dois povos tiveram uma origem comum e em algum momento se separaram e se diferenciaram, sendo isso refletido em suas línguas que são muito parecidas.

Segundo Marcelo Jokelsky (2010), em comparação entre as línguas Kaingang e Laklãnõ/Xokleng através de seus sistemas fonológicos e de seus léxicos, constata que a semelhança entre elas é maior que a existente entre o Português e o Espanhol, apontando para uma separação linguística ocorrida a menos de 1000 anos antes do presente.

Discussões acerca da semelhança não só linguística como também cultural entre essas populações vem sendo debatidas e constatadas por pesquisadores e pesquisadoras. Para Silvio Santos (1973) há evidente diferenciação entre as culturas Kaingang e Laklãnõ/Xokleng, principalmente em relação a organização social, ritos de passagens, mitologia e a maneira de enterrar os mortos. Essa diferenciação é evidenciada em textos escritos por indígenas tanto Kaingang quanto Laklãnõ/Xokleng, que relatam os aspectos sociais e cosmológicos de cada povo, estes serão apresentados posteriormente.

Na materialidade, em especial na cerâmica, os aspectos que os diferenciam são bastante sutis (Fabíola SILVA, 1999), o que ressalta a origem comum desses povos e uma separação relativamente recente, uma vez que o processo de produção cerâmica é entendido como algo instruído culturalmente, sendo resultado de longos períodos de aprendizagem, passado de geração em geração, geralmente atrelado a aspectos cosmológicos e sociais de cada povo (Olivier GOSSELAIN, 2000).

1.1 A cerâmica na etnografia

Ao tratar da cultura material, os relatos etnográficos e fontes etnohistóricas mencionam três categorias principais de materiais produzidos: artefatos em madeira para caça – como arcos e flechas –, balaios e cestos em fibras vegetais e vasilhames cerâmicos. Os utensílios utilizados para as

atividades agrícolas são brevemente mencionados, não sendo o foco dos relatos encontrados.

Os relatos etnográficos sobre a cerâmica a descrevem sendo pouco elaborada tecnologicamente e geralmente encontrada em baixa quantidade, tanto em trabalhos etnográficos quanto em trabalhos arqueológicos. Para Silvio Santos (1973), devido as constantes lutas e diversas vicissitudes enfrentadas pelos indígenas Laklãnõ/Xokleng, as informações sobre a cultura tradicional desses povos são bastante limitadas. Ao descrever as cerâmicas, o autor relata que:

A cerâmica Xokleng era produzida pelas mulheres. Ela era pobre. De cor preta, os objetos tinham consistência e tamanho reduzidos. Seu acabamento era precário. Tudo a indicar que o constante vai e vem pela floresta não permitiu o desenvolvimento de técnicas mais refinadas. Ocorrendo o contato com os civilizados, os Xokleng logo descobriram o valor das panelas de ferro. Com isto, a cerâmica praticamente desapareceu do grupo (Silvio SANTOS, p.214, 1973).

Nos últimos anos, estudos sobre a cerâmica Jê Meridional evidenciaram a complexidade no fazer cerâmico, buscando desatrelar a ideia de cerâmicas simples, sem acabamento ou sem técnicas aprimoradas para a sua produção. Pelo contrário, esses trabalhos evidenciaram não apenas a complexidade das técnicas utilizadas, mas também a necessidade de um conhecimento profundo sobre o fazer cerâmico como um todo (Jidean FONSECA, 2015; Ana SPRENGER 2020; Francisco GONZAGA, 2022).

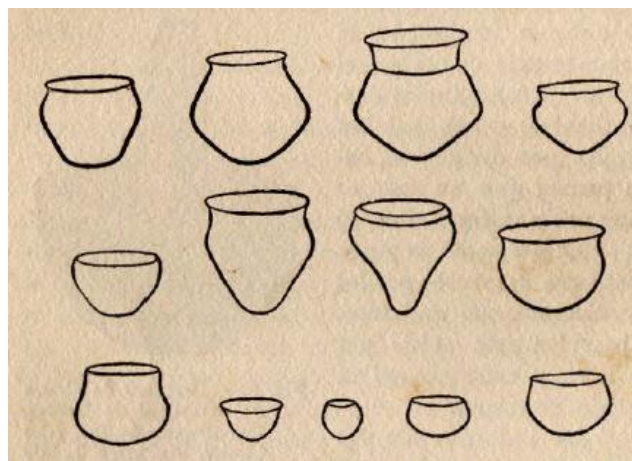
Na descrição sobre a cerâmica Laklãnõ/Xokleng (Figura 2), Silvio Santos (1973) relata que, a partir de observação de mulheres indígenas Laklãnõ/Xokleng produzindo cerâmica e perguntas direcionadas a indígena locô Aiú, *“as panelas são feitas com barro, misturado com carvão. O barro é bem amassado e limpo. Depois de moldada, a peça fica secando uma semana, mais ou menos”* (p. 214). A queima era realizada em uma fogueira ao ar livre, onde o vaso cerâmico era envolvido em um musgo chamado barba de pau. O autor relata que durante a queima há uma reza pedindo para que a panela não se quebre.

Figura 2. Cerâmica Laklãnõ/Xokleng. Fonte: Silvio SANTOS, P. 213, 1973.



E em Antonio Serrano (1936) a descrição sobre a cerâmica Kaingang (Figura 3) e Laklãnõ/Xokleng também relata vasilhames simples “*os Kaingang e os bugres possuem uma cerâmica de tipo simples, de forma hemisférica e sem decoração*” (Antonio SERRANO, p. 46, 1936, tradução da autora).

Figura 3. Forma cerâmicas dos Kaingang do Rio Grande do Sul. Fonte: Antonio SERRANO, p.46, 1936.



Ainda, alguns autores associam as cerâmicas encontradas aos Laklãnõ/Xokleng, alegando que os Kaingang não a fabricavam, como podemos observar em Antonio Serrano (1936) e em Pierre Mabilde (1983):

Sobre a indústria dos guayanás (kaingang) pode ser dito que era reduzida a fabricação de armas, de tecidos de ortiga e cestos de palma.

Não consta que foram ceramistas e muitos autores modernos se inclinam a pensar que o conhecimento sobre a cerâmica é muito recente entre os Gê Meridionais (Antonio SERRANO, p. 45, 1936, tradução da autora).

Os coroados (kaingang) que habitam as matas do Rio Grande do Sul nenhuma louça de barro fabricam e muitos potes de barro que se encontram ainda pelos matos – quase sempre de boca para baixo e soterrados – são fabricados pelos botocudos que, antigamente, habitavam aquelas matas (Pierre MABILDE, p. 209, 1983).

Um dos trabalhos etnográficos mais completos sobre a produção da cerâmica Kaingang foi escrito por Tom Miller (1978). O objetivo do autor era entender, a partir dos relatos e produção cerâmica das anciãs que tinham o conhecimento das técnicas tradicionais, as cerâmicas pretas polidas encontradas em sítios arqueológicos e que não poderiam ser atribuídas à tradição cerâmica tupiguarani. A pesquisa foi realizada nos Postos Indígenas Icatu e Vanuíre, localizados nos municípios de Arco-íris e Braúna, respectivamente, no estado de São Paulo.

No Posto Indígena Vanuíre (atual Terra Indígena Vanuíre), a produção de cerâmica foi realizada pela indígena Kaingang D. Candire e o indígena Kaingang Sr. Canudo. A produção iniciou-se pela coleta do barro em um barranco próximo ao rio, sendo o barro ideal o tipo de argila preta “*o bom barro é o barro gordurento*” (p.8). O barro coletado era molhado e amassado, ao mesmo tempo que pedaços de raízes, minerais e pedras eram retiradas. Para a mistura, cacos de telha foram acrescentados como tempero. A técnica de manufatura utilizada foi a mistura de modelado – para a base – e roletado, para o resto do corpo do pote.

O alisamento das peças, primeiramente, foi realizado com os dedos, para juntar os roletes. Posteriormente, um pedaço de palha de milho – sendo molhado constantemente – foi utilizado para dar o acabamento arredondado ao lábio da peça. Para o corpo, os dedos e um pedregulho molhado eram os instrumentos utilizados para o alisamento. As peças foram guardadas para secar a sombra – para não rachar – e diariamente, durante sete a dez dias, elas eram alisadas com um seixo molhado, resultando em uma peça de superfície polida estriada, mas não lustrosa (Tom MILLER, 1978).

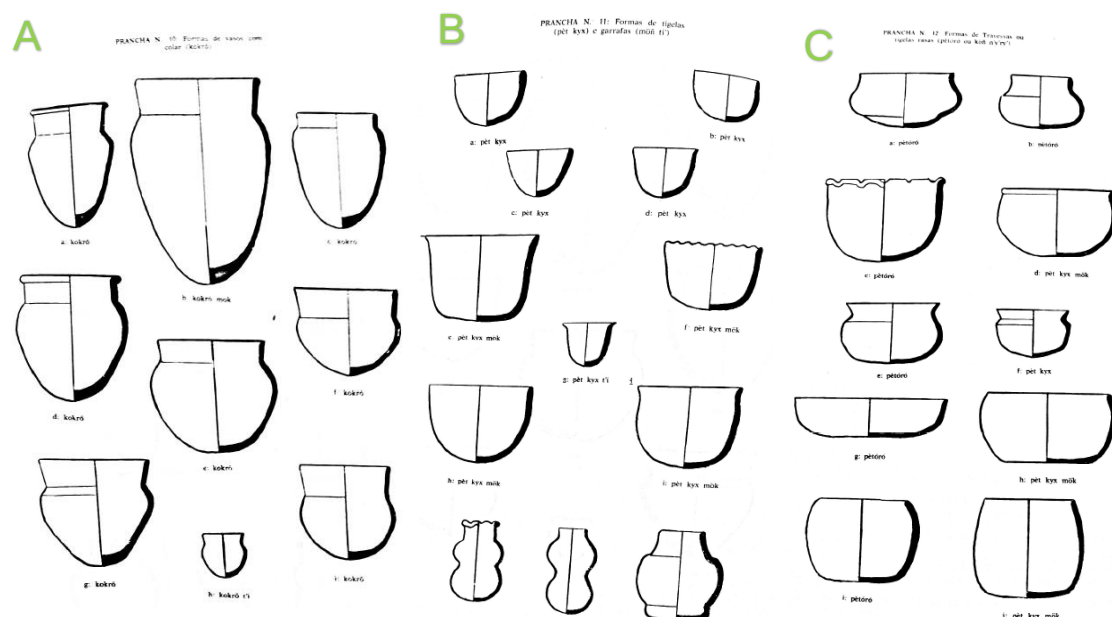
Para a queima, os potes eram previamente aquecidos, sendo colocados próximas ao fogão a lenha. Posteriormente, foram distribuídos no chão, sobre as cinzas retiradas do fogão, e lenhas foram espalhadas por volta da peça, dando início a fogueira a céu aberto. Quando as peças estavam prontas, D. Candire retirou o vaso ainda quente e colocou-o sobre um monte de palha de milho, girando-o com frequência. A palha também foi colocada dentro da peça. Esse processo – nomeado como processo de esfumamento – é responsável por deixar a superfície da peça na cor preta.

No Posto Icatu (atual Terra Indígena do Icatu) a produção cerâmica foi realizada por D. Chica. O processo segue praticamente o mesmo, mudando apenas nos momentos de tratamento de superfície da peça. Para o alisamento o instrumento utilizado era um sabugo de milho, deixando marcas escovadas na peça. Os alisamentos constantes realizado durante dias pela D. Candire não era feito pela D. Chica, que deixou as peças mais porosas, menos lisas e mais irregulares. Ao final D. Chica esfregou a superfície da peça com um pedaço de hematita, deixando a superfície avermelhada (Tom MILLER, 1978).

Cabe ressaltar que houve uma relutância de ambas em fazer a cerâmica na frente dos pesquisadores não indígenas, uma vez que a presença deles iria ocasionar a quebra da peça. No caso da indígena D. Chica, da aldeia Icatu, as etapas de coleta de argila e a queima foram realizadas quando os pesquisadores não estavam no local.

Para além disso, outro objetivo de Tom Miller era realizar um levantamento das formas dos potes fabricados. Miller os classificou em quatro formas: (1) vasos com colar (*kokrõ*), (2) tigelas cônicas e hemisféricas (*pèt kyx*); (3) garrafas ou vasos pequenos com pescoço e boca restringida (*moñ ti' ou yñ kli- ni'*) e (4) bandejas, travessas ou tigelas rasas (*pèto ro' ou kōn n' y r y*). As classificações e os nomes foram atribuídos pela D. Candire e outros indígenas moradores das aldeias mencionadas. Esse levantamento foi apresentado em pranchas, conforme Figura 4:

Figura 4. Desenhos das formas cerâmicas identificadas. (A) Forma de vaso com colar (*kokrõ*); (B) Forma de tigelas (*pèt kyx*) e garrafas (*moñ tí*); (C) Formas de travessas ou tigelas rasas (*pèto ro' ou kōn n' y r y*). Fonte: Tom MILLER, p. 49, 50 e 51, 1978.



Percorrendo os processos da cadeia operatória e a cosmologia indígena atrelada a ela, o pesquisador indígena Laklãnõ/Xokleng Jidean Fonseca (2015) trata do conhecimento sobre o fazer cerâmico como algo muito valorizado entre os indígenas, mas que foi deixado de lado depois das invasões de suas terras com a chegada dos colonizadores europeus e eurodescendentes. A busca pela retomada da forma de se fazer cerâmica fica evidente em seu texto, através de relatos da valorização desse saber e como outros indígenas aprenderam a fazer cerâmica.

O autor entrevistou seis famílias moradoras das aldeias Bugio, Figueira e Sede, localizadas na Terra Indígena Ibirama, em Santa Catarina, além de participar do processo produtivo da cerâmica na aldeia Bugio, realizado no ano de 2013. A descrição da cadeia operatória da cerâmica entre as pessoas entrevistadas é similar a descrita por Tom Miller (1978), havendo algumas mudanças, principalmente em relação ao tempero, parecendo esta ser uma etapa variável dentro desse processo.

É notória, durante a leitura do trabalho de Jidean Fonseca (2015), a espiritualidade indígena presente em todo o processo produtivo da cerâmica. As

anciãs e os anciões relatam que o melhor barro era encontrado onde nascia o arco-íris, pois ele próprio cozinha o barro e o transforma em uma argila boa. A coleta desse barro era realizada apenas por pessoas certas, uma vez que a presença de qualquer pessoa ou então crianças poderiam deixa-las doentes. Durante o caminho até o local e durante a coleta do barro, era necessário sempre conversar com os espíritos da floresta pedindo permissão e bençãos, para que nada desse errado na hora da produção. O barro coletado era apenas o necessário, não podendo haver desperdícios.

Em uma das entrevistas, a indígena Veronica Mõkónã, relata que pôde observar apenas uma vez sua avó fazendo cerâmica, já que a presença de crianças nesse processo não era permitida, pois era um momento importante e que necessitava de silêncio. O barulho traria má sorte e impediria que os espíritos da floresta abençoassem o trabalho.

O barro era bem amassado e os pedaços de raízes e outras impurezas eram retirados. Às vezes, nenhum tempero era acrescentado. Em outros momentos, quando tinham a intenção de deixar a panela escura, acrescentavam cinzas a argila. Para o tratamento de superfície era utilizado um seixo como instrumento de alisamento (Jidean FONSECA, 2015).

A queima era realizada por pessoas específicas, que tinham o dom de realizar essa prática, caso contrário, as panelas quebrariam. Nesse caso podemos observar uma semelhança entre a D. Chica, que realizou a queima sem a presença dos pesquisadores não-indígenas envolvidos no trabalho de Tom Miller (1978), alegando que a presença deles ocasionaria a quebra das panelas.

Todas as etapas eram acompanhadas de conversas com os espíritos da natureza – ou com os espíritos do barro – para que as panelas não quebrassem e para que eles não fossem amaldiçoados. O autor ressalta que, além da produção cerâmica, a pesca, a caça, a coleta de alimentos e a produção de artesanatos não era somente uma questão de prática e/ou habilidade, mas

também envolvia questões espirituais fundamentais para o desenvolvimento dessas atividades entre os Laklãñ/Xokleng:

O conhecimento e o preparo que devemos ter com a natureza são bastante importantes (...) a pessoa que não conversar com a natureza e retirar os materiais de qualquer maneira, futuramente terá sua família amaldiçoada pelos espíritos da natureza (...) antes vivíamos na natureza, adquirimos muitos conhecimentos através dos espíritos, por isso devemos ter muito respeito com a natureza, não devemos retirar algo como se não tivesse valor algum (Raphael FONSECA, p. 23, 2015).

É perceptível que a cosmologia indígena está presente em todo o processo produtivo da cerâmica e de outros objetos. No caso da cosmologia Kaingang, o sistema dual que compõe todo o cosmo, também está presente na produção dos objetos. Segundo os pesquisadores indígenas Kaingang Juliana Oliveira & Marcos Roberto (2015) a arte indígena tem um papel fundamental para as populações indígenas *“cada povo identifica-se na sua própria arte, sendo assim, faz parte do orgulho de cada grupo étnico”*. Para os Kaingang, as metades *Kamé* e *Kainhru* fazem parte de toda a produção de artesanato. No caso dos cestos, os compridos ou longos estão ligados a marca *Kamé* (Figura 5), enquanto os cestos redondos ou baixos pertencem a marca *Kainhru* (Figura 6).

Figura 5. Cesto associado a metade *Kamé*. Fonte: Juliana OLIVEIRA & Marcos ROBERTO, p. 17, 2015.



Figura 6. Cesto associado a metade *Kainhru*. Fonte: Juliana OLIVEIRA & Marcos ROBERTO, p. 18, 2015.



Sergio Silva (2001) buscou estabelecer relações entre os registros arqueológicos – como grafismos em painéis rupestres e decorações cerâmicas – e o registro etnográfico, ento-histórico e linguísticos das sociedades Jê Meridionais, partindo de uma abordagem que valoriza a dimensão simbólica e aspectos cosmológicos, tendo como base estudos etnológicos sobre a sociedade Kaingang.

Segundo seus interlocutores a dimensão simbólica dos grafismos geométricos encontrados em painéis rupestres, em cerâmica, cestarias e pinturas corporais, são baseadas na distinção entre as metades clônicas *Kamé* e *Kainhru*:

O discurso Kaingang estabelece uma classificação dos grafismos geométricos a partir da distinção nativa *Kamé/Kainhru*, única possibilidade de significação dos padrões gráficos apontada pelos interlocutores. Em outras palavras, é a oposição-diferenciação cosmológica *Kamé/Kainhru* que limita, dirige e sublinha o discurso Kaingang a respeito dos padrões gráficos constantes de seus traçados corporais e de sua pintura corporal (Sergio SILVA, p. 308, 2001.)

A partir dos grafismos presentes na cerâmica arqueológica, nos painéis rupestres, nas casas e galeria subterrâneas em comparação com os grafismos e desenhos presentes nos traçados, nos tecidos, nas armas, na pintura corporal e demais materiais etnográficos das sociedades Kaingang e Laklãnõ/Xokleng, o autor constata um conjunto de grafismos comum, que parecem pertencer a um único sistema de representações visuais, espalhadas pelo tempo e pelo espaço no sul do Brasil (Sergio SILVA, 2001).

Além de estabelecer uma ligação entre os registros arqueológicos e os materiais etnográficos das populações Jê Meridional, Sergio Silva (2001) constata que temporalmente e espacialmente, alguns suportes foram priorizados em detrimentos de outros. Ou seja, em certos momentos históricos e/ou lugares espacialmente distintos, certos grafismos estão presentes na cerâmica e não em cestarias, ou presentes em pinturas corporais, mas não em tecidos. Em alguns momentos, os grafismos estão presentes em dois ou mais suportes. Como exemplo, o autor traz informações etnográficas de Maniser (1930), que em relatos sobre os grafismos dos Kaingang residentes no estado de São Paulo,

reproduzem os grafismos nas pinturas corporais, nos seus cestos, nos tecidos e em momentos funerários, mas não na cerâmica.

Como vimos no decorrer do texto, a cosmologia indígena está presente em todo o percurso do fazer cerâmico. Sendo assim, é de fundamental importância tratarmos da dualidade que compõe todo o cosmo dos povos Jê Meridionais.

1.2 A dualidade entre os povos jê meridionais

O povo Kaingang são conhecidos por se organizarem cosmologicamente de maneira dual, caracterizada por duas categoriais cosmológicas associadas aos gêmeos ancestrais, *Kamé* e *Kainhru*. Segundo Sérgio Silva (2002), a partir das narrativas mitológicas é possível observar que as metades estão em oposição e complementaridade, na qual *Kamé* está associado ao sol, ao símbolo de força e poder, corpo grosso, leste, alto, pintura corporal faixas, linhas, “aberta”, seres e objetos compridos, riscados, pesados ou grossos, ao pinheiro de araucária; enquanto *Kainhru* está associada a lua, noite, corpo fino, peludo, menos forte, ligeiro em movimentos e resoluções, oeste, baixo, pintura corporal redonda, “fechada”, seres e objetos redondos/fechados, malhados/manchados, a árvore sete sangria. Essa narrativa pode ser observada na narrativa de origem Kaingang:

O mito de origem conta que os primeiros habitantes saíram do solo; por isso têm cor de terra. Numa serra, que dizem estar localizada no sudeste do estado do Paraná, dizem que ainda hoje podem ser vistos os buracos pelos quais subiram. Uma parte deles permaneceu subterrânea; essa parte se conserva até hoje lá e a ela e vão-se reunir as almas dos que morrem, aqui em cima. Eles saíram em dois grupos chefiados por dois irmãos, Kanhru e Kamê, sendo Kamê aquele que saiu primeiro. Cada um trouxe consigo um grupo de gente. Dizem que Kanhru e toda a sua gente eram de corpo delgado, pés pequenos, ligeiros, tanto nos seus movimentos como nas suas resoluções, cheios de iniciativa, mas de pouca persistência. Kamê e seus companheiros, pelo contrário, eram de corpo grosso, pés grandes, e vagarosos nos seus movimentos e resoluções.

Esses dois irmãos com a sua gente foram os criadores das plantas e dos animais, e povoaram a Terra com os seus descendentes, tudo neste mundo pertence ou à metade Kanhru ou à metade Kamê, tendo conhecimento de sua descendência pelos traços físicos, pelo temperamento, pela pintura: tudo o que pertence a Kanhru é redondo ou manchado e o que pertence a Kamê é riscado. Assim se define as marcar das pinturas corporais. Essas pinturas, o que se vê tanto na

pele dos animais como nas cascas, nas folhas ou nas flores das plantas. Kanhru fez cobras, Kamê, onças. Este fez primeiro uma onça e a pintou, depois Kanhru fez um veado. Kamê disse à onça: "Coma o veado, mas não nos coma!" Depois ele fez uma anta, ordenando-lhe que comesse gente e bichos. A anta, porém, não compreendeu a ordem. Kamê repetiu-lhe ainda duas vezes, em vão; depois lhe disse, zangado: "Vai comer folhas de urtiga! Não prestas para nada!" Kanhru fez cobras e mandou que elas mordessem homens e animais. Queimou um espinho chamado sónh (espinho) e esfregou a cinza nos dentes da cobra a fim de torná-los venenosos. Kamê quis então fazer um animal muito feroz, e começou a fazer o tamanduá. Eles estavam trabalhando durante a noite, e quando o dia começou a romper, o tamanduá ainda não estava pronto: já tinha unhas enormes, mas a boca ainda estava por fazer. Então Kamê arrancou um cipó e meteu-o como língua na boca do estranho animal, que ficou mal acabado. Quando já estava claro, eles começaram a correr, e logo uma onça pegou um Kanhru, e Kamê foi mordido por uma cobra. Pararam para tratar o doente, quando o surucuá cantou: Tug! Tug! Tug! Um velho explicou essa cantiga como tu (carregar) e mandou que carregassem o doente para o lugar do acampamento. Um pequeno gavião cantou: Tokfín! (amarrar) e o velho mandou amarrar o membro lesado. Outro passarinho cantou: Gýnh! (cortar), e eles abriram a ferida com um corte. Por fim, outro cantou: Kaimparará! (kãnhpar - inchado), e o velho disse: "Isto é; um mau grito! Amanhã o membro estará inchado!" Assim foram tratando o doente até que se restabelecesse. Assim se conta sobre o mito de origem do povo Kaingang (Curt NIMUENDAJÚ, 1986)

As características de *Kamé* e *Kainhru*, segundo Curt Nimuendaju (1993), são definidas após a grande inundação, no qual ambos se refugiram dentro de montanhas e após saírem, cada um percorreu um caminho diferente, *Kamé* saiu por um caminho pedregoso que fez com que se tornasse mais vagaroso e resistente, sendo considerado o mais forte, enquanto *Kainhru* seguiu por um caminho mais limpo, tornando-se mais ágil:

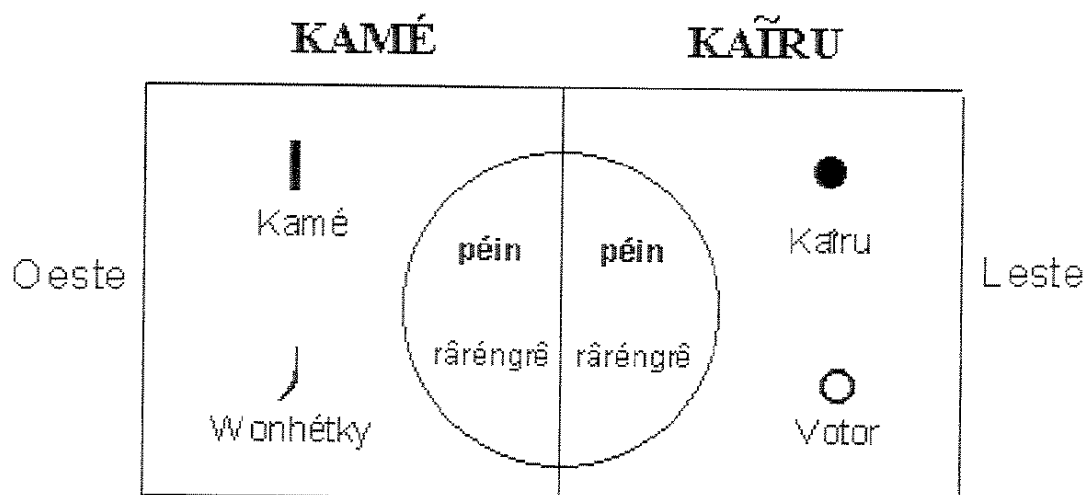
Se Um periquito nos assoprou que, há muito tempo, dentro da grande montanha Crinijibé moravam Kanhru e Kamê. Logo após um grande dilúvio do qual ninguém escapou, o DEUS Topê ordenou as almas gêmeas que saíssem do abrigo. O primeiro a sair foi Kamê, pelo lado mais acidentado. E até chegar lá em baixo, à beira do rio onde poderia acampar, teve que vencer muita pedra. Já Kanhru desceu pela vereda oposta, e nada sofreu porque a relva macia cobria toda a encosta. Por isso, talvez, sejam assim tão diferentes. Kamê é grande, forte, corajoso e resistente; à força rompeu rochas e terra; exímio guerreiro, é o líder destemido do seu povo. Kanhru é esbelto, maleável e delicado, embora, mais voluntarioso, é o conselheiro inteligente, mentor e líder espiritual do seu povo. Foram os irmãos gêmeos que criaram todas as plantas, os animais e o povo Kaingang. Tudo o que existe, desde então, tem uma metade criadora Kamê e também outra metade criadora Kanhru; e cada metade tem poderes diferentes, embora, complementares. O sol pertence a metade Kamê, dos kaingang que trabalhavam para fazer os animais do dia. A lua pertence a metade Kanhru, dos kaingang que trabalhavam pelas criaturas da noite (Maurício NEGRO & Vângri KANGANG, 2010 *apud* Jaciane FIDELIS, 2020).

Segundo Diego Severo (2020), em uma narrativa sobre as metades descrita por um de seus interlocutores foi estabelecida uma conexão com comportamentos sociais e elementos da natureza, de forma que o *Kamé* seria o mais agressivo, enquanto *Kainhru* o mais calmo. Dessa forma, o Sol seria *Kamé* pois possui uma atitude mais ativa, enquanto a Lua seria *Kainhru* por ser mais calma. Essa narrativa tem como base a origem da Lua. A narrativa conta que no princípio existiam dois Sois irmãos, ambos *Kamé*. Os dois Sois brigaram, um sol acertou um soco no outro, enfraquecendo-o. Assim, esse sol se tornou a Lua (*Kainhru*), quem acertou continuou Sol (*Kamé*), remetendo a origem das metades a uma unificação social (Robert CREPEAU, 2002, 2005; Diego SEVERO 2020).

As metades orientam a construção e a organização dos povos Kaingang e abrange todo o cosmo, toda a natureza e toda a relação entre humanos e não humanos, organização social e ritual do espaço, a cultura material, os padrões gráficos e etc., sendo o equilíbrio que rege toda a sociedade e o universo (Juracilda VEIGA, 2000; Sérgio SILVA, 2002). São povos de residência urixolocal e exogâmicos, no qual o casamento acontece entre pessoas de metades diferentes (Robert CREPEAU, 2005; Juliana OLIVEIRA & Marcos FERNANDES, 2014).

Junto as metades, tem-se as seções, na qual a metade *Kamé* é composta pelas seções *Kamé* e *Vonhétky* e a metade *Kainhru* composta pelas seções *Kainhru* e *Votor* (Juracilda VEIGA, 2000; Kimiye TOMMASINO, 2004). Todas as seções correspondem a traços e pinturas corporais específicos, como mostra a Figura 7:

Figura 7. Composições das seções das metades Kaingang e seus respectivos traços e/ou pintura correspondente. Fonte: Veiga, p.84, 2000a.



Segundo os pesquisadores indígenas Kaingang Batista Amaral & Elizamara Ferreira (2015) nos momentos ritualísticos as pessoas se identificam através das marcas *râ téj* – marca comprida – e o *râ ror* – marca circular ou redonda. Essa marca também pode ser vista em artesanatos (Sueli CANDIDO, 2015).

Segundo Diego Severo (2020), em pesquisa realizada em aldeias Kaingang localizadas no Rio Grande do Sul, alguns de seus interlocutores desconhecem seu pertencimento as metades, havendo críticas a esse sistema, já que muitas vezes o casamento exogâmico causa conflitos e separações, necessitando intervenção das lideranças. Nesse caso, os interlocutores descrevem que o sistema de metades é coisa dos antigos. Já em outras aldeias, as metades são a chave para a organização, orientam casamentos, comportamentos e explicam problemas contemporâneos.

Para Juracilda Veiga (2004) o fato dos indígenas Kaingang estarem espalhados por quatro estados e com diferentes histórias de interações e atritos com os invasores europeus e eurodescendentes, fez com que diversas realidades fossem observadas em diferentes aldeias, constatada através de estudos dos rituais como a Festa do *Kikikou* e a Festa do *Kuiâ*. Apesar da

diversidade, a autora constata que há uma cosmologia comum, sustentada por símbolos presentes nos diferentes rituais.

Um importante ritual para o povo Kaingang é a Festa do *Kikikou* ou o ritual do *kiki* (culto aos mortos), sendo considerado por Herbert Baldus (1979) como uma das expressões mais fortes da cultura espiritual dos Kaingang. A relação com a morte para esse povo é uma forma de complementariedade à vida, sendo parte indissociável dela. Segundo Juracilda Veiga (2004) é necessário separar o espírito da pessoa que morreu dos vivos, para que estes continuem a viver, uma vez que o morto tem saudades de seus parentes e tenta os levar consigo.

O ritual do *Kiki* ocorre no início do inverno, onde alimentos como pinhão, milho e mel são abundantes e extremamente importantes para a realização da cerimônia. A bebida fermentada a base de água, mel, e as vezes o milho, é o *Kiki*, que dá o nome a festa. Cada etapa é acompanhada pelas orações do *Kujá*, que é extremamente fundamental para a realização das festas, uma vez que possui orações poderosas, sendo o único capaz de ver os espíritos dos mortos, transitar entre os dois mundos (dos vivos e dos mortos) e proteger espiritualmente as pessoas presentes no ritual dos espíritos dos mortos (Juracilda VEIGA, 2004; Adriana BIAZI & Terezinha ERCIGO, 2014).

A festa é dividida em três etapas, conduzidas por três fogueiras. O primeiro fogo é acendido no centro da praça escolhida para a realização do ritual, seguido do corte do pinheiro que é utilizado para a preparação do *Kiki*. Nesse momento, há uma reza e conversa com o espírito da árvore, explicando o porquê do seu corte. O tronco da árvore é transformado em uma espécie de canoa, onde bebida é preparada. Os ingredientes do *Kiki* são benzidos e posteriormente, inicia a sua preparação. Nesse momento também é feito o segundo fogo (Juracilda VEIGA, 2004).

A terceira etapa é conduzida pelo terceiro fogo e é a parte mais importante da festa, onde as pessoas são pintadas conforme suas metades, como uma proteção contra os espíritos, e os convidados de outras comunidades

comparecem a festa, dançando e bebendo o *Kiki*. Os espíritos dos mortos também estão presentes na festa, mas não podem tomar o *Kiki*.

Na manhã seguinte ocorre a ida ao cemitério, onde as cruzes dos mortos recentes – para quem está sendo realizado o *Kiki* – são conduzidas até o cemitério pelos parentes da metade oposta do clã do falecido. A metade *Kamé* é a primeira a entrar e rezar sobre a sepultura dos *Kainhru*. Posteriormente, a metade *Kainhru* entra no cemitério e realiza as mesmas funções, sobre a sepultura dos *Kamé*. A coleta das cruzes e a procissão até o cemitério só podem ser realizadas pelos *péin*, que são os responsáveis pelo cuidado com os mortos e possuem espírito mais forte, capaz de executar essa função. Após essa etapa, todos voltam para a praça central, onde bebem e festejam até o fim do *Kiki* (Juracilda VEIGA, 2004).

Apesar do ritual ter sido deixado de ser praticado durante muitos anos, através de reivindicações que integram o processo de reconhecimento identitário, o ritual do *Kiki* passou a ser praticado na Terra Indígena Xapécó (Isabella QUEIROZ & Jaisson LINHO, 2021).

A relação de troca e reciprocidade entre as metades, perceptível dentro do ritual do *Kiki*, são constantes e permeiam todas as relações: casamentos com a metade oposta, enterramento da outra metade, acesso a conhecimentos xamânicos são transmitidos por pessoas da outra metade (Juracilda VEIGA, 2000), sendo uma dinâmica muito forte dentro da comunidade, conforme mostra o pesquisador indígena Kaingang Argeu Amaral (2015):

Dentro dessa dinâmica da relação, bem como a reciprocidade entre as duas marcas tribais, *kamê* e *Kainhru*, existem crença muito forte na comunidade. Como conta senhora Joana Emilio que quando as filhas dela precisam de remédio do mato depois de fazer o parto ou pela outra ocasião, ela ia sempre às pessoas que são das marcas diferentes, para elas buscar o remédio do mato e sempre deu certo, o preço não é com dinheiro, mas é simples coisas ou agradecimento, diz ela. Então as duas marcas somente se complementam, mas não são oposições neste caso (Argeu AMARAL, p.30, 2015)

Sendo o sistema dualista presente em todo o cosmo, dessa forma, ele também compõe a organização espacial da aldeia. Entre os Kaingang, os mitos, rituais e relações sociais são descritos como sendo diádicos, a partir das

metades *Kamé* e *Kainhru*, enquanto as relações espaciais correspondem a dois esquemas triádicos: sendo um organizado horizontalmente pelos domínios “casa, espaço limpo, floresta” ou verticalmente “alto, médio, baixo”. As aldeias são organizadas a partir da tríade horizontal “casa, espaço limpo, floresta” onde o local ao redor das casas é “espaço limpo” em contraste com a floresta “virgem”. A casa do líder político está localizada ao centro da aldeia. Já os cemitérios estão organizados a partir da tríade vertical “alto, médio, baixo” além da divisão entre as metades *Kamé* e *Kainhru* e estão localizados a leste da aldeia (Robert CREPEAU, 2005).

Segundo Robert Crepeau (2005) não há indícios de que no passado as aldeias Kaingang eram construídas em formato circular ou semicircular. Para Juracilda Veiga (2000), as casas estão distribuídas segundo interesse de seus donos, ao longo de trilhas, próximos da roça e fontes de água.

Em pesquisa arqueológica em sítios de monumentos funerários Jê, localizados nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, José Iriarte et al. (2013) interpretaram as construções dos monumentos como uma arquitetura dual, sugerindo a hipótese de ser materialização da organização social e espacial dualística das sociedades Jê, além de demonstrar um alinhamento de SW e NE entre diferentes estruturas dos sítios. Sendo os *Kamé* associados a símbolos de poder e força e também ao leste, o autor constata que as maiores estruturas estão localizadas na porção leste do sítio.

As casas Kaingang, atualmente, devem ser construídas sentido norte-sul, tendo uma porta para leste e outra para oeste, devendo estar sempre abertas para que nenhuma doença fique presa dentro da casa (Juracilda VEIGA, 2000). Segundo Robert Crepeau (2002) a orientação do eixo leste-oeste também está relacionada ao percurso do sol e seu interior corresponde a uma divisão entre masculino e feminino, no qual esses espaços são divididos por um eixo norte-sul.

Em relação ao povo Laklãnõ/Xokleng, poucas são as pesquisas e textos que relatam a organização dualística entre eles. Nanblá Gakran (2015) cita

brevemente dois grupos que deram origem ao povo: os que saíram da montanha, os *klêdo*, e os que emergiram das águas, os *vājěky*, sendo os *vājěky* responsáveis por criar os animais. A criação humana Laklãnõ/Xokleng pode ser observada em um dos mitos de origem:

Há duas formas da geração do homem

Os Kledo saíram da Montanha

*E os Vajeky saíram da água (provavelmente da
água do mar)*

*Eles queriam sair e ficaram esperando do lado de
baixo da água*

Enquanto isso Plandjung veio subindo, fazendo

*Caminho E quando terminou de fazer caminho, voltou
para buscar os outros*

Então vieram subindo com ele.

*Onde pisaram em terra, preparavam lugar e
festejaram dançando*

*Enquanto isso, Plandjug continuou fazendo
caminho*

*Então eles vieram atrás dele, e novamente pararam
para festejar.*

*Nisso, ouviram de outros homens, que vinham
atrás, e o Vajeky ficou com medo.*

Então Vajeky fez para sua criação uma onça

E o Zágpope Paté pintou a onça para ele.

*No pescoço, deixou marcas pintadas de forma
arredonda fechada, outras compridas.*

O Zezé pintou com marcas cumpridas e umas

circulares, na paleta da onça.

E Txu Txuvanh pintou nas costas marcas circulares

arredondadas fechadas.

E eles acabaram de pintar a onça Vajekym que

ele criou.

E ele disse: minha criação agora grita do jeito

que quiser.

Então ele gritou e foi atrás dos outros, para

comê-los.

Agora a pintura (marca) do Zagpope Paté é

arredondada fechada e umas compridas.

E a pintura do Zezé agora é comprida e umas

circulares.

E a pintura do Txu Txuvanh agora é circular e

outras arredondadas fechadas.

Agora a geração deles usa pintura (marcas) de

seus pais (Santos 1997 apud Juliana MACHADO, 2016).

Para o pesquisador indígena Laklãnõ/Xokleng Carli Popó (2015) os mitos e a cosmologia integram a vida indígena e são importantes para manter vivas as tradições, as crenças e manifestações simbólicas que estão interligadas, mediando os conflitos e mantendo a ordem social na comunidade. Dessa forma, as histórias não são apenas histórias, mas sim fatos que aconteceram e fazem parte do processo de formação sociológica. Para o pesquisador indígena Laklãnõ/Xokleng Voia Criri (2020) a narrativa de origem evidencia a ligação entre o povo e a natureza:

Na história do surgimento do homem Laklãnõ/Xokleng podemos ver como a natureza foi boa com o povo dando a eles o privilégio de se encontrarem para dar continuidade a nossa história, segundo a criação e surgimento os Vãheky (nome usado como sobrenome de uma família) vieram do rio, e os klendo (nome usado como sobrenome de uma família) saíram das montanhas, a junção de água e terra dá o

sentido à vida, então por isso a espiritualidade está diretamente ligada à natureza (Voia CRIRI, p.10, 2020).

Cada ser da natureza possui um espírito “*Kuplé*”, sendo os espíritos capazes de alertar através de sinais acontecimentos que iriam afetar, de maneira positiva ou negativa, a comunidade. Os espíritos eram conhecidos e acessados pelo *Kujá*, apenas ele tem o contato direto, podendo interceder por alguém ou pelo povo (Carli POPÓ, 2020; Alfredo PRIPRÁ, 2020; Voia CRIRI, 2020). Entre os Kaingang também há uma relação estreita com a natureza. A comunicação com os espíritos também se dá pelo *Kujá*, que além de ser o responsável pelas rezas em momentos ritualísticos, possui grande conhecimento sobre ervas medicinais, cuidando do povo e sendo o líder da comunidade (Argeu AMARAL, 2015).

1.3 As invasões de suas terras

As histórias de interações dos povos originários com os europeus e eurodescendentes é marcada por processos brutais de genocídio e etnocídio, que afetou drasticamente as formas de viver, de se expressar e se organizar. No sul do Brasil, o litoral foi o primeiro local a ser ocupado, com a chegada dos invasores europeus afetando principalmente os indígenas Tupi-Guarani que ali vivam. A floresta sub-tropical e os grandes vales foram os obstáculos naturais que impediram que essas invasões adentrassem de imediato as áreas de planalto, permitindo que estes locais se tornassem abrigo para as populações indígenas, fazendo com que o contato para os Kaingang e Laklãnõ/Xokleng fosse um pouco mais tardio (Silvio SANTOS, 1973).

Os primeiros registros dos povos Jê Meridionais aparecem entre 1626 e 1630, no Paraná. Uma das inúmeras invasões das terras Kaingang aconteceu em 1756, por meio de missões jesuíticas no Rio Grande do Sul, comandadas pelo exército de Portugal e Espanha, que tinham como principal interesse a criação de gado. Consequentemente a exploração de terras foi expandida para outros Estados, invadindo ainda mais os territórios Kaingang (Silvio SANTOS, 1973; Juracilda VEIGA, 2000). Nesse sentido, a expansão dos colonizadores sobre os territórios indígenas ocorreu pelo oeste dos estados de Santa Catarina

e Paraná, com o objetivo de ocupar os campos de Guarapuava e Palmas, no Paraná (Silvio SANTOS, 1975; Toldo CHIMBANGUE, 1984; Lúcio MOTA, 1994).

Segundo o pesquisador indígena Laklãnõ/Xokleng Osiel Pate (2020), a tentativa de massacre das populações Laklãnõ/Xokleng se intensificou nos séculos XVIII e XIX, com o avanço da colonização na região Sul, principalmente após a criação da Lei das Terras, sancionada em 1850, que instituiu o direito de colonizar terras “devolutas”³. Para o autor, baseado nessa lei que o extermínio indígena foi legalizado no Brasil.

Em Santa Catarina, no final do século XIX, grupos conhecidos como bugreiros foram contratados por colonos da região e com aval do Estado, tinham como objetivo exterminar os indígenas Laklãnõ/Xokleng. Segundo o pesquisador indígena Laklãnõ/Xokleng Nanblá Gakran (2015), esse foi um dos motivos que fez com que a população indígena reduzisse drasticamente, assim como suas áreas. Diante desse processo, os indígenas Laklãnõ/Xokleng decidiram entrar em contato com os não-índigenas, com o intuito de proteger seu povo. O contato ocorreu em 1914, com o enviado do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) Eduardo de L. e Silva Hoerhann e indígenas Kaingang que auxiliaram na comunicação entre os dois lados. É importante ressaltar que o contato ocorreu apenas após o interesse dos indígenas Laklãnõ/Xokleng (Alair PATTÉ, 2015; Osiel PATE, 2020).

Apesar do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) ser um órgão formado para prestar assistência as populações indígenas no Brasil, a partir de pesquisas e levantamento de documentos realizados pelo grupo Tortura Nunca Mais, em subsidio a Comissão Nacional da Verdade, foram constatados casos de corrupção, assassinato, tortura, tráfico de criança, exploração sexual, entre outros diversos crimes de violência contra as populações indígenas de todo o

³ “São áreas remanescentes de sesmarias não colonizadas e transferidas ao domínio do Estado pelo art. 64 da Constituição Federal de 24/02/1891. Também são definidas como terras públicas sem destinação pelo poder público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular.” Disponível em: <https://idaf.es.gov.br/regularizacao-de-terra-devoluta#:~:text=O%20que%20s%C3%A3o%20terras%20devolutas,o%20patrim%C3%B4nio%20de%20um%20particular.>

Brasil (Rayane ARAUJO, 2018; Adonias IOIÔ, 2018). O Relatório Figueiredo – documento redescoberto a partir das investigações e pesquisas feitas pelo grupo mencionado – relata com detalhes os crimes cometidos pela SPI até 1967. Adonias Ioiô (2018), indígena pertencente ao povo Palikur-Arukwa relata sobre as atrocidades descritas no Relatório Figueiredo e todas as outras que seguiram acontecendo depois de 1967 como *“uma cicatriz no coração, infinita, sem perdão e jamais terá cura, pois não sara”* (Adonias IOIÔ, p. 466, 2018).

A partir dos processos colonizatórios e a inserção de igrejas católicas e evangélicas dentro das comunidades indígenas fez com que os seus principais rituais e hábitos tradicionais fossem deixados de lado, devido à estigmatização e repressão de seus costumes. Apesar disso, dentro das comunidades, a revitalização da língua materna e a retomada das suas histórias através dos relatos dos anciões, assim como a produção de seus artefatos, marcam o fortalecimento da identidade e a capacidade de resistência dessas populações (Alfredo PRIPÁ, 2020).

É importante ressaltar que as histórias de contato entre os colonizadores e os povos originários ocorreu de diversas formas, através de processos variados. O pesquisador indígena Ailton Krenak (1999) relata que a chegada dos europeus já estava prevista em profecias em diversas narrativas indígenas datadas de 2 a 4 mil anos atrás. O encontro entre essas culturas continua ocorrendo e transcende a cronologia que é demarcada através de datas e eventos únicos e pontuais:

Os fatos e a história recente dos últimos quinhentos anos têm indicado que o tempo desse encontro entre as nossas culturas é um tempo que acontece e se repete todo dia. Não houve um encontro entre as culturas dos povos do Ocidente e a cultura do continente americano numa data e num tempo demarcado que pudéssemos chamar de 1500 ou de 1800. Estamos convivendo com esse contato desde sempre. Se pensarmos que há quinhentos anos algumas canoas aportaram aqui na nossa praia, chegando com os primeiros viajantes, com os primeiros colonizadores, esses mesmos viajantes, eles estão chegando hoje às cabeceiras dos altos rios lá na Amazônia (Ailton KRENAK, p. 25, 1999)

Após contextualizar os povos Jê na etnografia, perpassando por questões cosmológica, estabelecendo um panorama histórico sobre as histórias de contato e a materialidade cerâmica, contrastando a etnografia “tradicional” com

trabalhos realizados por indígenas Kaingang e Laklãnõ/Xokleng, avançaremos nossa discussão tratando sobre a contextualização arqueológica dos povos Jê Meridionais.

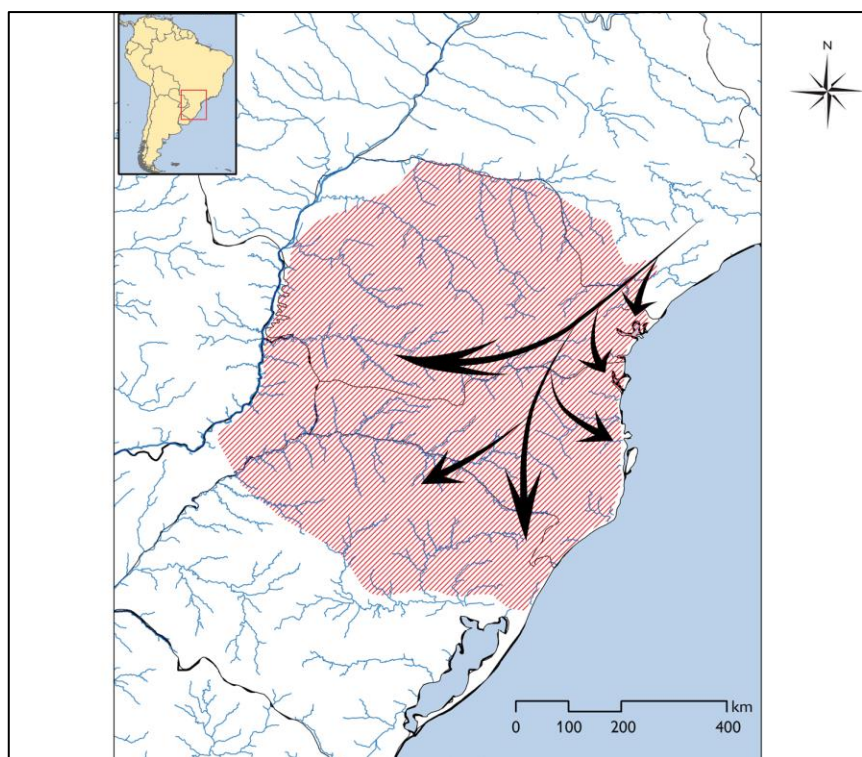
Capítulo 2 – As evidências arqueológicas, as interpretações e modelos de assentamento – um panorama geral

Os povos Jê Meridionais apresentam uma diversidade de sítios arqueológicos que se espalham por toda a região sul do Brasil, ocupando áreas altas do planalto, encostas e planícies litorâneas. Os registros arqueológicos Jê Meridional indicam que essas populações viviam nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Província de Misiones (Argentina) e Departamento de Canindeyu (Paraguai). (Francisco NOELLI, 1999, 2004; Francisco NOELLI & Jonas DE SOUZA, 2017).

As evidências arqueológicas indicam que essas pessoas ocupavam e transitavam por essa região há pelo menos 3 mil anos, participaram ativamente da construção e transformação da paisagem. Conforme o pesquisador indígena Laklãnõ/Xokleng Acir Priprá (2020) este é um território no qual foi construído a partir de saberes e crenças dessas populações, formando um território tradicional repleto de memórias.

A partir dos registros arqueológicos e estudos linguísticos, pesquisas indicam que a chegada desses povos na região sul ocorreu pelo norte de Minas Gerais e adentrou o território paulista (Figura 8), sendo a sua origem no Centro-Oeste do Brasil (Francisco NOELLI & Jonas DEZOUZA, 2017).

Figura 8. Rotas da expansão Jê no sul do Brasil. Fonte: Francisco NOELLI & Jonas DEZOUZA, p.69, 2017



Esses vestígios se espalham pelas diferentes paisagens que compõe o Planalto Meridional e a planície litorânea. Para essa pesquisa o foco será nas evidências arqueológicas e nas pesquisas que foram produzidas principalmente no Planalto Meridional, onde está inserido o sítio Bonin, no município de Urubici em Santa Catarina

Conhecido como Planalto de Araucárias, o Planalto Meridional se estende em grande parte da região Sul do Brasil e extremo sul da região centro-oeste, sendo formado geologicamente por arenito e grandes extensões de basalto. Essas áreas são cobertas por Floresta Ombrófila Mista (Florestas de Araucárias), Floresta Ombrófila Densa e áreas de campo, além de zonas de transição entre elas. Possui altitudes elevadas, sendo a mais alta a Serra Geral, que corta diagonalmente o estado do Paraná, Santa Catarina e termina no litoral do Rio Grande do Sul. Especificamente em Santa Catarina a Serra Geral forma relevos acentuados com morros e vales profundos (Aroldo AZEVEDO, 1949).

É nessa paisagem que os sítios arqueológicos são encontrados. De maneira geral, esses sítios são tipologicamente caracterizados como sítios com engenharia de terra – como estruturas semi-subterrâneas, estruturas anelares e montículos – sítios superficiais a céu aberto, grutas com sepultamento, abrigos sob rocha e sítios com inscrições rupestres. Na planície litorânea há também sítios conchíferos e sítios monticulares.

As datações acerca dos vestígios encontrados no sul do Brasil remetem uma história de pelo menos 3000 anos A.P. As datas mais antigas são encontradas no nordeste do Paraná, no município de Jaguariaiva no sítio Abrigo Jaguariaiva 1 datado em 2858 +- 35, no sítio Abrigo Janela 1, em Sengés, datado em 1790+-210 A.P. No sudeste de São Paulo as datações chegam em 1540 +- 140 A.P para o Alto Taquari (Claudia PARELLADA, 2016; Francisco NOELLI & Jonas DE SOUZA, 2017)

As evidências arqueológicas encontradas nesses locais são principalmente materiais cerâmicos caracterizados por vasilhames de pequenas dimensões, que podem apresentar ou não decoração plástica em sua superfície, artefatos líticos como lâminas polidas e semi polidas, machados, mão de pilão, percutores, moedores e etc, estruturas de combustão e vestígios alimentares geralmente encontrados calcinados (como milho e pinhão) Essas populações praticavam a caça, a coleta, a pesca e a agricultura dos mais diversos tipos de plantas, como feijão, milho, mandioca e abóbora (José REIS, 2002; Maria REIS, 2007; Rafael CORTELETTI, 2012).

É nas altitudes mais altas – de 500 a 1000 metros – em locais com vegetação de Floresta Ombrófila Mista e em climas mais frios que os sítios com engenharia de terra são encontrados. As estruturas semi-subterrâneas são as mais pesquisadas pela arqueologia que estuda as populações Jê Meridional, sendo uma marca característica de sua presença em todo o Planalto Meridional, em locais de alta e meia encosta. Em Urubici (SC) as estruturas estão localizadas em áreas de baixa encosta e fundo de vale, o que proporciona uma paisagem diferenciada (Rafael CORTELETTI, 2012), como veremos no final desse capítulo.

As estruturas semi-subterrâneas apresentam-se geralmente como depressões circulares, podendo variar de 2,5 a 20m de diâmetro. Estas podem ser encontradas de maneira isoladas ou em agrupamento maiores, estando ou não associadas a outros tipos de sítios também com engenharia de terra (como montículos e estruturas anelares) (Pedro SCHMITZ et al. 2010; Rafael CORTELETTI, 2012).

Nas altitudes mais elevadas dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul estão os locais com maior incidência de sítios de engenharia de terra. Geralmente os sítios possuem grandes quantidades de estruturas, como no caso do sítio SC-CL-70/71 localizado no Rincão dos Albinos- SC, que possui 107 estruturas ao todo, com datação mais antiga de 1400+-40 AP (Pedro SCHMITZ & Jairo ROGGE, 2011).

Em relação a cronologia desses sítios, a data mais antiga para estruturas semi-subterrâneas é de 1520 +-90 A.P em Caxias do Sul (RS) (Pedro SCHMITZ, 1969). Silvia Copé (2015) datou uma camada no nível 180-200 cm em sítio de estruturas semi-subterrâneas no município de Bom Jesus (RS) em 2180+-40 A.P. A autora menciona que sempre desconsidera datas tão antigas para o planalto sul brasileiro, porém, outras pesquisas como realizadas por Pedro Schmitz et al. (2010) em São José do Cerrito (SC) apresentaram datas tão antigas quanto, chegando a 2640 anos A.P.

A funcionalidade atribuída a esse tipo de construção foi, por muito tempo, associada ao uso de moradia. Por serem encontradas em áreas altas e climas frios, também foi interpretada pela arqueologia como uma forma de adaptação ao clima. Maria Reis (2007) alerta que atrelar esses assentamentos a um uso exclusivo pode excluir outras possibilidades funcionais, como armadilhas para animais, silos ou grandes fogões, como é o caso de algumas estruturas semi-subterrâneas do sítio Bonin.

Outro tipo de evidência deixada pelos povos Jê são os sítios com estruturas anelares. São sítios que apresentam uma arquitetura funerária monumental, com contorno de elevação de terra geralmente encontrada em

formato circular, podendo também apresentar formatos retangulares e elípticos. São atribuídos a função cerimonial, ligada a atividades públicas e funerárias e são encontrados em toda a região sul do Brasil – com adensamento no planalto catarinense, concentrados ao longo das bacias dos rios Pelotas e Canoas –, onde pesquisas sistemáticas foram desenvolvidas com o intuito de investigar esses locais a partir da sua inserção na paisagem, aspectos funerários e sociais. Esses sítios aparecem em grupos, geralmente em topo de morro, marcando o ponto mais alto de colinas (Jonas DE SOUZA et al. 2016a).

Os registros arqueológicos indicam que esses sítios surgiram por volta do ano 1000 A.P, sendo a cronologia mais antiga datada em 1070+-40 AP, no sítio Posto Fiscal localizado no município de Pinha da Serra (RS). As datações para esses sítios seguem em abundância para os séculos XV a XVII (José IRIARTE et al. 2013).

Frequentemente os sítios que apresentam engenharia de terra – como estruturas semi-subterrâneas e estruturas anelares – vem acompanhados de montes e/ou aterros. Essas estruturas são chamadas também de montículos e são montes de terra em formato circular. Geralmente estes locais são associados ao acúmulo de sedimentos ou espaço destinado a práticas funerárias e podem aparecer associados a outros sítios ou também de maneira isolada (Rafael CORTELETTI, 2012; Marcus BEBER, 2005).

Outro sítio destinado a práticas funerárias são as grutas com sepultamento, que geralmente são encontradas próximas a quedas d'água e rios. Nesses sítios são encontrados remanescentes humanos, materiais cerâmicos e líticos, além de vestígios de alimentação relacionados a rituais funerários. A cronologia mais recuada para esses sítios é proveniente de um sítio localizado no município de Urubici (SC) datado em 1840+-40 A.P. (Marco DE MASI, 2001; Phellipe DE LIMA, 2020).

Os abrigos sob rocha são sítios que podem possuir enterramentos e/ou inscrições rupestre. A diferença de uma gruta de sepultamento e abrigos sob rocha está pautada na definição de quem um abrigo sob rocha possui sua

profundidade menor do que a altura de entrada, enquanto a gruta possui a profundidade igual ou maior que a altura da entrada. Assim como as grutas com sepultamento, esses sítios estão presentes em todo o planalto meridional. (Rafael CORTELETTI, 2008).

Já os sítios a céu aberto são locais que apresentam materiais dispersos em superfície e/ou em profundidade, fora de abrigos e de estruturas construídas e estão espalhados por todo o planalto meridional e são encontrados com maior incidência no Paraná. A dispersão da materialidade nesses sítios é bastante variável, com áreas de 6 m² até 90.000 m² nos maiores casos. Os materiais encontrados são artefatos líticos, artefatos cerâmicos, estruturas de fogões e buracos de estacas (Jonas DE SOUZA & Fabiana MERENCIO, 2013). Essas evidências não aparecem de maneira concomitante, podendo alguns sítios apresentar apenas um ou outro material.

A funcionalidade atribuída a esses sítios é variada, sendo interpretado pela arqueologia tradicional como locais de ocupação sazonal do planalto, utilizados no verão e primavera, o que reforçaria a ideia de que as estruturas semi-subterrâneas eram assentamentos adaptados para o clima frio do planalto meridional (Pedro SCHMITZ & Ítala BECKER, 1991). Para outros autores, os sítios a céu aberto fariam parte do conjunto de sistema de assentamentos, associados a outras tipologias de sítio que estariam localizadas próximas ao local, colaborando para uma rede de atividades específicas (Silvia COPÉ et al., 2002).

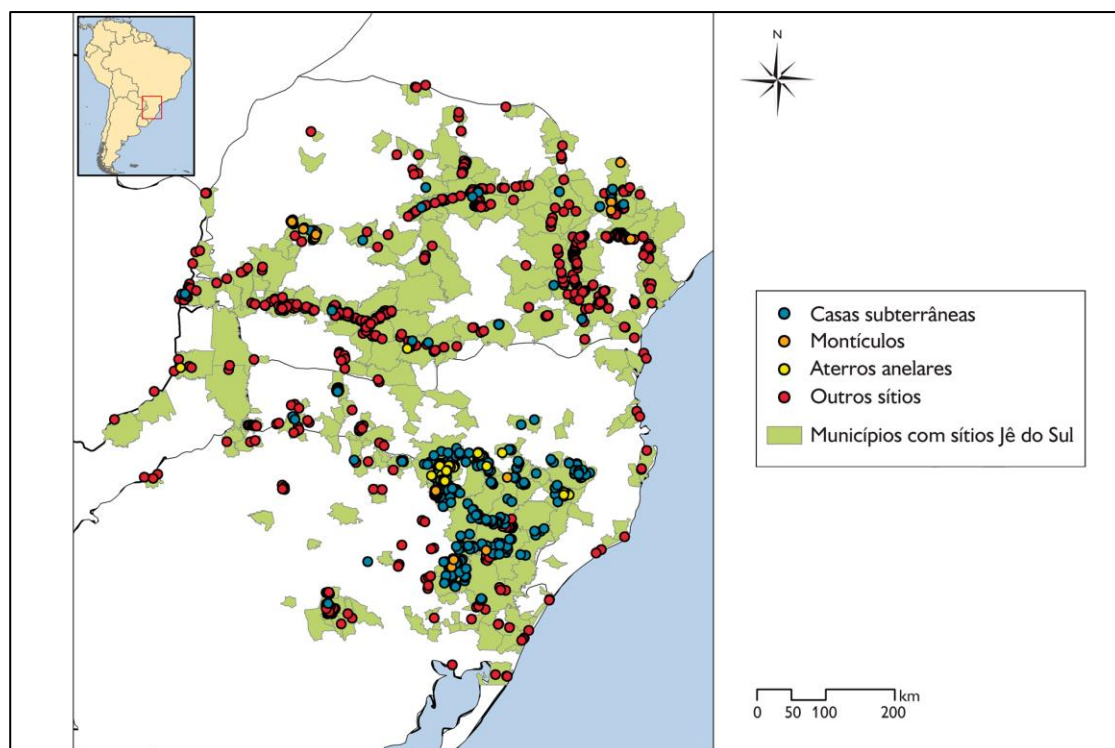
Como mencionei no Capítulo 1, os povos Jê Meridional também possuem um tipo específico de inscrições rupestre espalhados desde o litoral até o planalto meridional, nos três estados que compõe o sul do Brasil.

Os grafismos geralmente são encontrados em paredões rochosos, mas também foram identificados em estruturas semi-subterrâneas e em galerias subterrâneas, estes presentes no município de Urubici (Rafael CORTELETTI, 2012). No Planalto Meridional é nas proximidades de Urubici que a maioria dos grafismos são encontrados (Sérgio SILVA, 2001).

O Morro do Avencal, sítio com gravuras rupestres situado no município de Urubici, apresenta diversos grafismos tipicamente Jê, localizado em uma paisagem estratégica próximo a água e a montanha, remetendo a aspectos importantes da cosmologia Jê Meridional. Nesse sítio análises arqueométricas foram realizadas e identificaram o uso de carvão e cera de abelha como composto do pigmento usado nas inscrições, sendo a cera de abelha uma evidência inédita, já que os relatos etnográficos indicam seu uso de diferentes formas, como apresentei no Capítulo 1 o uso para o acabamento da superfície da cerâmica, mas nunca mencionado como componente da pasta de inscrições rupestres. O sítio possui datações de 2130+- 25 A.P. até período mais recentes de 120+-25 A.P., o que realça a história de longa duração dos povos Jê (Rafael CORTELETTI, Bruno LABRADOR e Paluo DEBLASIS., 2023).

A implementação desses sítios na paisagem não ocorrem de maneira aleatória, sendo dispostos em pontos estratégicos da paisagem, além de se apresentarem distintos espacialmente (Figura 9), com diferentes tipos de sítios em distintas zonas de vegetação (Astolfo ARAÚJO, 2001, João SALDANHA, 2005; Rafael CORTELETTI, 2012; Jonas DE SOUZA & Fabiana MERENCIO, 2013), além de diferenças regionais estilísticas significativas constatadas na cerâmica (Jonas DE SOUZA, 2011).

Figura 9. Mapa com os sítios arqueológicos Jê Meridionais. Fonte: Fabiola SILVA & Francisco NOELLI, 2017.



Buscando entender o deslocamento desses povos nesse território, a funcionalidade e implantação desses sítios na paisagem, muitas pesquisas se debruçaram sobre as evidências arqueológicas e muitos modelos interpretativos foram sendo desenvolvidos com o intuito de entender como estas pessoas viviam nessas áreas e como se deslocavam entre as diferentes zonas que ocupavam. Rafael Corteletti (2012), através de revisão da literatura, identifica três modelos de mobilidade nas proposições de diferentes pesquisas.

O primeiro é um modelo de alta mobilidade, movido pela subsistência através da caça e coleta em diferentes ambientes, além da possível prática agrícola. Esse modelo sugere que durante o inverno a base de alimentação seria o pinhão e desceriam para o litoral no verão em busca de caças e pesca, em conjunto com pequenos cultivos de milho e feijão na encosta. Essa alta mobilidade sazonal sugere que estas pessoas estavam em constante locomoção pelos três ambientes, o planalto e as florestas de Araucária, a encosta com cultivos e no litoral com recursos de pesca (Pedro SCHMITZ & Ítala BECKER 2005; Marcus BEBER, 2005).

O segundo considera a alta mobilidade vertical pelos três ambientes – planalto, encosta e litoral –, mas salienta que pode ter ocorrido um sistema diferenciado, pautado principalmente na contradição que havia no investimento na construção de estruturas semi-subterrâneas (José REIS 1997). Adriana Dias (2003) sugere que as constantes locomoções ocorriam por migrações de grupos de diferentes famílias e que este voltavam ocupar os mesmos assentamentos a cada estação. A autora também ressalta que o cultivo de alimentos na encosta seria trabalhado através de estratégias de estocagem de alimentos de caças e coletas obtidos no litoral e no planalto.

Por fim, o terceiro modelo de baixa mobilidade, não reforça a necessidade de migrações sazonais para manter a subsistência, sugerindo que as diferentes categorias de sítios formam um padrão de assentamento composto por sítios de habitação, acampamento temporários e cemitérios. Esse modelo é pautado em estudos arqueológicos que indicam que sítios foram continuamente ocupados, sem evidências de abandono, como o caso de sítios localizados em Bom Jesus (RS) e em Campo Belo do Sul (SC) (João SALDANHA 2005; Marco DEMASI, 2005; Silvia COPÉ, 2006; Astolfo ARAUJO 2007; Jonas DE SOUZA et al. 2016b).

Nesse sentido, além de povos construtores de estruturas de engenharia de terra, o manejo agroflorestal estaria presente no cotidiano dessas populações, construindo paisagens antrópicas ao longo do tempo. Essas modificações foram constatadas a partir de estudos que identificaram uma mudança circunstancial da Floresta de *Araucaria angustifolia* que coincide com o aumento de sítios arqueológicos de grandes dimensões, indicando uma relação direta com a presença humana no local. Essas pesquisas que relacionaram análises paleoecológicas e dados arqueológicos evidenciam a agência das populações no ambiente e como estas resultam na modificação e criação da paisagem (José IRIARTE & Hermann BEHLING, 2007; Rafael CORTELETTI & José IRIARTE, 2018; Mark ROBINSON et al. 2018; Aline CRUZ et al. 2020).

Em suma, esse último grupo ressalta a existência de unidades sociais, que denotam estabilidade e complexidade social, o que se aplica para as

evidências encontradas no Alto Vale do Rio Canoas e conseqüentemente para o sítio Bonin.

Uma das evidências que reforça a baixa mobilidade são estudos de vestígios botânicos. Em análise de micro vestígios e macro vestígios retirados de potes cerâmicos e de sedimentos coletados da escavação realizada no sítio Bonin, foi possível identificar uma quantidade de plantas, como milho (*Zea mays*) e a mandioca (*Manihot* sp.), feijão (*Phaseolus* sp.), leguminosa (Fabaceae), inhame (*Dioscorea* sp.), pinhão (*Araucaria angustifolia*) e gramíneas. que são cultivadas durante o ano todo, o que corrobora com a hipótese de que as populações Jê Meridionais permaneciam por mais tempo em suas aldeias e não necessitavam de um deslocamento sazonal para a busca de alimentos, além de realçar a existência de um consumo diversificado, que envolve o cultivo de uma diversidade de plantas durante diferentes estações do ano, a caça, a coleta e da pesca (Rafael CORTELETTI, 2012; Rafael CORTELETTI, et al 2015; Juliany CAVALCANTE, 2020).

Apesar de amplamente ocupado por diferentes tipologias de sítios, os povos Jê Meridionais não estavam sozinhos nessa região, sendo necessário analisar juntamente com a expansão Jê para o Sul do Brasil a expansão Guarani, que ocorreu pelo Mato Grosso do Sul e oeste paulista, e os Tupinambá pelo litoral, já que os dados apontam disputas territoriais e interação entre esses povos em fronteiras fluídas, possíveis de serem visualizadas na influência em atributos cerâmicos e pela presença de sítios Guarani em áreas predominantemente Jê (Francisco NOELLI & Jonas DEZOUZA, 2017).

Segundo Francisco Noelli (2004) os Tupinambá separaram os Jê Meridional das demais populações Jê que ocuparam regiões da Serra do Mar e litoral do sudoeste brasileiro além de áreas do interior de São Paulo e Minas Gerais, por volta de 2 mil AP. Os Guarani cercaram os Jê nas áreas mais elevadas da Serra Geral, desde o centro-sul do Paraná até o Planalto Sul-Rio Grandense. Entre 2 mil A.P e 1 mil A.P as disputas territoriais ocorreram nos três estados do sul do Brasil. Enquanto os Jê ocupavam áreas mais altas, de

temperaturas frias e áreas de campo, os Guarani ocupavam limites das florestas subtropicais e da Mata Atlântica, fronteira com o território Jê.

A interação desses povos estão presentes nas evidências arqueológicas, em locais onde foram constatados a presença de cerâmica Tupi-Guarani em sítios Jê. No entorno da cidade de Itapiranga (SC) há sítios que demonstram o contato pela composição de unidades residenciais de ambas as tradições em um mesmo assentamento. Na cerâmica não houve mistura de estilos nesse caso (Marcos DE MAIS e Lúcia Artusi, 1985; Jonas DE SOUZA et al. 2016a).

No Rio Grande do Sul também há sítios em situação semelhante, onde cerâmicas Tupi-Guarani aparecem em sítios Jê Meridional, interpretados como locais de habitação. Nesse caso, houve mistura de estilos cerâmicos que são interpretados como contato intencional e não interações ocasionais (Pedro SCHMITZ et al. 1987).

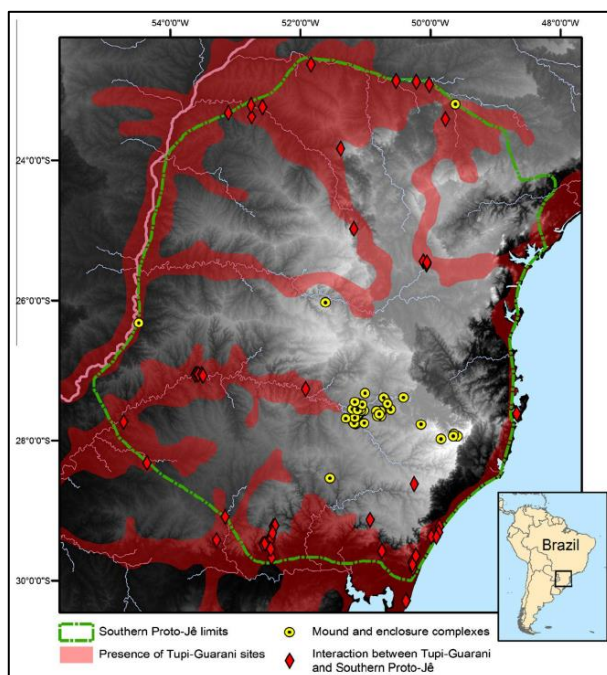
Em ambos os casos a influência ocorre de maneira unilateral, onde as famílias Tupi-Guarani mudam-se para aldeias Jê e, no segundo caso, a cerâmica Jê adota formas e decorações típicas dos povos Tupi-Guarani (Marcos DE MASI e Lúcia ARTUSI, 1985; Pedro SCHMITZ et al. 1987; Jonas DE SOUZA et al. 2016a).

Além dos sítios que apresentam justaposição de ambos os povos, alguns trabalhos levantam a hipótese de que a evidência do contato também estaria presente no surgimento de arquitetura funerária. Jonas de Souza et al. (2016a) constata um aumento significativo de sítios arqueológicos com estruturas de engenharia de terra, como complexos de montículos, estruturas anelares e estruturas semi-subterrâneas de grandes dimensões começaram a aparecer, principalmente no planalto catarinense, por volta do ano 1000 A.P., na área oeste da confluência do rio Canoas e Pelotas, formadores do rio Uruguai.

Esses espaços foram considerados centros cerimoniais, com visibilidades entre os locais, com nivelamento de terrenos e alinhamento entre as estruturas, o que corresponderia ao planejamento de uma paisagem altamente estruturada, sendo desenvolvida como uma resposta a chegada dos povos Tupi Guarani no

planalto sul brasileiro, estabelecendo uma fronteira, conforme pode ser observado na Figura 10.

Figura 10. Mapa com a distribuição dos sítios com interação Tupi-Guarani e Jê Meridionais e sítios monumentais Jê. Fonte: DE SOUZA et al. p. 204, 2016a.



Dentro dos estudos sobre sítios monumentais funerários Jê, além da abordagem que investiga a disposição desses sítios na paisagem, há esforço de pesquisadores e pesquisadoras em entender como a dualidade Jê estaria presente nesses locais.

Em estudo em sítios monumentais localizados em Pinhal da Serra no Rio Grande do Sul, José Iriarte et al. (2013) constataram construções de arquitetura dual, sendo uma materialização da organização social e espacial dualística das sociedades Jê, demonstrando um alinhamento de SW e NE entre diferentes estruturas dos sítios. Além do alinhamento os autores constatarem diferentes elevações para as estruturas, onde a mais alta seria atribuída a metade Kamé (oeste) e as mais baixas a metade Kainhru (leste). O alinhamento de diferentes sítios indica que estes foram posicionados em locais estratégicos, revelando uma paisagem cultural na qual estruturas funerárias e aldeias habitacionais foram cuidadosamente orientadas e alinhadas.

Outro estudo que investiga a dualidade presente na distribuição espacial ocorre no município de Campo Belo do Sul (SC), no sítio Abreu e Garcia. Mark Robinson et al. (2017) identificaram a reprodução da arquitetura mortuária dual em três níveis: alinhamento de duas estruturas anelares, montes gêmeos dentro da estrutura anelar e a divisão interna presente dentro dos montes, que revelou duas fases de construção. As datações mais antiga desse sítio é de 400 +- 30 AP.

De fato, as investigações sobre a disposição espacial dual característica das sociedades Jê Meridional são pouco trabalhadas pela arqueologia. Como apresentei no Capítulo 1, a dualidade está presente não apenas na espacialização dos ritos funerários, mas em espaços domésticos e na espacialização de casas nas aldeias (Robert CREPEAU, 2005).

A dualidade na espacialidade de sítios arqueológicos se limita a estudos de sítios com estruturas anelares e montículos funerário, não há outros trabalhos que investiguem a dualidade na disposição espacial em ambientes de habitação, como no caso de aldeias com estruturas semi-subterrâneas, o que evidencia um tema em aberto para ser investigado.

Como uma tentativa dessa investigação, em trabalhos anteriores busquei identificar a dualidade através da decoração plástica presente nas cerâmicas do sítio Bonin, que foi propiciada através da disposição espacial do sítio Bonin que possui indícios da dualidade, como veremos adiante. Ao pensar sobre a dinâmica na aldeia – levando em consideração a organização social urixolocal e patrilinear – percebemos que a cerâmica estaria em todos os espaços, dificilmente sendo possível associar a decoração plástica a espacialidade do sítio (Ana SPRENGER, 2020).

2.1 A cerâmica Jê Meridional na literatura arqueológica

Os estudos arqueológicos preliminares sobre os povos Jê Meridionais tiveram como foco as definições de tradições a partir das cerâmicas encontradas em sítios arqueológicos dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Esses estudos tiveram início em 1965 e foram realizados no âmbito do PRONAPA

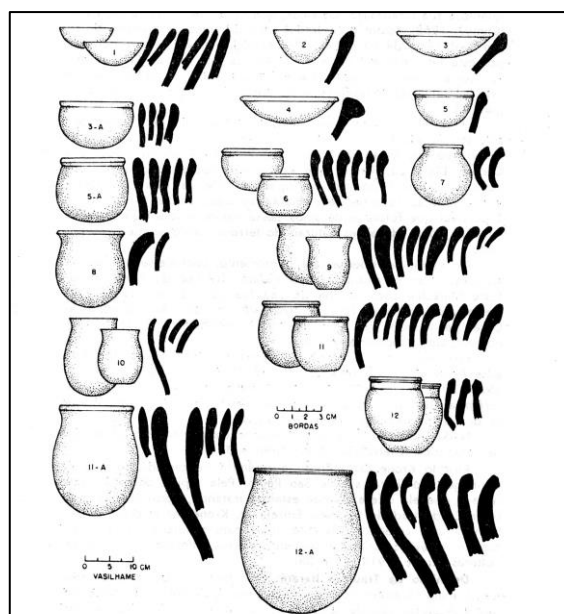
(Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas). O objetivo principal era entender e descrever a dispersão tecnológica dos achados arqueológicos, com o estabelecimento de fases e tradições.

Para esses vestígios foram criadas três tradições arqueológicas no sul do Brasil, que foram definidas em momentos cronológicos e espaciais diferentes: a Tradição Itararé e Casa de Pedra no Paraná, a Tradição Taquara no Rio Grande do Sul. Outra cerâmica com as mesmas características tecnológicas foi encontrada na Argentina e foi definida como cerâmica El Doradense por Oswald Menghin (1957). Após diversos debates sobre a similaridade entre as tradições – não havendo diferenças tecnológicas significativas para separá-las – o termo Tradição Taquara-Itararé foi definido como o mais adequado para se referir a essa cultura material (Francisco NOELLI, 1999; Marcus BEBER, 2005; Astolfo ARAUJO 2007).

Os primeiros vestígios da Tradição Itararé foram encontrados no vale do Rio Itararé – divisa entre os estados de São Paulo e Paraná – e posteriormente nas regiões noroeste, sul e centro do Paraná, em áreas de Planalto em sítios a céu aberto, abrigos sob rocha e no litoral em camadas superiores de sambaquis. As cerâmicas diagnósticas dessa tradição são caracterizadas por vasilhames de pequeno porte, com tempero composto de minerais de areia e quartzo, raramente com grãos de hematita. As cerâmicas são descritas como frágeis e porosas, em cores uniformes que podem variar de vermelha-tijolo, cinza-escuro e cinza-claro (Igor CHMYZ, 1968).

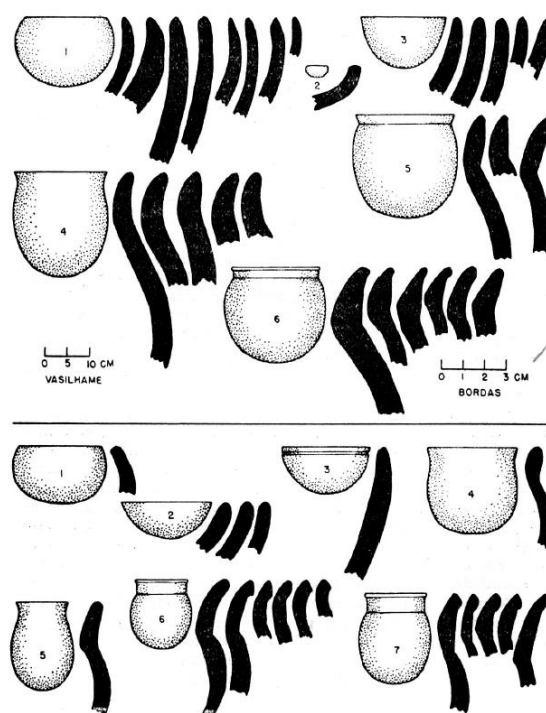
No momento de sua definição Igor Chmyz (1968) descreve que as formas aparecem bem definidas, sendo 12 ao total, com bases arredondadas, planas e côncavas. As bordas são diretas, extrovertidas, expandidas e reforçadas externamente (Figura 11). O autor ainda relata ela aparece de maneira intrusiva em muitos sítios Guarani, por vezes apresentando engobo vermelho e decoração ungulada, traços característicos da cerâmica Guarani.

Figura 11. Exemplo de formas de cerâmicas encontradas no estado do Paraná, associadas a Tradição Itararé. Fonte: Igor CHMYZ, 1968.



A Tradição Casa de Pedra foi definida a partir de um sítio localizado em um abrigo sob rocha no município de União da Vitória. Igor Chmyz (1968) descreve que as cerâmicas foram produzidas pela técnica de acordelado, o tempero composto por quartzo e areia, as formas são classificadas em esfera, meia esfera, meia calota e ovóide, com bases predominantemente arredondadas e levemente planas. As bordas são extrovertidas, diretas, introvertidas e inclinadas externamente. A superfície foi alisada, são poucas as cerâmicas que possuem decoração plástica. No caso desse abrigo, apenas uma peça apresenta incisões em sua superfície. As tonalidades desses vasilhames são amarelas, marrom-clara, cinza-clara e cinza-escuro. Nesse abrigo o autor também relata a presença em pouca quantidade de uma coloração escura brilhante (Figura 12).

Figura 12. Exemplo de formas de cerâmicas encontradas no estado do Paraná, associadas a Tradição Casa de Pedra. Fonte: Igor CHMYZ, 1968.



A Tradição Taquara foi definida no estado do Rio Grande do Sul, por Eurico Miller (1967) a partir de cerâmicas encontradas no sítio Morro da Formiga no município de Taquara. É caracterizado por cerâmicas pequenas sem e com decoração plástica, feitas com impressão de cestarias, incisos ponteados, ungulados e outros instrumentos. Posteriormente essa tradição também foi caracterizada pelos sítios que possuíam estruturas com movimentação de terra (Marcus BEBER, 2005).

Diversos autores debatem e problematizam a conceitualização das tradições arqueológicas. Criadas dentro de uma arqueologia histórico-culturalista, as definições de tradições estão focadas apenas na descrição das evidências, afastando a materialidade das pessoas, associando a um tempo linear de evolução – como sucessões de acontecimentos – e desenvolvendo a criação de “fósseis guias” que necessitam de novas tradições e definições a cada novo achado (Francisco NOELLI, 1999; Astolfo ARAUJO 2007; Jonas DE SOUZA, 2009).

Para Francisco Noelli (1999) a metodologia aplicada em diversos sítios nesse contexto não possibilitou condições para reconhecer contextos regionais, realizar estudos de adaptação, manejo ambiental, pesquisas de cultura material ou tantos outros temas que a pesquisa arqueológica possibilita.

A dispersão territorial da Tradição Taquara-Itararé coincide com a ocupação histórica dos Kaingang e Laklãnõ/Xokleng, assim como a continuidade na cultura material (cerâmica, práticas funerárias, motivos decorativos na arte rupestre e na cerâmica), o que permite estabelecer uma relação direta de continuidade histórica entre essas sociedades e as que ocuparam os sítios arqueológicos (Sérgio SILVA, 2001; Marcelo JOKELSKY, 2010; Rafael CORTELETTI, 2012; Francisco NOELLI & Jonas DEZOUZA, 2017). Segundo Astolfo Araújo (2007), devido ao deslocamento dos povos Jê para o sul do Brasil, há possibilidades de existir semelhanças nos vestígios arqueológicos materiais, indicando uma continuidade entre as cerâmicas da Tradição Una de Minas Gerais e da Tradição Itararé do Sul de São Paulo.

Dessa forma, alguns trabalhos que buscam ir além das definições da arqueologia histórico-culturalista e associam o contexto arqueológico encontrado aos povos Kaingang e Laklãnõ/Xokleng, reconhecendo a continuidade histórica dos povos Jê Meridional. No entanto, é difícil distinguir o registro arqueológico e classificá-lo em dois conjuntos, associados distintamente a cada um desses povos, principalmente quando falamos sobre cerâmica.

Alguns trabalhos como o de Tom Miller (1978) e Fabiola Silva (1999), tendo como base dados etnográficos e históricos, indicam elementos muito similares na elaboração da cerâmica, tanto no que diz respeito a elementos sobre padrões construtivos e tempero, quanto a aspectos externos relacionado ao tratamento de superfície.

No levantamento realizado por Fabiola Silva (1999) a seleção Kaingang da argila indica que o melhor barro é o escuro e preto. Para os Laklãnõ/Xokleng a argila ideal é a branca ou acinzentada, encontrada principalmente no local indicado pelo arco-íris. A diferença no tempero dos potes está na adição de

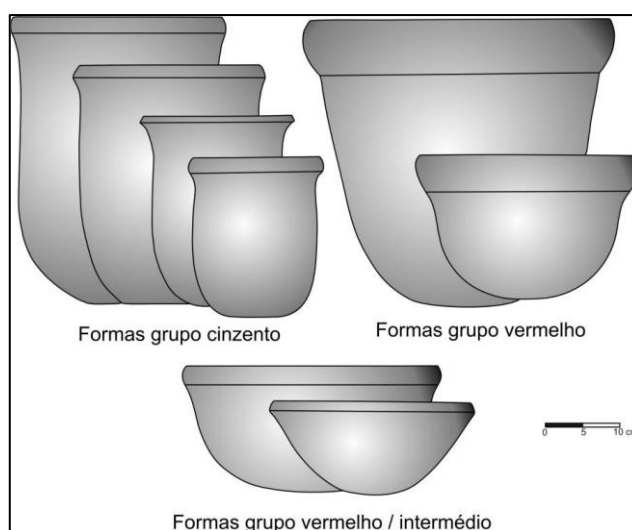
cinzas e carvão pelas ceramistas Laklãnõ/Xokleng, enquanto a preferência das ceramistas Kaingang é a utilização de areia grossa e cacos de cerâmica triturados. A técnica construtiva utilizada por ambos é bastante semelhante, sendo a base modelada com os dedos e as paredes construídas com roletes. Alguns autores também indicam a utilização da técnica de modelado e moldado para a construção dos vasilhames. A queima é ao ar livre e o acabamento final das peças para ambos é com alisamento intenso com seixos molhados, palha de milho ou folha de palmito. O escurecimento também é uma preferência para o acabamento das peças. No caso dos Laklãnõ/Xokleng há relatos da utilização de cera de abelha para o acabamento final.

Para a autora, as informações históricas indicam que apesar de todo o processo colonizatório de desterritorialização e desestruturação dessas populações é nítida a manutenção de muitos elementos do processo de manufatura da cerâmica. Também há evidências de aspectos de uma tradição tecnológica comum, mas são necessários estudos mais detalhados para diferenciar com precisão e consistência os conjuntos cerâmicos encontrados em contextos arqueológicos.

Jefferson Nunes & Pedro Schmitz (2017), ao relacionar a análise tecnológica da cerâmica encontrada no Paraná com o contexto histórico do local, inferem que são fortes os indícios que associam a cerâmica encontrada às populações Laklãnõ/Xokleng, provocando para uma possível explicação para a ocupação no Vale do rio Itajaí.

As cerâmicas analisadas pelos autores foram agrupadas em três conjuntos, diferenciados pelo acabamento superficial em tons de acinzentado, avermelhado e intermediário, além de decoração plástica presente no conjunto com tom avermelhado. O resultado da análise indicou três formas diferentes associadas aos conjuntos identificados (Figura 13).

Figura 13. Modelos de formas por conjuntos. Fonte: Jefferson NUNES & Pedro SCHMITZ, p. 11, 2017.



A definição das cerâmicas da Tradição Taquara-Itararé foi pautada principalmente em comparação com as cerâmicas Guarani, caracterizada a partir de um viés simplista, com vasilhames de pequeno porte e principalmente, com pouca ou nenhuma decoração. Além disso, a maior parte das coleções são compostas por cerâmicas em pequena quantidade, por vezes com fragmentos pequenos que impossibilitam a reconstrução e projeção de potes (Rafael CORTELETTI, 2012).

Apesar disso, alguns trabalhos (Lilian PANACHUK 2006; 2007; Ana SPRENGER, 2020; Francisco GONZAGA, 2022) buscam elaborar novas interpretações sobre essas cerâmicas, realçando os aspectos tecnológicos que a caracterizam a uma demanda de habilidade e tempo, além de trabalhar a variabilidade de formas e estéticas, tanto em conjuntos de sítios quanto em comparação de conjuntos de diferentes locais, possibilitando encontrar aspectos estilísticos regionais para a cerâmica.

Com o intuito de lidar com as evidências materiais para além da tendência homogeneizante de interpretar o passado proposta pela arqueologia histórico-culturalista, João Saldanha (2005), no viés da arqueologia processual, realiza uma interpretação sobre a cultura material a partir de uma perspectiva contextual. O autor realizou uma análise morfológica e funcional dos vasilhames

cerâmicos encontrados na área de Barra Grande, no norte do Rio Grande do Sul e Sul de Santa Catarina, nos municípios de Pinhal da Serra, Esmeralda (RS) e Anita Garibaldi (SC).

Partindo de um número de 201 vasilhames analisados, o autor identificou 7 formas básicas e as organizou em 4 conjuntos de vasilhames. No primeiro conjunto – denominado Tipo 1 – está a maior parte da amostra – é caracterizada por vasilhas não restringidas, com forma ligeiramente cilíndrica, contorno infletido ou simples. Esta forma é composta por elementos decorativos geralmente presente abaixo do ponto de inflexão, ou na metade da vasilha, cobrindo cerca de 25% das peças. Em 50% das vasilhas foi possível verificar a brunidura como tratamento de superfície. João Saldanha (2005) relaciona a funcionalidade do Tipo 1 para uso de cozimento de alimentos, levando em consideração aspectos morfológicos e marcas de utilização.

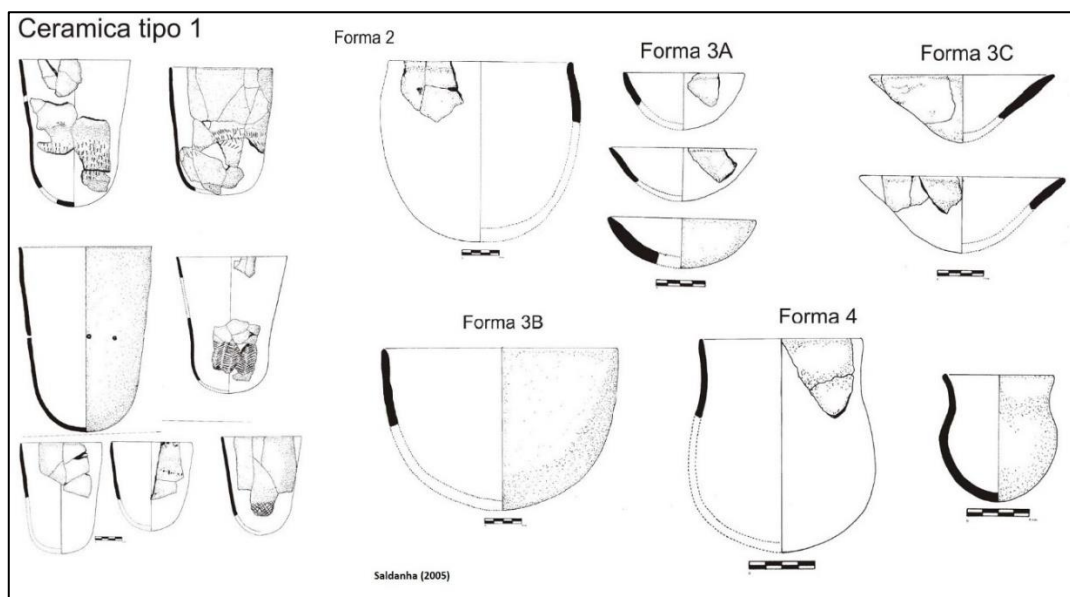
O tipo 2 é caracterizado por vasilhas restringidas de forma esférica com contorno simples. Em alguns casos, esse tipo apresenta reforço de borda. A decoração plástica está presente em apenas uma vasilha desse conjunto, disposto abaixo do lábio até a base. Nesse caso a brunidura está presente em cerca de 58% dos vasilhames. O autor propõe que estes vasilhames eram utilizados para a preparação de alimentos.

O tipo 3 é caracterizado por vasos não restringidos com forma hemisférica. Nesse caso foram reconhecidas três sub formas, baseadas no ângulo da borda e tamanho. A decoração plástica também parece ser menos recorrente, aparecendo em apenas uma vasilha, dispostas desde abaixo do lábio até a base. Sobre o tratamento de superfície, a brunidura está presente em cerca de 70% dos vasilhames analisados. A funcionalidade atribuída a esse grupo é a utilização destinada ao consumo de alimentos, devido a sua morfologia e ausência de marcas de uso.

Por fim o tipo 4 representa vasos restringidos, de forma oval e com borda infletida. Os pontos de inflexão ocorrem no limite do início da construção da borda. Essa forma não apresentou elementos decorativos e pouca presença de

brunidura (15% da amostra). Devido à ausência de marcas de uso e características morfológicas, João Saldanha (2005) indica o uso dessas vasilhas para a contenção de alimentos. Os quatro tipos indicados pelo autor podem ser observados na Figura 14.

Figura 14. Conjuntos de vasilhas de Barra Grande. Fonte: João SALDANHA, 2005. Modificado por Ana C. Sprenger, 2022.



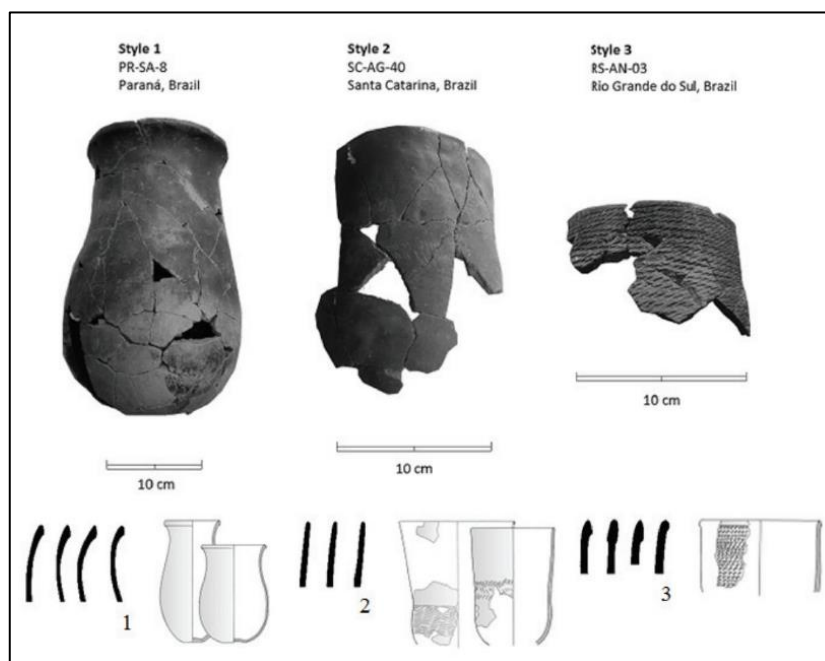
Sobre a análise quantitativa dessas vasilhas, João Saldanha (2005) indica que o tempero da pasta é composto por minerais de diferentes proporções de quartzo hialino e branco, mica e hematita, denominado de areia fina em 100% dos vasilhames. A técnica de manufatura é em grande maioria a construção sucessiva de roletes, a técnica de modelado também foi identificada. O autor ressalta a dificuldade da identificação da técnica de construção desses vasilhames, pela falta de regularidade nas quebras e paredes de espessura fina, uma questão presente em diversos trabalhos que tratam sobre análise de cerâmica Jê Meridional. Essa característica é associada a utilização de diferentes técnicas para a construção de um mesmo vasilhame, como vimos na descrição feita por Fabiola Silva (1999). Além disso, João Saldanha (2005) ressalta o uso de uma técnica chamada “*paddle and anvil*”. Essa técnica consiste em batidas na superfície do vasilhame, que acabam por amassar os roletes e explica como alguns potes de paredes bastante finas foram confeccionados. A

técnica também pode ser observada em trabalhos sobre a cerâmica Jê em contextos arqueológicos do estado do Paraná, através de trabalhos de radiografias. (Claudia PARELLADA, 2008).

Como apresentei no capítulo 1 sobre a distribuição temporal e espacial de grafismos presentes em materiais etnográficos e arqueológicos (Sérgio SILVA, 2001), em relação à cerâmica, ao analisar aspectos geralmente mais “visíveis” – como forma e decoração – alguns trabalhos definem características estilísticas distribuídas espacialmente pelo sul do Brasil.

Jonas de Souza (2011), a partir de análise de conjuntos cerâmicos de diferentes áreas do sul do Brasil, realça que há fortes semelhanças tecnológicas no que diz respeito ao tempero, técnica de manufatura e queima, dados que vimos anteriormente ser de difícil diferenciação entre os vestígios cerâmicos dos povos Jê e que para o autor significa uma origem tecnológica comum. Entretanto no que tange aos aspectos visíveis na cerâmica é possível encontrar padrões formais que representam estilos locais entre os estados do sul do Brasil (Figura 15).

Figura 15. Variação dos 3 estilos associados aos povos Jê Meridional. Fonte: Jonas DE SOUZA, 2011.

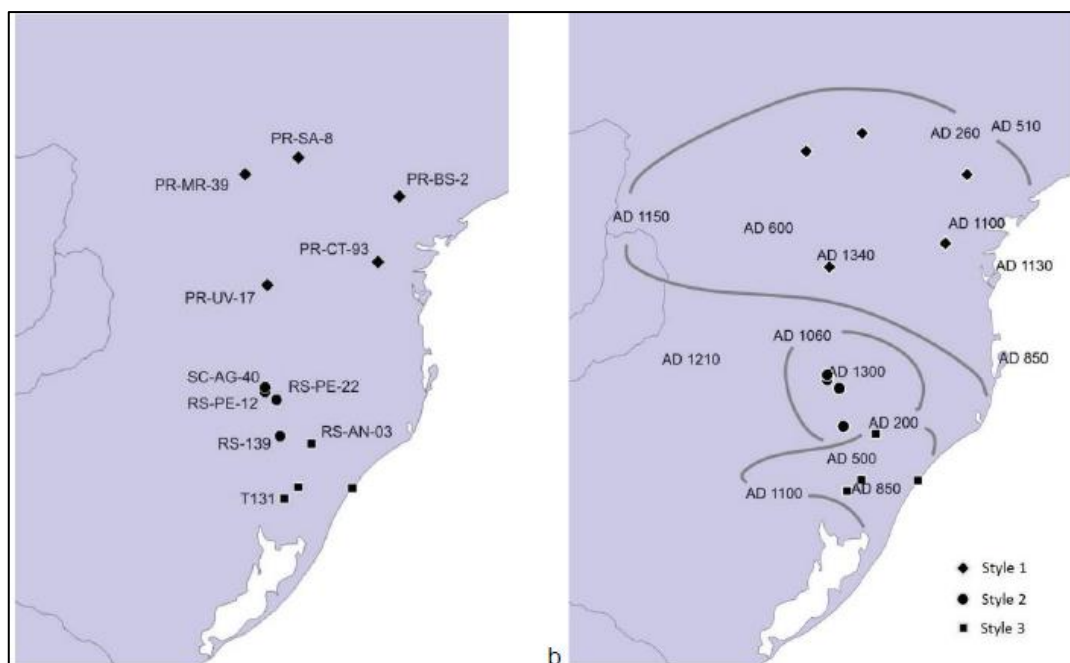


Os estilos são definidos principalmente pelas formas, que coincidem também com os padrões de assentamento. O primeiro estilo é definido por vasos ovóides com contorno fletido, constrito e com bordas expandidas, com pouca ou nenhuma decoração plástica, o sítio mais antigo associado a esse estilo é encontrado no município de Sengés no Paraná com datação de 1790 +- 210 AP. O estilo 1 é encontrado em áreas onde possuem alta quantidade de sítios superficiais e poucos sítios com engenharia de terra.

O estilo 2 é caracterizado por vasos cilíndricos, com contorno levemente fletido e não constrito, com decoração plástica mais frequente em ziguezagues e outras formas de incisões. A datação mais antiga associada a esse tipo de cerâmica é encontrada no Rio Grande do Sul, em um sítio superficial datado de 1810+-85 AP. Essas cerâmicas geralmente estão associadas a locais com alta densidade de sítios com engenharia de terra, seja estruturas subterrâneas, montículos ou grandes centros cerimoniais (Jonas DE SOUZA, 2011).

Por fim, o terceiro estilo é definido por vasos cilíndricos, de contorno simples não constritos e bordas expandidas. A decoração plástica nesse caso está presente de diferentes formas e de maneira mais intensa, com impressão de cestarias, incisões, impressões de unhas e etc. A datação mais antiga associada a esse estilo está localizado no nordeste do Rio Grande do Sul em um sítio de estruturas subterrâneas datado em 1520+-90 AP. Esse estilo é encontrado em áreas do planalto, onde dominam estruturas subterrâneas e em áreas do litoral (Figura 16).

Figura 16. Localização dos sítios dos conjuntos analisados e distribuição dos estilos associado a datações. Fonte: Jonas DE SOUZA, 2011.



Para Jonas de Souza (2011) é possível concluir que a cerâmica possui uma rápida difusão por todo o sul do Brasil, devido aos dados tecnológicos comuns e as datas mais antigas entre os limites de norte a sul serem contemporâneas, tornando difícil apontar para uma única direção de difusão. Os estilos locais ocorreram não muito depois dessa difusão, sendo resultado de territórios reduzidos e redes de interação entre grupos locais.

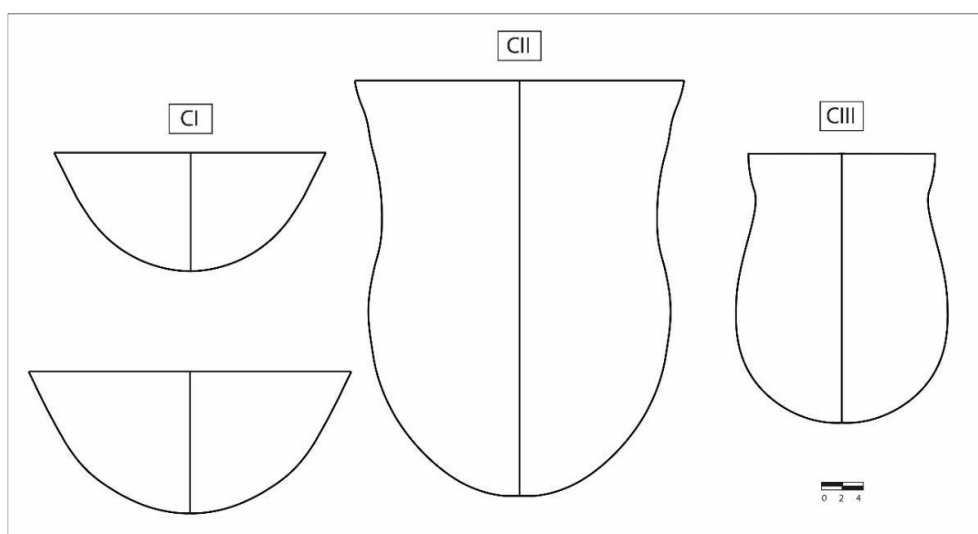
Outro trabalho que incorpora nas análises cerâmicas estudos etnográficos, etnoarqueológicos, históricos e linguísticos é o de Francisco Gonzaga (2022) que estuda a coleção cerâmica encontrada na região do Vale do rio Itajaí (SC), proveniente do sítio rio Platê I, localizado na Terra Indígena Ibirama Laklãnõ/Xokleng. A partir da análise de 165 fragmentos cerâmicos, o autor estabeleceu três conjuntos hipotéticos para entender a variabilidade interna da coleção.

Trabalhos como o de Francisco Gonzaga (2022) procuram, para além de estabelecer uma variabilidade formal dentro do contexto do sítio, ampliar para uma discussão sobre aspectos da cadeia operatória da cerâmica e aspectos

formais, com o intuito de identificar semelhanças e diferenças entre as coleções cerâmicas Jê Meridional já estudadas. Como ressalta o autor, a trajetória histórica dessas populações, como as interações estabelecidas entre si ao longo do território e com outros grupos – como vimos anteriormente no caso dos Tupiguarani e Tupinambá – são fatores relevantes para entender a variabilidade dos conjuntos cerâmicos dos povos Jê Meridional.

O conjunto I é caracterizado por apresentar superfície enegrecida e brilhante (brunidura), com bordas fortemente inclinadas que apontam para a probabilidade de vasos irrestritivos, ou hemisféricos ou semi-esféricos. O conjunto II se diferencia do conjunto I principalmente na coloração das peças – sendo esse conjunto laranja-amarronzada – e proporção do antiplástico, já que o conjunto II apresenta uma maior variedade de inclusões e em tamanhos maiores. A forma desse conjunto é irrestritiva definida como cilíndrica ou cônica. Por fim o conjunto III é o que mais apresenta vestígios de marcas de uso, sendo uma característica marcante para diferenciar dos outros conjuntos. Nesse caso, os fragmentos apresentam cores semelhantes ao conjunto II, sendo o antiplástico composto por areia média e grossa. A reconstituição indicou forma ovoide e levemente restritiva, com um gargalo abaixo da borda (Figura 17).

Figura 17. Variabilidade de formas encontradas no sítio rio Platê I. Fonte: Francisco GONZAGA, 2022.



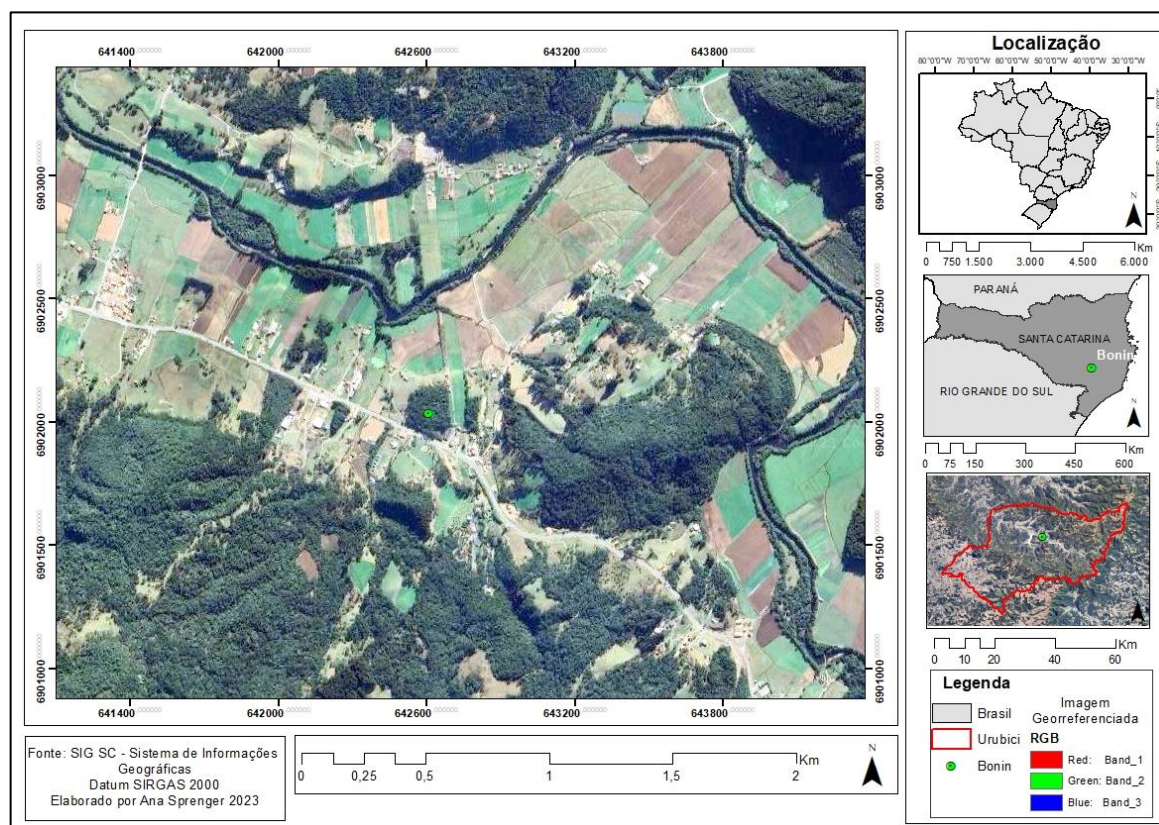
Os resultados obtidos permitiram correlacionar uma convergência entre as análises realizadas com as informações etnográfica e etno-históricas sobre os povos Jê Meridionais, em especial os Laklãnõ/Xokleng. Além disso, foi possível observar uma proximidade estilística e tecnológica em comparação com outras coleções cerâmicas de áreas altas do planalto catarinense. Segundo o Francisco Gonzaga (2022) essas similaridades encontradas permite a investigação de pesquisas futuras em busca de entender as relações que se estabeleceram historicamente entre esses locais, visto que o sítio Platê I está localizado em área de meia encosta.

Nesse subtópico o objetivo foi apresentar brevemente as características da Tradição Itararé- Taquara e evidenciar aspectos formais das cerâmicas. Essa última questão é importante por duas razões. A primeira para entender a discussão arqueológica sobre aspectos estilísticos regionais que permeiam os estudos sobre a cerâmica Jê. A segunda é para compreender a variabilidade formal desses vasilhames para que, no capítulo que vem a seguir, as cerâmicas do sítio Bonin possam ser descritas e comparadas com os contextos arqueológicos encontrados pelos lugares habitados pelos Jê Meridionais.

2.2 O sítio Bonin

O sítio Bonin é um sítio com estruturas semi-subterrâneas e está localizado no município de Urubici, em Santa Catarina, e integra um conjunto de sítios arqueológicos distribuídos pelo Alto Vale do Rio Canoas. Atualmente a vegetação do sítio é composta de matas secundária e vegetação nativa, cerca de 280 m da margem esquerda do Rio Canoas, contornado por áreas que atualmente são destinadas para agricultura (Figura 18).

Figura 18. Mapa de Localização sítio Bonin. Elaborado por Ana Carolina Sprenger. 2023.



O Alto Vale do Rio Canoas possui um modelo diferenciado de implantação de sítios, uma vez que as porções mais baixas do vale são mais ocupadas do que as mais altas. Rafael Corteletti & Paulo Deblasis (2018) inferem que a topografia característica da região, com corredores fluviais em forma de U e predominância de rochas areníticas, diferente dos outros vales das terras altas do sul do Brasil, permitiu a implantação diferenciadas de sítios em relação a outras áreas arqueológicas conhecidas, onde há predominância de assentamentos em áreas mais altas.

A região possui uma alta densidade de sítios, sendo 140 mapeados até o momento, com alta diversidade tipológica. Em Urubici essa variabilidade é manifestada em sítios com engenharia de terra (aldeias com estruturas semi subterrâneas, complexos de montículos), sítios a céu aberto (litocerâmico), sítios com petroglifos (em casas semi subterrâneas, em abrigos de rochas, em paleotocas), sítios em substrato rochoso (abrigos sob rocha com sepultamento,

estações líticas, paleotocas) (Rafael CORTELETTI, Bruno LABRADOR e Paulo DEBLASIS, 2023).

A região de Urubici já foi densamente ocupada por populações indígenas Jê Meridionais, com a maioria (75%) dos sítios localizados em áreas mais baixas e no fundo de vale. Em grande parte, são sítios com estruturas subterrâneas, com presença ou não de montículos associados, onde as atividades cotidianas ocorriam em locais de topografia mais plana e solos mais férteis (Rafael CORTELETTI & Paulo DEBLASIS, 2018).

Os sítios estão dispostos em nucleações ao longo do rio Canoas e seus afluentes, separados por aproximadamente 4km de distância entre si. Para os autores Rafael Corteletti & Paulo Deblasis (2018), a paisagem construída no Alto Vale do Rio Canoas e, mais precisamente, na região de Urubici, indica um local repleto de significados que compõe a memória e a história das sociedades Jê Meridionais.

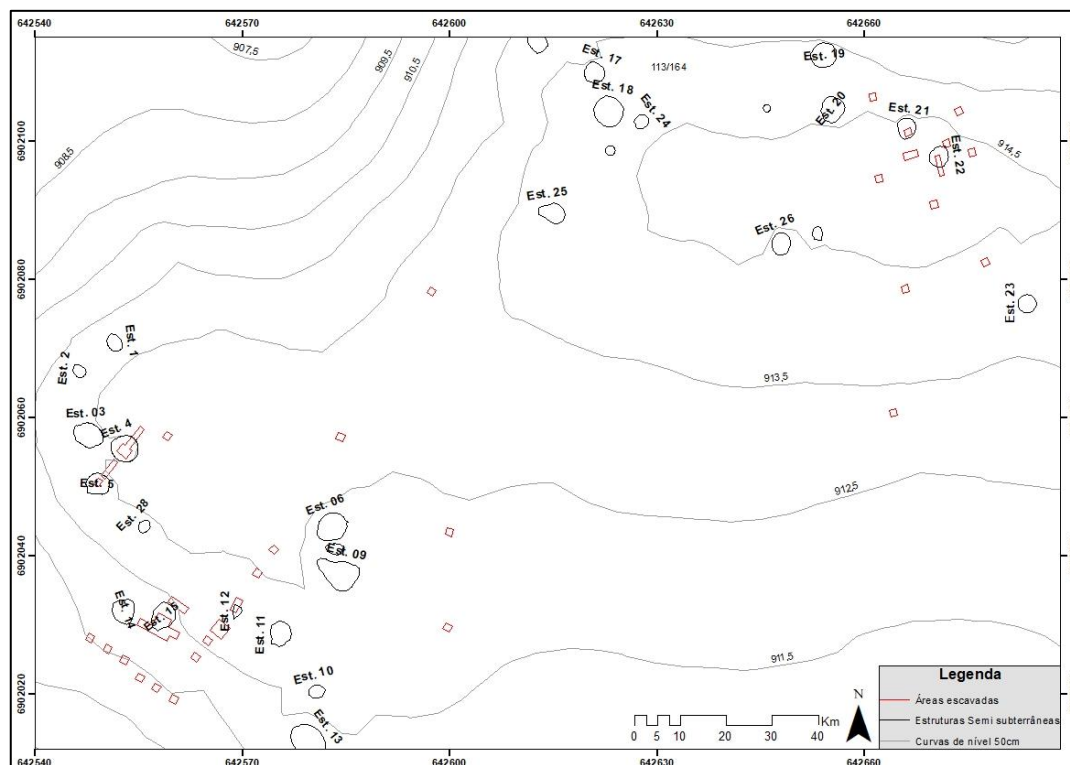
Próximo ao Bonin, ainda no primeiro patamar para quem sai da várzea do rio e na margem da rodovia SC-370, foram realizadas intervenções, coletas e mapeados outros 4 sítios arqueológicos: o Bonin 2, Mazzon 1, Mazzon 2 e Mazzon 3.

São sítios litocerâmico a céu aberto – como o caso do Mazzon 1 e Mazzon 3 – e sítios com montículos e estruturas semi-subterrâneas – como no caso do Mazzon 2 e Bonin 2. Nesses locais foi encontrado de materiais líticos, como machados polidos e mãos-de-pilão e material cerâmico (Rafael CORTELETTI, 2012).

O sítio Bonin foi estudado pela primeira vez por Rohr (1971) que coletou alguns fragmentos de cerâmica e identificou duas grandes estruturas semi subterrâneas. Com o levantamento topográfico realizado por pesquisas recentes (Manoella SOARES, 2019), foram mapeadas 30 estruturas semi-subterrâneas no sítio, distribuídas em dois setores: nordeste e sudoeste (Figura 19). Entre esses setores há um espaço “vazio” de estruturas, sendo possível identificar características distintas em relação a elevação, sendo o setor NE mais alto,

possuindo 913-915m de elevação e o setor SW 910-913m. Entre eles, a porção mais baixa caracteriza o espaço “vazio”, com 909-910m.

Figura 19. Mapa topográfico do sítio Bonin. Mapa laborado por Ana Carolina Sprenger, 2022.



Durante os anos de 2011, 2016 e 2017 o sítio Bonin passou por três etapas de escavações arqueológicas voltadas à investigação mais detalhada das estruturas e espaços ‘vazios’. Essas escavações resultaram em cerca de 2400 fragmentos cerâmicos, materiais líticos, extensa quantidade de datações e trabalhos que investigaram modelos ocupacionais (Rafael CORTELETTI & Paulo DEBLASIS, 2018), estudos sobre o solo (Manoella SOARES, 2019) e análise de vestígios micro e macro botânicos (Rafael CORTELETTI, 2012; Rafael CORTELETTI et al. 2016a; Juliany CAVALCANTE, 2020; Rafael CORTELETTI, Bruno LABRADOR, Paulo DEBLASIS, 2023). A coleção arqueológica do sítio Bonin é constituída por uma variedade de vestígios e instrumentos que corroboram a hipótese de que o sítio é uma aldeia de permanência, ocupada e reocupada durante um longo período de tempo, com estruturas semi-subterrâneas interpretadas como lugares de habitação (como a Estrutura 15) e

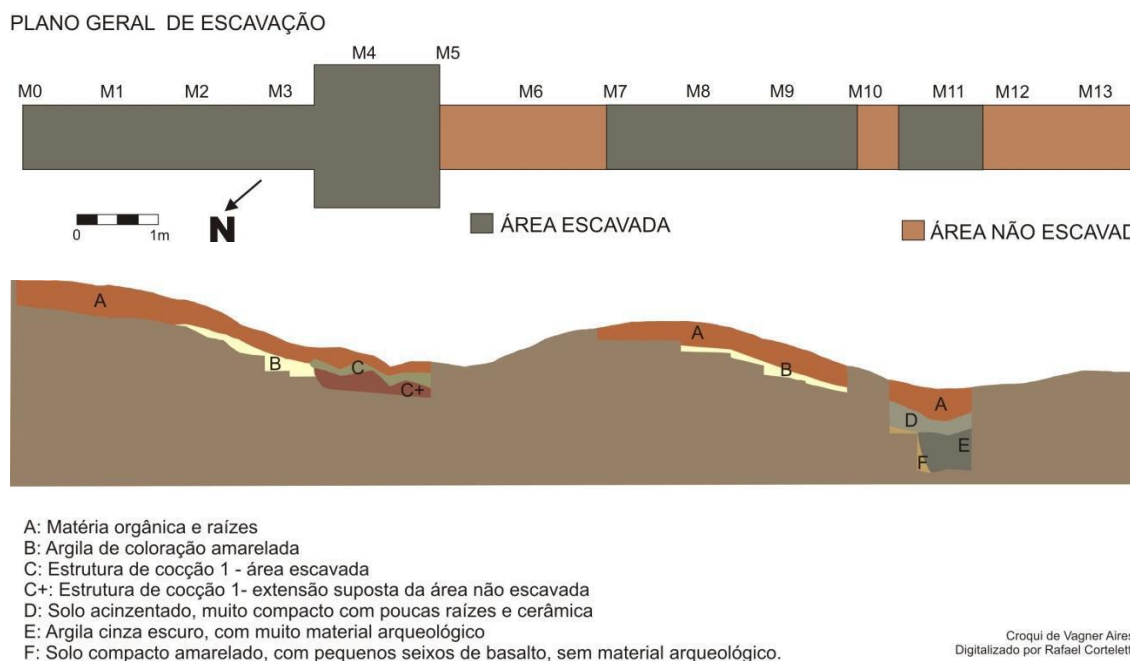
grandes cozinhas (Estrutura 4 e 22) (Rafael CORTELETTI, 2012; Manoella SOARES, 2019).

Pensando em entender os diferentes níveis de ocupação do sítio Bonin, essas intervenções serão descritas a seguir, visando detalhar métodos de escavação e estratigrafia das estruturas escavadas.

2.2.1 Escavações arqueológicas – Estruturas 4 e 5

O foco da escavação no ano de 2011 eram estruturas geminadas, já identificadas por outras(os) pesquisadoras(es) no planalto catarinense (Maria REIS, 1980; Pedro SCHMITZ et al. 2010). O objetivo da escavação foi avançar na discussão iniciada por Maria Reis (1980) a respeito da contemporaneidade e funcionalidade das estruturas geminadas. Dessa forma, foi aberta uma trincheira medindo 14m por 0,75 m de largura (Figura 20) em duas estruturas semi-subterrâneas geminadas (estruturas 4 e 5) de um conjunto de três estruturas semi-subterrâneas (3, 4 e 5). No total, foram 7m² de área escavada, duas estruturas de cocção foram identificadas (EC1 e EC2), além materiais líticos, cerâmicos e vestígios arqueobotânicos coletados durante a escavação (Rafael CORTELETTI, 2012).

Figura 20. Perfil da área escavada no ano de 2011. Fonte: Rafael CORTELETTI, 2012.

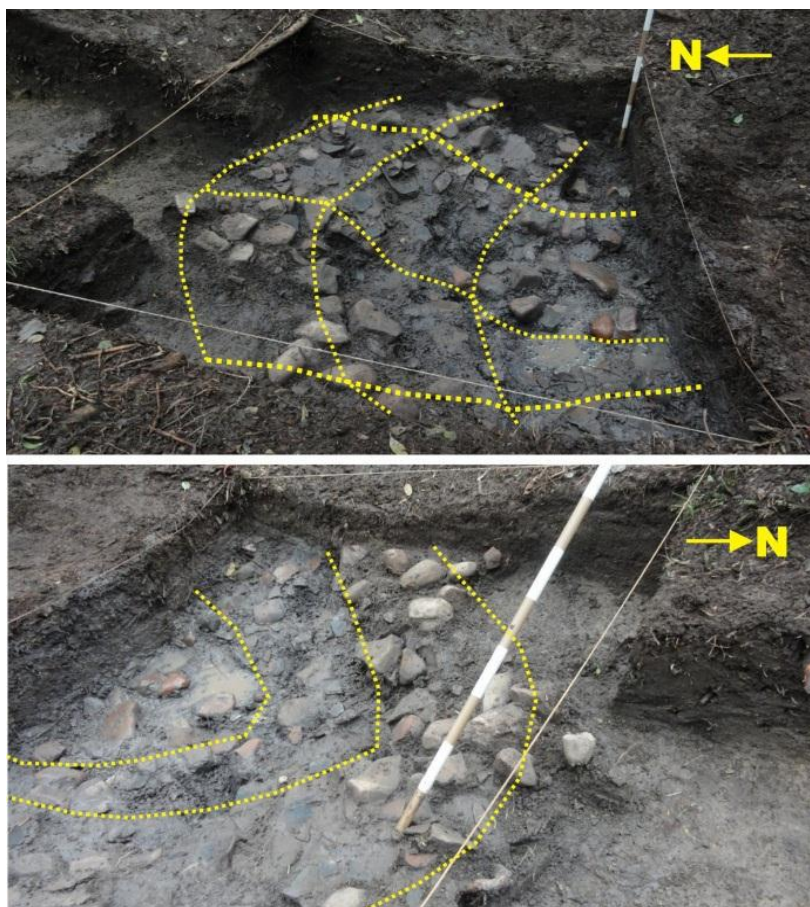


A escavação da Estrutura de Cocção 1 (EC1) encontrada dentro da Estrutura 4 foi dividida em 09 setores (Figura 21) e apresentou fragmentos cerâmicos em níveis rasos, a partir de 3 cm de profundidade. A partir dos 5 cm, seixos com fragmentos cerâmicos associados começaram a ser evidenciados, fato que ocorreu por toda a área escavada, o que permitiu a classificação desse contexto como uma estrutura de cocção. A partir do nível 2, fragmentos de cerâmica no perfil foram evidenciados acima da camada escura que compõem a EC1, a 8 cm e 15 cm de profundidade. Nessa camada, foi recolhido carvão em meio aos seixos e cacos cerâmicos. No nível 3 foi encontrado um disco de tortual de fuso cerâmico, no limite do setor 4, além de um pequeno fragmento de osso calcinado em meio aos fragmentos de carvão no Setor 1. Também nesse nível toda a EC1 foi evidenciada. A EC1 ocorre entre as profundidades de 12 cm até aproximadamente 40 cm. É composta por blocos de basalto e seixos dispostos de forma circular, que acompanham a circularidade e concavidade da estrutura semi subterrânea 4 (Figura 22). É sobre essas rochas que estava depositado o material cerâmico (Rafael CORTELETTI, 2012).

Figura 21. Separação dos setores para a coleta de material arqueológico da EC1.
Fonte: Rafael CORTELETTI, 2012.



Figura 22. Concavidade e circularidade que constituem a EC1. Fonte: Rafael CORTELETTI, 2012.



Segundo Rafael Corteletti (2012) é possível sugerir diferentes “compartimentos” para a EC1. O setor 3 pode ser considerado uma área destinada ao cozimento, caracterizado pela grande quantidade de carvão e fragmentos cerâmicos recolhidos (163 fragmentos que compuseram ao menos 03 potes). O setor 6 e parte do setor 9 são considerados áreas funcionais da estrutura, provavelmente sem fogo e destinadas à preparação de alimentos, com a presença de material lítico lascado ou com marcas de uso e pouco carvão. Em frente a esta área, no setor 2, 8 e 9, constitui-se um patamar mais elevado na EC1, construído com blocos alinhados. Na parte mais alta, nos setores 1, 4 e 7, também apresentam alta quantidade de carvão, podendo ser considerado outro “fogão”. O autor ressalta que independente dessas interpretações estarem ou não próximas daquilo que realmente ocorreu na EC1, deve-se ter em mente que aquele local era destinado a produção e movimentação de brasa, aquecimento

de pedras e preparação de alimentos, sendo que esses “compartimentos” apresentam uma evidente organização do espaço.

No setor 03, na profundidade entre 30 cm e 40 cm, foi coletada amostra de carvão para datação de radiocarbono. A amostra atestou uma data entre 1280 e 1420 cal. AD, 610+-50 cal. AP (Beta 298215) (Rafael CORTELETTI, 2012).

A Estrutura de Cocção 2 foi evidenciada ao centro da estrutura semi subterrânea 5 e chegou a 1 m de profundidade, apresentando diversas camadas e abundante material arqueológico. Pela profundidade da EC2, Rafael Corteletti (2012) ressalta que é possível que na EC1 também possa ser encontrada outras camadas de vestígios arqueológicos, abaixo do material recolhido.

Na EC2, os fragmentos cerâmicos começam aparecer na parede do perfil no nível 2, enquanto na quadra, da mesma forma que no nível 1, o solo aparece fofo com seixos e raízes. No nível 3 é evidenciado uma distinção entre as quadrículas na caracterização do solo. Na seção M11-11,5 o solo é mais fofo com raízes, na seção M10-11 o solo é mais compacto, de coloração acinzentada, com cerâmica, seixos e carvão. No nível 4 fragmentos de cerâmica com carvão começam a ser evidenciados. A partir do nível 5 muitos fragmentos grandes brunidos associados à argila densa e compacta, carvão e cascas de pinhão calcinadas começaram a ser evidenciados. Fragmentos com crosta de alimentos em grande quantidade também chamam atenção entre 50 e 55 cm de profundidade. No nível 7 foi retirada grande quantidade de fragmentos de cerâmica com fuligem, no quadrante sudeste da quadra.

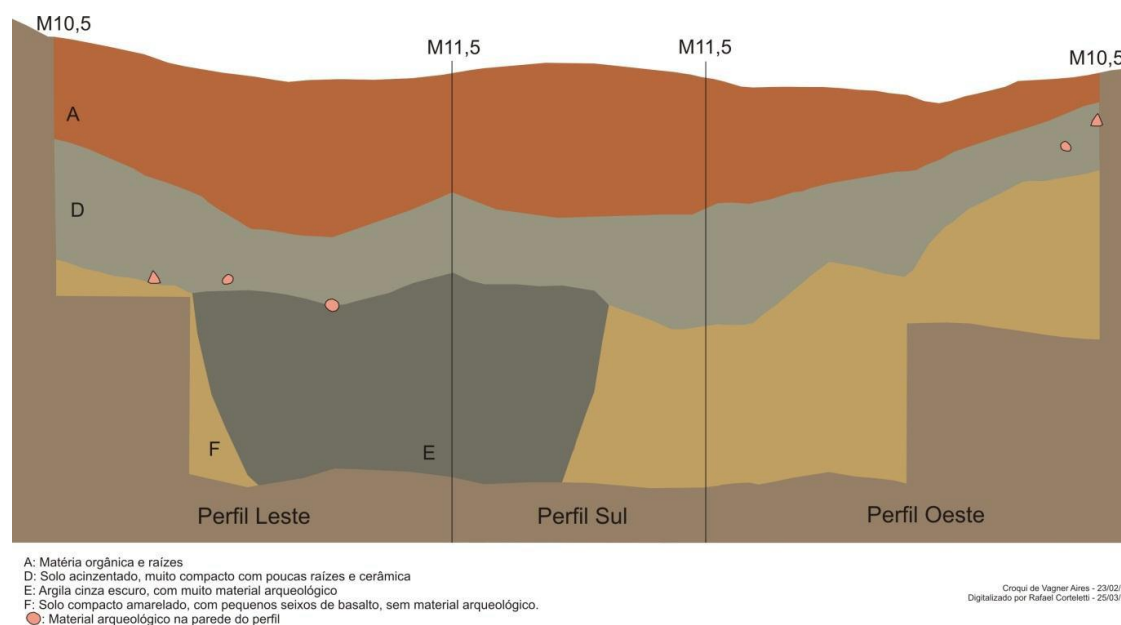
Da mesma forma que ocorreu na EC1, em virtude da grande quantidade de carvão e cerâmica concentrada nesse quadrante da escavação, foi recolhida uma amostra de carvão para datação de radiocarbono (Beta 298216) que resultou em uma data entre 1280 e 1400 cal. AD 640+-40 cal. AP, na profundidade de 65 cm e 70 cm (Rafael CORTELETTI, 2012).

Abaixo da estrutura de fragmentos cerâmicos destaca-se uma base de basalto e bolotas de argila não cozida (com aproximadamente 2 cm de diâmetro cada), além de um pequeno copo inteiro a 70 cm de profundidade (Pote S). No

nível 8 a quantidade de fragmentos cerâmicos e seixos diminui e a água começa a verter dentro da quadrícula. No nível 9 as bolotas de argila densa de cor cinza, cerâmicas, carvão e grandes blocos de basalto queimado se mantêm, mas em menor quantidade. A escavação se encerrou no nível 10, onde a água impediu que desse sequência à escavação. Ainda neste nível, raspadores em basalto, polidores em arenito e um fragmento de cerâmica foram encontrados (Rafael CORTELETTI, 2012).

Rafael Corteletti (2012) ressalta a semelhança entre as estruturas EC1 e EC2, onde os fragmentos de cerâmica aparecem sobre seixos de basalto com ruptura térmica, além de blocos de basalto e arenito com áreas polidas. A escavação da EC2 evidenciou uma estrutura semi-subterrânea com formato de “chapéu” (Figura 23), caracterizado pela escavação na parte central onde foi escavado um buraco em seu interior. Esse tipo de estrutura já havia sido identificado por Pedro Schmitz et al. (2002) em Vacaria e Silvia Copé & João Saldanha (2002) em Bom Jesus.

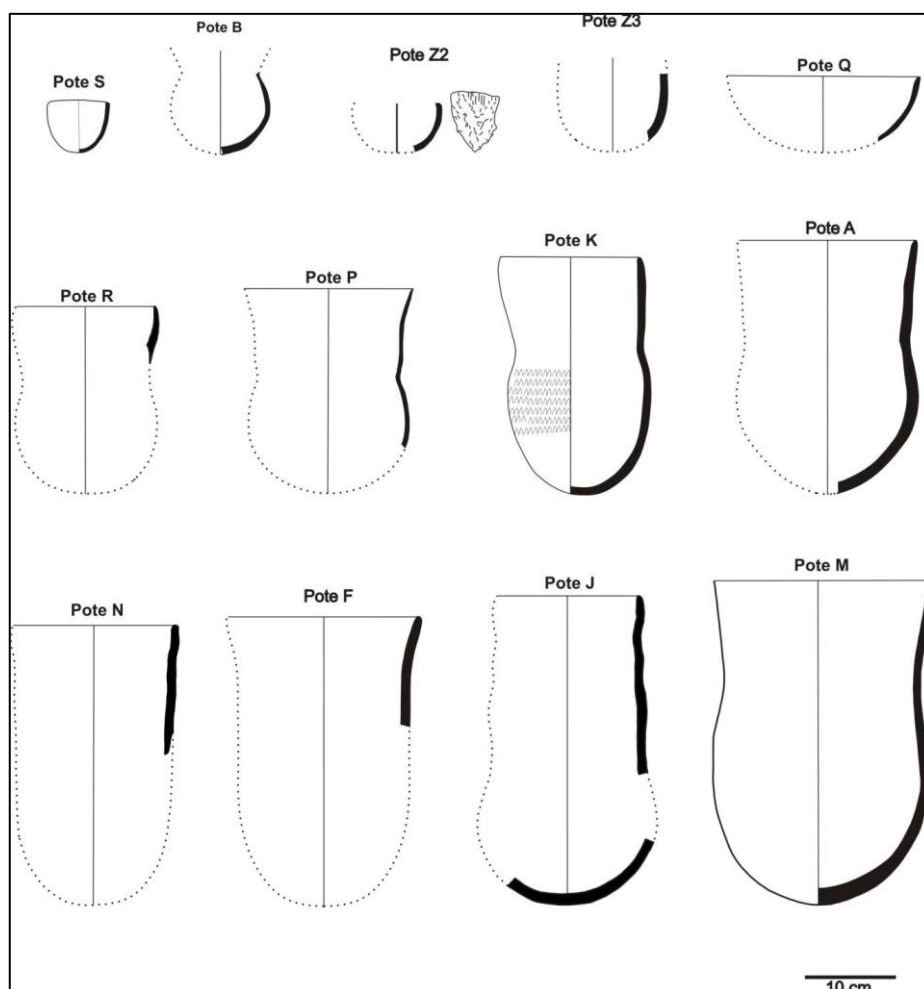
Figura 23. Perfil leste-sul EC2, Corte M10,5-11,5. Fonte: Rafael CORTELETTI, 2012.



Nesse momento, as escavações realizadas evidenciaram 631 fragmentos cerâmicos que resultaram em 23 potes de diferentes dimensões e formas (Figura 24), com características que se assemelham a outras coleções encontradas a

proximidade do Rio Pelotas e Rio Canoas, nas porções mais altas do planalto meridional brasileiro (Rafael CORTELETTI, 2012).

Figura 24. Projeções de potes encontrados nas escavações do sítio Bonin. Fonte: Rafael CORTELETTI, 2012.



Dos materiais coletados durante as escavações para além da cerâmica, os instrumentos líticos apresentam uma pequena quantidade da coleção do sítio. Rafael Corteletti (2012), que analisou os artefatos líticos coletados na EC1 e EC2, indica que estes possuem características que denotam a utilização desses artefatos no preparo de alimentos:

Tanto os instrumentos encontrados na EC1, como na EC2 do sítio Bonin indicam que eles foram basicamente utilizados no preparo de alimentos. As lascas com arestas afiadas e o furador, poderiam ser usados para cortar ou descascar frutos e/ou raízes (como o inhame, a abóbora e/ou a mandioca); os chamados talhadores para destrinchar ou desmembrar animais, bem como para quebrar ossos, para a extração do tutano, ou ainda, macerar raízes como a mandioca e o

inhame; e os blocos com superfícies côncavas alisadas poderiam ter sido utilizados para macerar pequenas quantidades de vegetais (como o milho, por exemplo). O fato de não termos encontrado mãos de pilão no interior, ou no contexto das ECs, pode indicar que a tarefa de fazer farinha ou pasta de vegetais deveria ocorrer em outro local, provavelmente na área externa da estrutura semi subterrânea (Rafael Corteletti, p. 114, 2012).

2.2.2 Escavações arqueológicas – Estruturas 12, 15, 21, 22 e quadriculas externas

As escavações do ano de 2016 e 2017 tiveram como intuito a investigação de novas estruturas semi-subterrâneas e áreas ao redor. Dessa forma, algumas unidades de escavação foram abertas em espaços onde não havia estrutura, como por exemplo na área central do sítio, com a finalidade de entender esse setor com menor ocorrência de estruturas. Em 2016 a escavação teve como foco a Estrutura 12 e 15 e seu entorno e em 2017 o foco foi a Estrutura 22 e seu entorno.

Na estrutura 15 foram abertas 14 unidades de escavação (Figura 25). Por conta da disposição do material e de sua morfologia é considerada um espaço de habitação - não necessariamente um local destinado à preparação de alimentos - possuindo uma estrutura de cocção central com maior densidade de material cerâmico, rochas com quebras térmicas e áreas como “bancadas” ao redor (Rafael CORTELETTI, 2016b). Foram coletados 202 fragmentos cerâmicos e material lítico.

Figura 25. Unidades abertas na Estrutura semi subterrânea 15. Foto: Rafael Corteletti, 2016.



A área externa é o local considerado como “bancada” e compõe a zona circundante da área central e mais profunda da estrutura. Nessa área o solo é bastante compacto e apresenta basalto em decomposição disperso pelas unidades, sendo considerada uma área de circulação em torno da fogueira central. Essas unidades foram escavadas em sua totalidade, até a ocorrência do embasamento rochoso. É possível interpretar que esse “chão batido” composto pelo basalto em decomposição é decorrente da própria escavação da estrutura, onde o solo é retirado do fundo dá para constituir essa área. A porção oposta não apresenta chão batido de basalto em decomposição (Rafael CORTELETTI, 2016b).

O material se apresenta bem raso, com cerâmicas inclinadas na concavidade da estrutura, onde alguns fragmentos aparentam ter rolado de fora para dentro da área escavada. Ao centro da estrutura - onde está a área de combustão central - há um aumento na quantidade de material lítico e cerâmico (Rafael CORTELETTI, 2016b).

A estratigrafia é semelhante à Estrutura 4, que evidenciou o formato de “chapéu”, sendo escavado um buraco em seu interior que corresponde a área central de combustão da estrutura (Figura 26). Nesse contexto, houve coleta de

carvão para datação no nível 10-20 cm, a data obtida foi de 360+-20 A.P (UGAMS# 25385) (Rafael CORTELETTI, 2016b; Rafael CORTELETTI, Bruno LABRADOR e Paulo DEBLASIS, 2023).

Figura 26. Área central da Estrutura 15 após coleta de material. Foto: Rafael Corteletti, 2016.



Próximo a estrutura 15 está localizada a estrutura 12, onde duas unidades de escavação foram abertas. Ambas as estruturas estão associadas tanto pela sua localização quanto dimensão e datação, sendo estruturas contemporâneas.

O contexto evidenciado na Estrutura 12 apresentou uma área de combustão em sua porção central, com a ocorrência de rochas com fraturas térmicas organizadas em formato circular e blocos que aparentam ser utilizados como suportes de percussão. No nível 3 foram encontrados fragmentos de quartzo lascado e grandes peças de cerâmica abaixo dos seixos alinhados (Rafael CORTELETTI, 2016b).

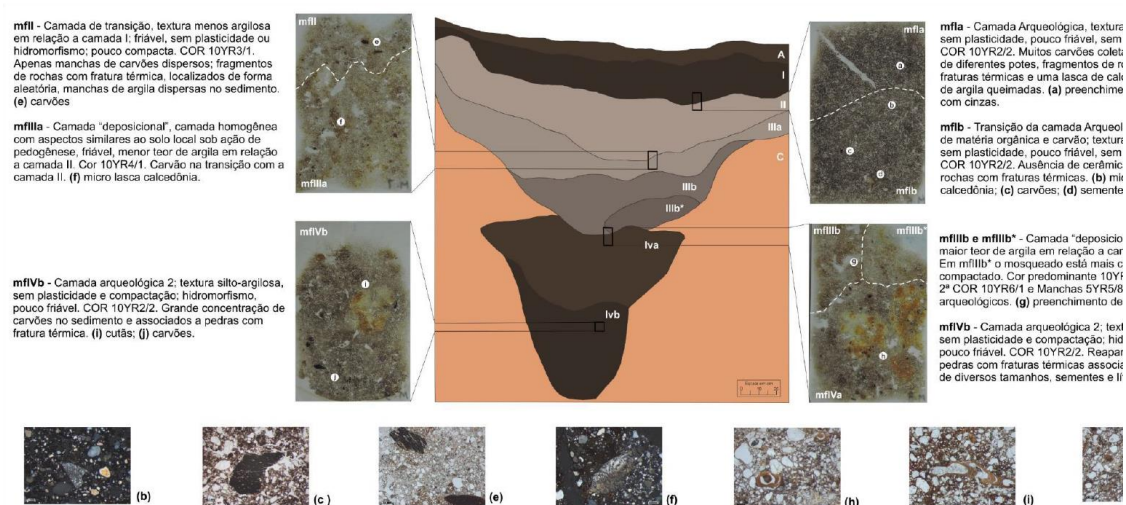
A datação dessa estrutura é de 310+-25AP (UGAMS#25383) na camada de 0-35cm (Rafael CORTELETTI et al. 2023), onde se evidenciou uma estrutura de fogueira com diversos cacos cerâmicos (191 fragmentos analisados) e material lítico.

Nos níveis seguintes não houve ocorrência de material nem mudança pedológica. Após aproximadamente 1m de profundidade, mudanças na coloração do solo e o aparecimento de carvão e rochas com marcas de quebra térmica, indicam o início de uma nova estrutura de fogueira (Figura 27 e Figura 28), que se estendeu até 2m de profundidade e foi datada em 1210+/-25AP (UGAMS# 25384) (Rafael CORTELETTI, 2016b; Manoella SOARES, 2019; Rafael CORTELETTI, Bruno LABRADOR e Paulo DEBLASIS, 2023). Assim como na unidade Q4, próximo a Estrutura 22, estas datações indicam a recorrência das ocupações em distintas cronologias.

Figura 27. Início da segunda estrutura de combustão evidenciada na Estrutura semi subterrânea 12. Foto: Rafael Corteletti, 2016.



Figura 28. Perfil da Estrutura 12. Fonte: Manoella Soares, p. 96, 2019.



Ainda próximo às Estruturas 12 e 15 foram abertas unidades de escavação denominadas aqui como “quadrículas externas”. Das quadrículas externas, vale ressaltar a quadrícula 93/124 (Figura 29), localizada em área aplainada próxima às estruturas semi-subterrâneas 3, 4, 5 e 7. Entre as unidades externas, esta apresentou alta densidade de materiais. Foram evidenciados artefatos cerâmicos, rochas com fraturas térmicas, fragmentos de granito e sílex. A datação obtida para essa área foi de 310+-25 AP (UGAMS#25387), entre a profundidade de 0 e 10 cm (Rafael CORTELETTI, Bruno LABRADOR e Paulo DEBLASIS, 2023).

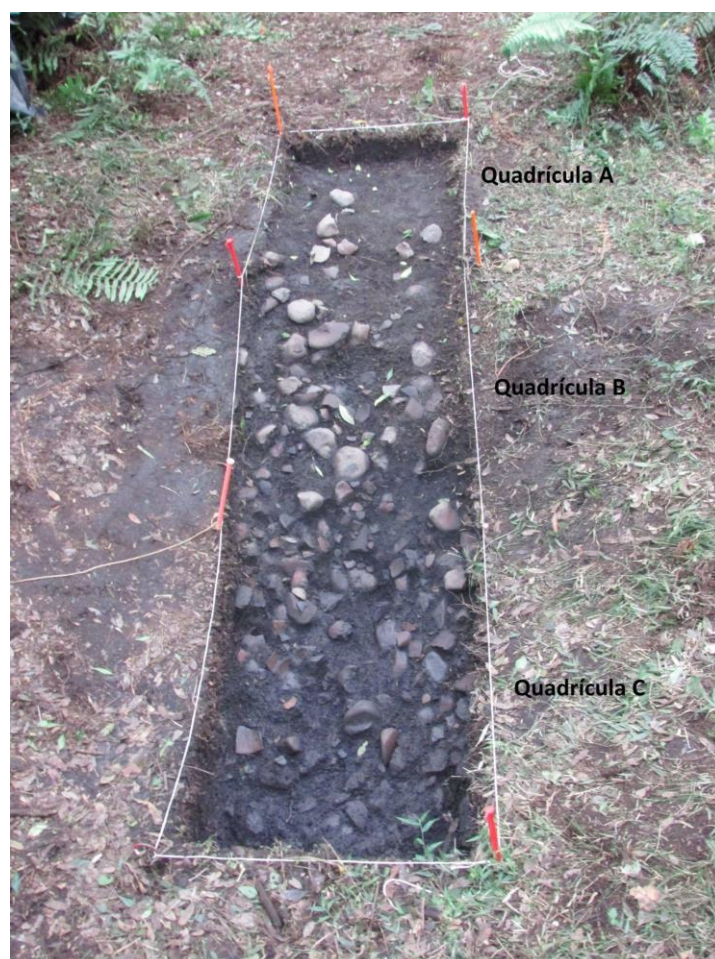
Figura 29. Quadrícula 93/124, nível 0-10. Foto: Rafael Corteletti, 2016.



No ano de 2016 as escavações arqueológicas se ampliaram para o lado nordeste do sítio, com foco na Estrutura 22, e em 2017 para a Estrutura 21 e quadrículas externas (Figura 19). O intuito era entender a dinâmica ocupacional desse lado do sítio.

A Estrutura 22 é o local de maior densidade material de todo o sítio Bonin: são 707 fragmentos cerâmicos, diversos instrumentos líticos, rochas com fraturas térmicas, sedimento para flotação e vestígios macrobotânicos. Para a investigação dessa estrutura, foi aberta uma trincheira de 3m x 0,75m, da borda Sul ao seu centro, dividida em três unidades: A, B e C (Figura 30).

Figura 30. Quadriculas da trincheira aberta na Estrutura semi subterrânea 22. Foto: Rafael Corteletti, 2016. Adaptado por Ana Carolina Sprenger.



A quadra A é a porção externa e plana em relação à estrutura. Nessa unidade, os materiais arqueológicos aparecem em menor proporção e rochas dispostas em formato circular são evidenciadas (Figura 31). Nessa área o substrato rochoso foi atingido em 40 cm de profundidade (Figura 32). A unidade B também apresenta rochas alinhadas em formato circular (Figura 33). Esta área aparenta servir como suporte para escorar os potes, sendo uma contenção para a inclinação que se torna mais evidente nessa unidade. Ao centro da estrutura, a quadra C, é a unidade com maior profundidade da trincheira (Figura 34). Apresenta um solo escuro de consistência pastosa e grande quantidade de carvão em fragmentos maiores que 2 cm. As unidades B e C não foram finalizadas, podendo conter outras camadas de material arqueológico (Rafael CORTELETTI, 2016b).

Figura 31. Rochas dispostas em formato circular. Quadrícula A e B. Foto: Rafael Corteletti, 2016.



Figura 32. Substrato rochoso e perfil da unidade A. Foto: Rafael Corteletti, 2016.



Figura 33. Rochas alinhadas em formato circular na quadrícula B. Foto: Rafael Corteletti, 2016.



Figura 34. Solo escuro com consistência pastosa, grande quantidade de carvão e cerâmica na Unidade C. Foto: Rafael Corteletti, 2016.



Essa estrutura apresenta um assoalho de rochas que acompanham sua concavidade, muitas possuem fraturas térmicas e se encontram organizadas em formato circular, onde as cerâmicas estão acomodadas (Rafael CORTELETTI, 2016b). Este contexto possui grande similaridade com o evidenciado na estrutura semi-subterrânea 4. Amostras de carvão foram coletadas para datação da Estrutura semi subterrânea 22 e 21. A Estrutura 22 possui datação de 340+-32 A. P (UGAMS# 30078) no nível 60-70cm e de 330+-25 A.P (UGAMS#25386)

no nível 30-40 cm e a Estrutura 21 possui datação de 340 ± 31 (UGAMS# 30077) para o nível 30-40cm (Rafael CORTELETTI, Bruno LABRADOR e Paulo DEBLASIS, 2023).

Vale ressaltar que em uma das amostras coletadas na Estrutura 22 obteve-se uma datação de 600 ± 33 (UGAMS# 30079), entre os níveis 60-80cm (Rafael CORTELETTI, Bruno LABRADOR e Paulo DEBLASIS, 2023), porém nenhum vestígio cerâmico foi recuperado nesta profundidade.

Próximo a Estrutura 22 e em áreas mais afastadas foram abertas 11 quadrículas externas. Das quadrículas externas, a Q4 chamou bastante atenção durante a escavação pela grande quantidade de materiais. Esta unidade está numa área de aplainamento próximo a estrutura 22, e nela houve a ocorrência de uma grande quantidade de fragmentos cerâmicos, artefatos líticos e rochas com fraturas térmicas, provenientes dos dois primeiros níveis de escavação. Nestas mesmas camadas evidenciou-se uma estrutura de combustão, justificando a grande quantidade de rochas com fraturas térmicas, solo de coloração escura com textura untuosa, diversos fragmentos de carvão e vestígios macrobotânicos como sementes carbonizadas, sendo possível identificar entre elas a presença de milho (*Zea Mays*) (Manoella SOARES, 2019).

A datação proveniente destas camadas iniciais, apresentam datação de 350 ± 35 AP (UGAMS#30081) e 310 ± 34 AP (UGAMS#30080). Assim como a Estrutura 12, a amostra coletada abaixo dessa estrutura de combustão, foi datada em 1330 ± 36 AP (UGAMS#30079), indicando uma reocupação no local (Rafael CORTELETTI, Bruno LABRADOR e, Paulo DEBLASIS, 2023).

A quadrícula externa Q01 foi a que apresentou maior quantidade de instrumentos líticos. Em geral, a coleção lítica do sítio Bonin é composta por seixos que possuem marcas de fratura por ação térmica, peças lascadas em basalto, peças com superfície polida ou aplanadas por abrasão, fragmentos de granito, sílex e microlascas de foram alguns dos artefatos coletados e identificados durante as escavações (Rafael CORTELETTI, 2012; Manoella SOARES, 2019). Localizada no setor nordeste, esta área evidenciou grande

quantidade de artefatos líticos lascados em seixos de basalto (Figura 35 e Figura 36).

Figura 35. Quadrícula externa Q01, nível 0-10. Foto: Rafael Corteletti, 2016.



Figura 36. Artefato lítico encontrado na quadrícula externa Q01. Fonte: Manoella Soares, 2019.



Outras unidades datadas foram a Q6 e a unidade Q7. A Q6 apresenta grande quantidade de cerâmica em comparação às outras unidades - com exceção da Q4 - com cerca de 49 fragmentos, porém pouca evidência de material lítico. A datação para essa quadrícula é de 470+-28 AP (UGAMS#30074). Já a quadrícula externa Q7 apresentou baixa evidência de material arqueológico - poucos fragmentos cerâmicos e material lítico foram coletados. A datação para essa unidade é de 350+-29 (UGAMS#30075) (Rafael CORTELETTI, Bruno LABRADOR e Paulo DEBLASIS, 2023).

Durante as atividades de escavação, Manoella Soares (2019) realizou coletas do solo por todo o sítio Bonin e indicou, a partir de assinaturas químicas, possibilidades de diferentes funcionalidades para os locais do sítio. Para as estruturas semi-subterrâneas, a autora indicou três variabilidades: áreas de habitação, áreas com forno auxiliar e áreas como grandes cozinhas.

A estrutura semi-subterrânea 15, pelas evidências de pouca presença de materialidade arqueológica e áreas como “bancadas” ao redor da fogueira central, é considerada uma área de habitação. A assinatura química do interior dessa estrutura se relaciona com a estrutura semi-subterrânea 12 (pelos elementos como Ca e P), reforçando uma dinâmica de atividades entre elas.

Áreas como uma espécie de forno auxiliar também estão relacionadas a essas estruturas, contendo grande quantidade de artefatos e carvões. As áreas que possuem essas características são a estrutura semi-subterrânea 12 e a quadrícula externa Q04 (setores sudoeste e nordeste, respectivamente), ambas ainda possuem uma camada de ocupação mais recuada, com evidências de grandes fogueiras, mas sem a presença de cerâmica.

Além de locais de habitação e fornos auxiliares, áreas utilizadas para o preparo de alimentos é outra funcionalidade indicada por Manuela Soares (2019). Estruturas semi-subterrâneas como a 4-5 e 21-22 possuem similaridade na grande quantidade de artefatos cerâmicos, vestígios macrobotânicos e organização de rochas com fraturas térmicas que corroboram para a ideia de grandes fogueiras, com fogo intenso e constante. Ainda, essas estruturas possuem a semelhança de estarem localizadas em pares. Ambas as áreas possuem assinaturas químicas que correspondem a espaços destinados à preparação de alimento, apesar de entre elas existir uma grande distinção de assinaturas químicas.

Em relação as datações obtidas, conforme Rafael Corteletti, Bruno Labrador e Paulo DeBlasis (2023) estas indicam uma ocupação de longa duração do sítio Bonin, com pelo menos três horizontes ocupacionais. O mais antigo estaria relacionado a datações por volta de 1300-1000 anos atrás – datações 1330 ± 36 (UGAMS 30082) e 1210 ± 25 (UGAMS 25384) – em locais onde estruturas de combustão foram evidenciadas, com blocos de arenito e basalto, mas sem presença de cerâmica. Esses locais foram ocupados posteriormente, com datações de 640 ± 40 (Beta 298216) e 610 ± 50 (Beta 298215) e posteriormente, com datações que vão de 470 ± 28 (UGAMS 30074) a 310 ± 25 (UGAMS 25383). Os dois horizontes mais recentes são marcados pela presença de material cerâmico e lítico. Ainda segundo os autores, não é nítido se essa ocupação é contínua desde 1300 anos, apesar das evidências - sítios aglomerados concomitantemente ao longo do vale e locais cerimoniais entre eles - demonstrarem um padrão com pouca mobilidade em larga escala.

As informações levantadas até aqui são importantes para introduzir as discussões sobre as cerâmicas do sítio Bonin e o contexto em que foram encontradas. Ao olhar o sítio inserido em um viés mais amplo através das pesquisas e interpretações geradas pela arqueologia, tenho algumas considerações a fazer.

Em primeiro lugar as pesquisas realizadas no sítio, principalmente por Rafael Corteletti (2012; 2015) e Manoella Soares (2019) evidenciam aspectos sobre a mobilidade dos moradores da região e sobre a funcionalidade das estruturas semi-subterrâneas, reforçando a hipótese de baixa mobilidade quando apresenta vestígios botânicos que indicam uma dieta variada com cultivos que estão presentes em diferentes estações do ano e as diferentes funcionalidade para as estruturas semi-subterrâneas.

A distribuição dessas estruturas divididas em dois setores com espaço vazio entre eles também é um indicativo da organização e paisagem cosmológica presente em todo o vale (Rafael CORTELETTI & Paulo DE BLASIS, 2018; Rafael CORTELETTI, Bruno LABRADOR e Paulo DEBLASIS 2023). Apesar das tentativas realizadas (Ana SPRENGER, 2020) em identificar nas cerâmicas essa espacialização, ainda é um campo a ser investigado através de outras abordagens e metodologias.

A cerâmica por sua vez possui um diferencial quando comparamos com a bibliografia. Como mencionado, a quantidade de cerâmicas encontradas em sítios Jê Meridional é geralmente baixa e na maior parte das vezes não é possível de realizar reconstruções ou projeções dos potes. O sítio Bonin representa uma realidade diferente, uma vez que foram coletados aproximadamente 2400 fragmentos cerâmicos e, pelas pesquisas anteriores, foi possível identificar 30 potes (Rafael CORTELETTI, 2012; Ana SPRENGER, 2020).

É visando as informações levantadas até aqui que as cerâmicas do sítio Bonin foram analisadas, levando em consideração aspectos interpretativos da arqueologia, a interações entre outros povos indígenas e com invasores

colonizadores, a cosmologia indígena e principalmente, a ideia de que o sítio Bonin é um lugar que representa a história de longa duração dos povos Jê Meridional, reocupado durante um longo período de tempo por várias gerações, um local repleto de memórias e significado. É nesse contexto que nosso olhar se voltará para as cerâmicas e, nesse sentido, iremos ver o que ela tem a nos dizer.

Capítulo 3 – A análise cerâmica do sítio Bonin

Durante as escavações arqueológicas realizadas no sítio Bonin foram recuperados 2390 fragmentos cerâmicos, analisados por Rafael Corteletti (2012) e, posteriormente, por mim, como Trabalho de Conclusão de Curso (Ana Carolina SPRENGER, 2020). Nessas pesquisas, o foco se deu na análise quantitativa do material, buscando observar e descrever os atributos relacionados a cadeia operatória da cerâmica. Rafael Corteletti (2012) identificou 23 potes cerâmicos na análise dos fragmentos recuperados na escavação de 2011, enquanto nos fragmentos analisados das intervenções de 2016 e 2017 foi possível identificar outros 7 potes cerâmicos (Ana Carolina SPRENGER, 2020).

A análise dessas cerâmicas foi retomada para esta dissertação de mestrado. Em um primeiro momento a coleção passou por um processo de triagem, no qual foi selecionado uma amostra com o intuito de reanalisar questões referentes a pasta, à queima, ao tratamento de superfície, técnica de manufatura e, principalmente, realizar a análise qualitativa, referente a separação de conjuntos e identificação de formas que aumentariam o repertório doméstico do sítio Bonin.

Ao todo são 78 vasilhas identificadas, 30 destas foram constadas em análises anteriores (Rafael CORTELETTI, 2012; Ana SPRENGER, 2020), sendo 48 novos conjuntos identificados a partir dessa pesquisa.

De certa forma é uma coleção bastante peculiar, pois a quantidade de potes identificados é bastante superior a outras coleções Jê Meridional encontradas, o que demonstra sítio Bonin como um local densamente ocupado durante pelo menos três horizontes, no qual os dois mais recentes apresentam vestígios cerâmicos.

Sendo assim, esse capítulo irá apresentar as análises realizadas na cerâmica do sítio Bonin. Irei apresentar os aspectos gerais da cerâmica, com os resultados das análises atuais e posteriormente, os conjuntos, o repertório doméstico do sítio. Para tanto esses conjuntos foram separados em dois grupos, com o intuito de identificar mudanças e permanências no fazer cerâmico: o grupo

1 apresenta os conjuntos referente ao horizonte cronológico mais recuado – datações que alcançam 650 anos AP – já o grupo 2 compreende os conjuntos cerâmicos que possuem datações mais recentes, com cerca de 350 anos AP.

3.1 Aspectos gerais da coleção

Para essa pesquisa optei por separar uma amostra da totalidade dos fragmentos coletados, composta por todos os fragmentos de bordas do sítio (279), todos os fragmentos que possuem decoração plástica (124) – sendo 5 bordas –, fragmentos de base (70), fragmentos de paredes maiores que 4 cm (278), bolotas de argilas e outros instrumentos (4). Essa triagem resultou em 750 fragmentos, o que evidencia o alto índice de fragmentação do sítio uma vez que a amostra corresponde a 31% de toda a coleção cerâmica.

Para essa amostra foram reanalisadas questões referentes a pasta (composição, tamanho e frequência da carga), técnica de manufatura, queima, tratamento de superfície e o instrumento utilizado. Os outros atributos da tabela de análise como classe, medições (espessura, largura, comprimento), aspectos relacionados a decoração plástica, marcas de uso e fatores pós-deposicionais são dados utilizados das análises anteriores (Rafael CORTELETTI, 2012; Ana SPRENGER, 2020). Para além dos dados quantitativos, houve uma reorganização dos potes identificados anteriormente, além da separação de conjuntos que identificaram 48 novos potes. Todos foram desenhados e classificados a partir da sua forma.

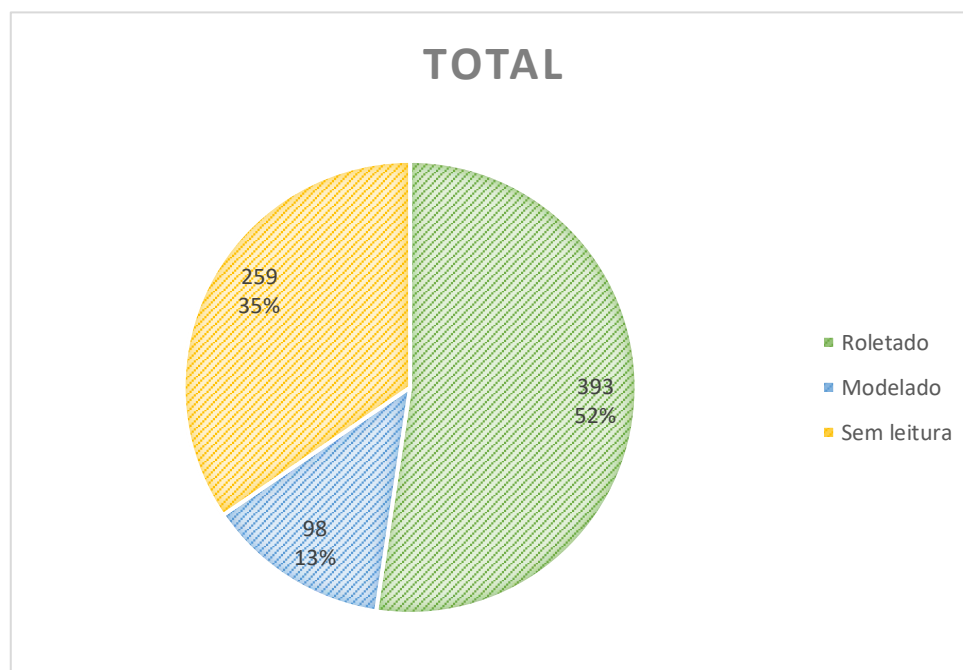
Após a separação da amostra, a análise dos fragmentos teve início pela observação da composição da pasta. Para tanto, não serão utilizados os termos “antiplástico” ou “tempero”, convencionais da arqueologia brasileira, pois entende-se que para o caso do sítio Bonin, o conceito carga apresenta uma melhor definição para o contexto encontrado. Segundo Lílian Panachuk (2021), o termo “carga” não está atrelado à ação de inserir ou retirar voluntariamente elementos, mas sim assumir que tudo aquilo que se encontra na pasta foi uma escolha, foi observado e mantido. Pode ser um elemento positivo ou negativo, também inerte, podendo estar associado a componentes que adicionam ou retiram a plasticidade, mas também aqueles que não alteram a pasta.

Nesse sentido, a carga encontrada na cerâmica do sítio Bonin apresenta a composição predominantemente de minerais, sendo possível observar a mica, a hematita e o quartzo entre os minerais encontrados. A diferenciação está entre as proporções, sendo a hematita presente em 97% dos fragmentos analisados, 2% apresentando quartzo como mineral predominante, sem a presença de mica ou hematita, e em 1% da amostra foi observada a presença de carvão.

No que tange a técnica de manufatura, como já mencionado para essa coleção cerâmica (Rafael CORTELETTI, 2012; Ana Carolina SPRENGER, 2020) é difícil a identificação do método utilizado, uma vez que os fragmentos apresentam, além de um alto índice de fragmentação, espessura fina - que varia de 2mm a 19mm, com concentração entre os 5mm e 10mm - quebra irregular e tratamento de superfície que consiste em um alisamento intenso. Essas características acabam por “esconder” as marcas que poderiam evidenciar a técnica de manufatura utilizada. Essa dificuldade também foi mencionada em por outros pesquisadores e pesquisadoras que analisaram coleções cerâmicas Jê Meridional (João SALDANHA, 2005; Claudia PARELLADA, 2008; Rafael CORTELETTI, 2012; Ana Carolina SPRENGER, 2020).

Para a amostra selecionada do sítio Bonin, 52% dos fragmentos apresentam marcas da técnica de roletado. O toque nas peças é fundamental para sentir as nuances dos roletes, os quais são suavemente perceptíveis em sua superfície, sendo poucos evidentes durante a observação macroscópica na quebra do fragmento. Ainda nesta amostra, 13% apresentam a técnica modelada e para 35% dos fragmentos não foi possível identificar a técnica de manufatura (Gráfico 1).

Gráfico 1. Quantidade de fragmentos em relação a técnica de manufatura.



Em relação a posição dos fragmentos no vasilhame, 279 são fragmentos de borda. As formas das bordas são em grande maioria direta (92%), alguns fragmentos são relativos as bordas extrovertidas (8% da amostra). Os tipos de borda variam entre simples que representam 90% da coleção e, poucas, com reforço externo, correspondendo 5% dos fragmentos. Os outros 5% não possuem leitura. Em relação aos lábios os fragmentos mostram predominância de lábios arredondados (79%), seguidos pelos planos (14%) e apontados (7%) (Ana Carolina SPRENGER, 2020).

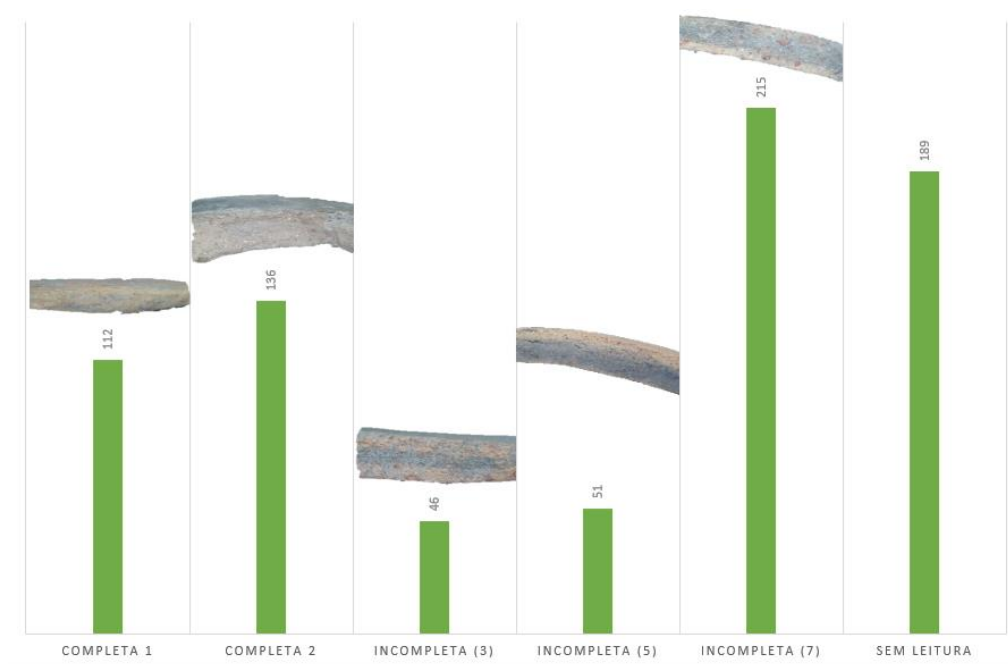
No que tange as bases, os fragmentos identificados correspondem a menos de 10% da coleção, apresentando geralmente espessura maior, entre 7mm e 19mm, enquanto os demais têm entre 2mm e 16mm. São 70 fragmentos associados a essa classe, e todos possuem formato arredondado.

Em relação à queima, os fragmentos apresentam cinco núcleos diferentes de queima. Segundo Clive Orton et al. (1995) os núcleos são capazes de nos indicar as técnicas utilizadas para queima e os materiais que compõem a pasta. A presença de materiais orgânicos ou minerais na pasta, quando a cerâmica passa pelo processo de queima, estão relacionadas não apenas com a forma

com que o núcleo se apresenta, mas também com a coloração dessa sessão interna na cerâmica (Clive ORTON et al. 1995; Owen RYE, 1981).

Conforme mostra o Gráfico 2, há uma predominância da queima incompleta (42%) do tipo que apresenta núcleo espesso, com camadas externas finas (29%). A queima completa é observada em 33% da coleção, variando em dois tipos que não apresentam núcleo, mas possuem coloração diferente: do tijolo ao amarelo (completa 1) e cinza claro ao pardo (completa 2).

Gráfico 2. Tipos de núcleos fragmentos sítio Bonin. Onde: 1. Oxidação completa - Seção transversal sem presença de núcleos, com cor uniforme variando do laranja tijolo ao amarelo. 2. Oxidação completa - Seção transversal sem presença de núcleos, com cor uniforme variando do cinza claro ao pardo. 3. Oxidação Incompleta - Seção transversal com presença de núcleo central escuro e uma camada interna e externa clara (sanduíche). 5. Oxidação Incompleta - Seção transversal com uma camada clara na parte externa e uma camada escura na parte interna. 7. Oxidação incompleta - Seção transversal com presença de núcleo central espesso e camadas claras e finas externas.



É possível averiguar que há variações nos graus de oxidação de fragmentos que compõe o mesmo pote a partir de sua classe (borda, parede ou base). Essa diferenciação pode estar relacionada com a espessura dos fragmentos, que se torna maior à medida em que se aproxima da base, além de possuir relação direta com a maneira que o calor se disseminou durante a queima, a qual se modifica por conta do tipo de fogueira que foi utilizada.

Em relação ao tratamento de superfície, todas as peças apresentam algum tipo de alisamento, sendo que em algumas é possível observar um alisamento mais fino, com a presença de um polimento que traz um brilho intenso para o fragmento. Melhores detalhes sobre as classificações das técnicas utilizadas por quantidade de fragmentos podem ser observados no Gráfico 3. É importante ressaltar que em alguns casos fica comprometida a identificação do tratamento de superfície realizado, pois fatores pós-deposicionais acarretam marcas às peças como rachaduras e desgastes. Essa dificuldade também é observada em um mesmo fragmento, onde parte da superfície apresenta um aspecto brilhoso e outra um aspecto mais fosco (Figura 37).

Gráfico 3. Quantidade de fragmentos por técnica de alisamento.

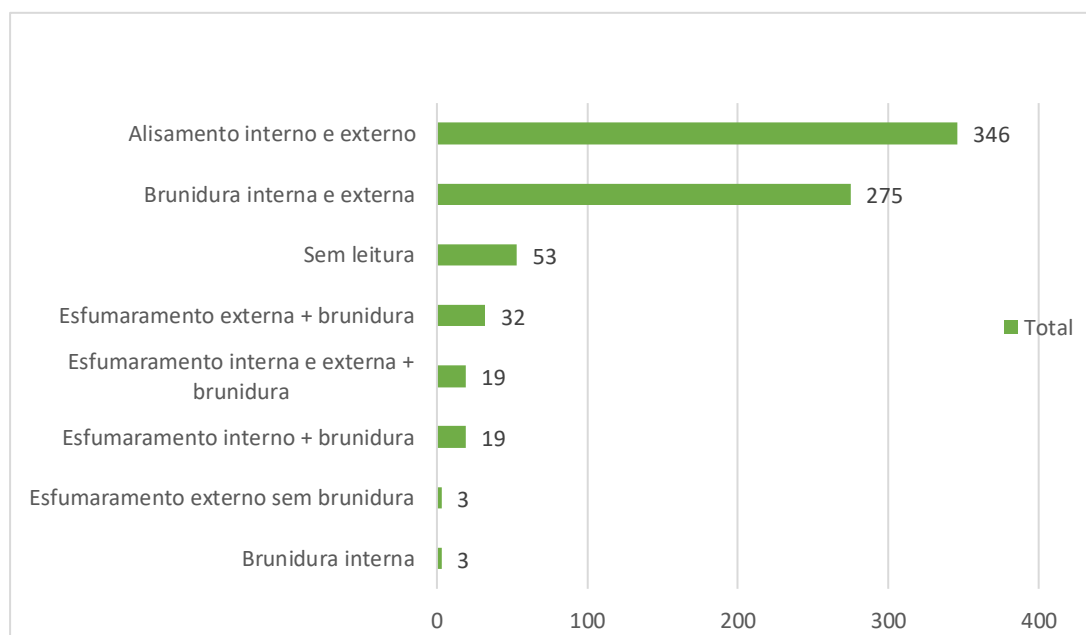


Figura 37. Polimento com aspecto brilhoso na superfície da peça próximo a base, vai se tornando fosco na medida em que se aproxima da borda, grupo 2. Foto: Ana Sprenger.



Tom Miller (1978) relata que as ceramistas indígenas Kaingang realizam os alisamentos dos vasilhames durante dias, buscando chegar no aspecto polido desejado e característico dos povos Jê. A intensidade do alisamento também é relatada por Fabiola Silva (2000), ao descrever os métodos observados etnograficamente para a fabricação de cerâmicas feitas por indígenas Kaingang e Laklãnõ/Xokleng, e por Lilian Panachuk (2006), ao analisar cerâmicas Jê provenientes do estado do Paraná intensidade no alisamento. O alisamento e polimento das cerâmicas Jê Meridional está associado a uma escolha, que prezam por um pote brilhoso e polido, caracterizado como brunido (Tom MILLER, 1978; Robson RODRIGUES, 2007).

Para a execução do alisamento os instrumentos utilizados identificados durante a análise foram um objeto arredondado caracterizado pelas marcas evidentes de estrias na superfície de 68% das peças e instrumentos que deixaram marcas escovadas em 31% das peças. Os outros 1% não possuem

leitura, ou pela superfície possuir desgastes pós deposicionais ou por não apresentar vestígios do instrumento utilizado.

Além da brunidura, a técnica de esfumamento também é encontrada em cerca de 9% da coleção (66 fragmentos). O esfumamento tem como objetivo acrescentar uma coloração escurecida a superfície da peça. A técnica é aplicada após a queima, esfregando a peça incandescente com algum material orgânico. Segundo Tom Miller (1978) esse processo tem a característica de ressaltar as paredes brilhosas (brunidas) e torná-las menos permeáveis:

Assim, as minúsculas partículas são impulsionadas para dentro da argila porosa, transformando o que teria sido originalmente uma superfície vermelha, em superfície preta. O grau de brilho que torna as superfícies pretas tão atrativas está associado com a quantidade de brunidura que a superfície recebe antes da queima, o que varia desde preto pardacento até o preto altamente lustroso, com brilho metálico (Tom MILLER JR, p. 18, 1978)

Os materiais usados para deixar a peça com esse aspecto podem variar. Além da palha de milho descrita por Tom Miller (1978) para cerâmicas feitas por indígenas Kaingang, o acabamento de superfície pode ocorrer com a cera de abelha (SULLIVAN & MOORE, 1990 apud Fabíola Silva 1999) ou enrolando a peça em samambaia ou musgo, esfregando rápido para ficar preta e lustrosa (Lígia SIMONIAN, 1975 apud Fabíola SILVA 1999) para as cerâmicas feitas por indígenas Laklãnõ/Xokleng.

Tom Miller (1978) descreve as técnicas de brunidura e esfumamento de forma distintas, uma vez que a primeira se trata de um tratamento pré-queima e a segunda pós-queima. Na arqueologia quando olhamos os manuais de análise cerâmica é possível identificar que essas técnicas, em muitos casos, são confundidas e a brunidura é tratada como a junção das duas técnicas.

Francisco Gonzaga (2022) ao realizar um experimento com o intuito de entender melhor ambas as técnicas, constatou que o uso de diferentes materiais orgânicos para o escurecimento demonstrou performances distintas, podendo ser resultado de diferentes processos físico-químicos. Além disso, o vasilhame que não passou por um alisamento intenso anterior a queima resultou em uma maior regularidade no escurecimento e brilho por todo o corpo, inclusive em

partes que não foram polidas, o que contradiz a afirmação de Tom Miller (1978), que caracteriza que o tom escuro brilhante necessita de um polimento pré-queima. O autor evidencia a necessidade de novas buscas em outros fatores para a explicação dessa variação.

No caso do sítio Bonin é possível observar a diferenciação dessas técnicas. No Pote G8 (Figura 38), por exemplo, a superfície é escurecida, porém não apresenta o brilho metálico da brunidura, enquanto o pote G3 (Figura 39) possui os dois tratamentos de superfície, escuro e brilhoso.

Figura 38. Pote G8 com esfumamento sem brilho na superfície externa. Foto: Ana Sprenger.



Figura 39. Pote G3 com esfumamento e brilho metálico na superfície externa. Foto: Ana Sprenger.



No que tange a decoração plástica, são 124 fragmentos que correspondem 5% da coleção total do sítio. Foram classificados 13 motivos diferentes, conforme mostra o Gráfico 4 (Ana Carolina SPRENGER, 2020) e é ilustrado pela Figura 40. São fragmentos majoritariamente pequenos (menores que 4cm), o que dificulta a reconstituição de potes e o agrupamento em conjuntos, já que no caso do sítio Bonin as evidências de potes cerâmicos seguem o padrão de grafismos em apenas uma parcela do pote, seja associado

à 'cintura' – como exemplo veremos no Pote K – ou próximo à borda – como veremos no pote J1 e o pote H2 – sendo boa parte da parcela do vasilhame constituída de paredes sem decoração plástica.

Gráfico 4. Motivos plásticos classificados para as cerâmicas decoradas do sítio Bonin.
Fonte: Ana Carolina SPRENGER, 2020.

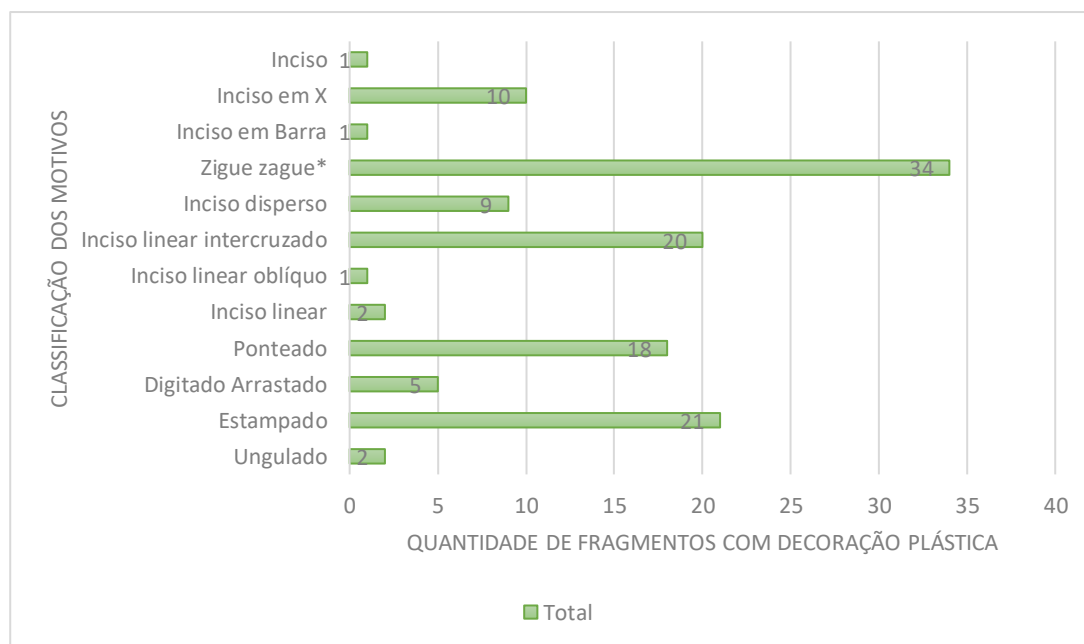


Figura 40. Fragmentos com decoração plástica encontrados no sítio Bonin. Fonte: Ana SPRENGER, 2020.



Por fim, as marcas de uso das peças cerâmicas do sítio Bonin estão associadas a usos que indicam a utilização do pote ao fogo, pois vários desses fragmentos possuem marcas de fuligem em superfície interna e externa,

manchas de oxidação e desgaste interno (Rafael CORTELETTI, 2012; Ana SPRENGER, 2020). Entre as marcas de uso, na análise realizada foi possível identificar seis fragmentos de borda que possuem uma marca similar ao que seria provocado por uma batida de colher, que serão discutidas adiante.

3.2 Conjuntos cerâmicos

Os conjuntos cerâmicos foram organizados com o intuito de entender a variabilidade da coleção do sítio Bonin. Segundo Juliana Machado (2005) a análise qualitativa é o agrupamento de conjuntos organizados a partir de uma padronização formal ou de um atributo tecnológico, que são descritos a fim de identificar o que lhes dá unidade.

Estes conjuntos foram separados ao decorrer da análise quantitativa, onde os atributos sobre a pasta, queima, aspectos sobre o tratamento da superfície, borda (inclinação e diâmetro) e marcas de uso foram fundamentais para guiar essa organização.

A maior parte dos conjuntos são referentes a partes de vasilhames que possuem atributos tecnológicos semelhantes, mas que não puderam ser remontados em sua totalidade. Ao separar os conjuntos foi possível juntar alguns fragmentos, que mesmo não resultando em um pote inteiro, foram importantes para fortalecer os conjuntos hipotéticos que estavam sendo agrupados.

Para apresentar os resultados obtidos, separei a coleção cerâmica em dois grupos, visando principalmente identificar mudanças e permanências no fazer cerâmico dentro dos horizontes ocupacionais do sítio. O grupo 1 é referente a camada ocupacional com datações de 650 anos atrás – associado as Estruturas 4, 5 e 22 – e o grupo 2 está associado ao horizonte cronológico de 350 anos – associado as Estruturas 12, 15 e 22 e unidades externas. Além dos dois grupos, os conjuntos foram organizados em 3 formas de vasos diferentes, que irão guiar a descrição dos resultados.

Os potes fechados foram divididos em duas categorias de contorno de forma, a Forma 1 e a Forma 2, na qual a Forma 2 possui cinco ramificações (2A,

2B, 2C, 2D e 2E). Já os potes abertos correspondem a Forma 3 e possuem duas variações (3A e 3B).

Os potes da Forma 1 são caracterizados por apresentarem forma reta do bojo, também descritos em manuais e outras coleções como contorno simples (Igor CHMYZ, 1976) ou como vasos hemisféricos (Tom MILLER, 1978), e apresentam borda direta.

A Forma 2 é guiada por vasilhames que apresentam uma “cintura” (Rafael CORTELETTI, 2012), descritos como vasilhas de contorno infletido (Igor CHMYZ, 1976) ou vasos com colar (Tom MILLER, 1978) que possuem a borda levemente extrovertida.

Dentro da forma 2 foram identificadas variações criadas a partir de atributos relacionados com a decoração plástica e formato de borda. Assim, os potes que possuem o contorno de Forma 2 (a “cintura”) e que possuem decoração plástica no corpo, compõem a variação de Forma 2A (cintura + decoração). Os potes que possuem borda extrovertida com reforço de lábio compõem a variação de forma 2B (cintura + reforço de lábio). A Forma 2C é referente aos potes que apresentam a junção da decoração plástica e reforço de lábio (cintura + reforço de lábio + decoração plástica). Já os potes que possuem a borda expandida, compõem a Forma 2D (cintura + borda extrovertida). Por fim a Forma 2E, potes com borda levemente expandida (cintura + borda expandida).

A Forma 3 se refere a potes fundos e abertos, podendo ser identificados como tigelas. A Forma 3A é referente aos potes abertos e rasos, caracterizados como bacias. Por fim, a Forma 3B corresponde a potes abertos, fundos e de borda extrovertida.

3.3 Grupo 1

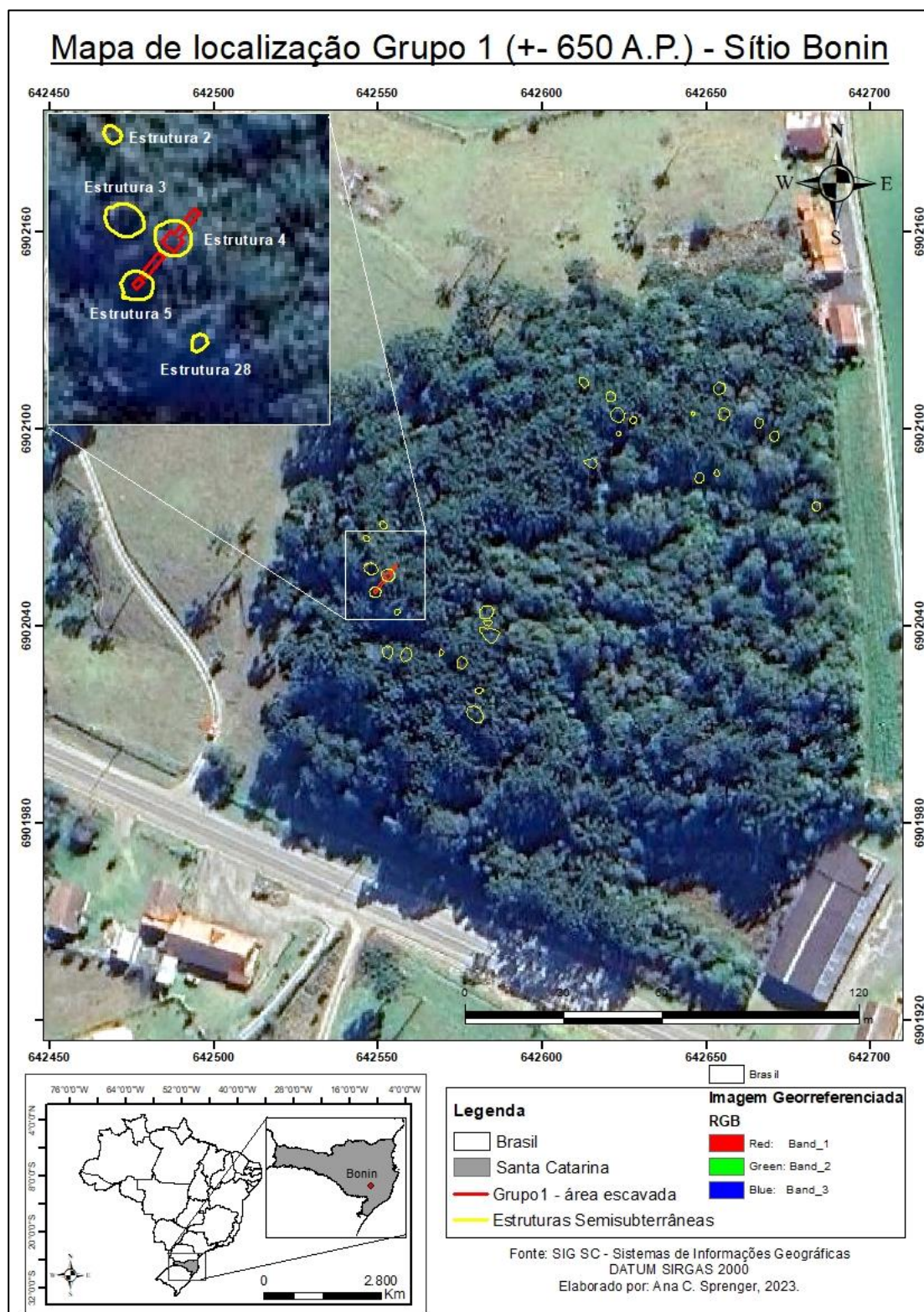
O primeiro horizonte cronológico – o grupo 1 – é referente as cerâmicas associadas às datações mais antigas, recuperadas de duas estruturas semi-subterrâneas escavadas (Estruturas 4 e 5) do lado Sudoeste (Figura 41), com datações de 610±50 (Beta 298215), no nível 30-40cm, e 640±40 (Beta

298216), no nível 60-70cm (Rafael CORTELETTI, 2012). Esse grupo apresenta a maior concentração de fragmentos na Estrutura de Combustão 1, que está relacionada com a Estrutura semi-subterrânea 4, entre os níveis 10-20cm e 40-50cm. A Estrutura 22 também possui datação de 600 $\pm$ 30 AP no nível 60-80 cm, porém nenhuma cerâmica foi encontrada nessa profundidade. As datações obtidas podem ser observadas no Quadro 1.

Quadro 1. Datações obtidas Grupo 1.

Sítio	Data AP	Nº Laboratório	Estrutura associada	Profundidade cm	Referência
Bonin	610 $\pm$ 50	Beta 298216	Estrutura semi-subterrânea 4 EC1	60-70	Corteletti (2012)
Bonin	640 $\pm$ 40	Beta 298215	Estrutura semi-subterrânea 5 EC2	30-40	Corteletti (2012)
Bonin	600 $\pm$ 33	UGAMS 30079	Estrutura semi-subterrânea 22 B	60-80	Rafael Corteletti, Bruno Labrador e Paulo DeBlasis (2023)

Figura 41. Áreas escavadas em vermelho associadas ao grupo 1. Mapa elaborado por: Ana Sprenger, 2023.



Como mencionado, os fragmentos passaram por um processo de triagem que selecionou apenas fragmentos com tamanho maior que 4cm. O material

estudado corresponde a apenas 38% do total de fragmentos associados ao horizonte de ocupação antigo com presença de cerâmica, indicando o alto índice de fragmentação destas cerâmicas o que já havia sido constatado em pesquisas anteriores (Rafael CORTELETTI, 2012; Ana SPRENGER, 2020). Apesar disso, alguns fragmentos chegam a 15cm, o que auxiliou na remontagem e identificação dos potes cerâmicos.

As cerâmicas desse grupo são compostas por 22 potes cerâmicos, compostos por 141 fragmentos de parede, 76 fragmentos de borda, 24 fragmentos de base, 1 pote recuperado completo durante as escavações arqueológicas e 1 tortual de fuso, totalizando 243 fragmentos (Figura 42).

Figura 42. Cerâmicas que compõe o Grupo 1. Foto: Ana Sprenger.



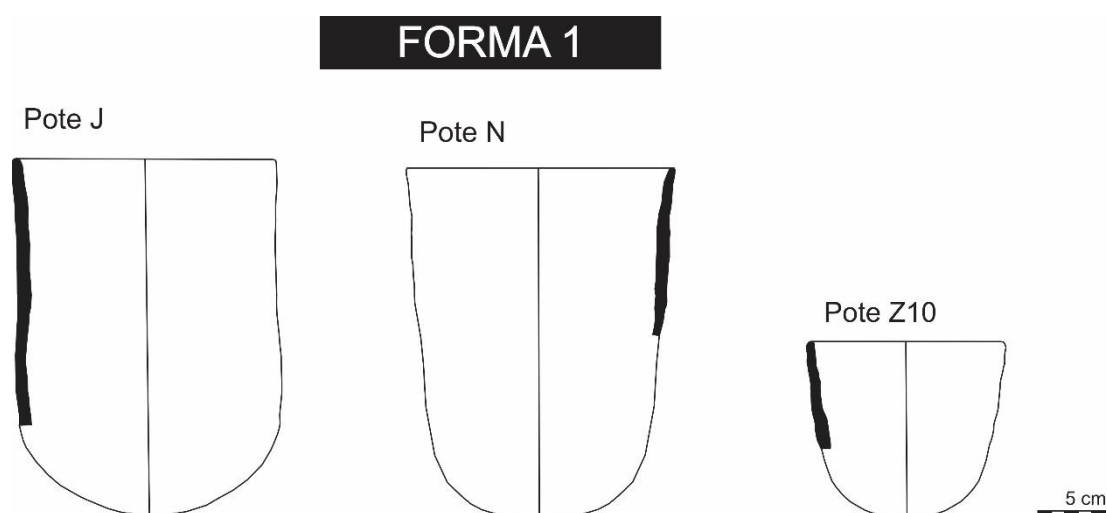
Os 22 potes cerâmicos apresentam ao menos 6 variações de formas, entre potes abertos e potes fechados. A predominância aqui está entre os potes fechados, que correspondem a 19 dos potes identificados, enquanto 2 possuem formas abertas e um não possui leitura.

Vale ressaltar que não foram realizadas projeções de forma para todos os potes identificados. A partir da inclinação da borda foi possível verificar a abertura do pote, porém, em alguns casos, não foi possível averiguar a forma, seja porque o fragmento corresponde a uma pequena proporção da boca do vasilhame e/ou porque o fragmento possui uma borda bastante desgastada, o que impede a projeção.

3.3.1 Formas fechadas – Grupo 1

Entre as formas fechadas, na Forma 1 foram identificados 3 potes cerâmicos, que possuem diâmetro que varia entre 20cm a 14cm. São potes que apresentam borda direta com lábio arredondado no caso dos potes J e Z10, e lábio plano no caso do pote N (Figura 43).

Figura 43. Potes com Forma 1, grupo 1. Elaboração: Ana Sprenger, 2022.



Os três potes apresentam pasta com carga mineral, composta de mica, hematita e quartzo. A técnica de manufatura identificada para esses potes é a roletada, com fragmentos que possuem espessura que entre 6mm a 15mm. A queima encontrada para essa forma é completa 1 para o pote Z10, incompleta 5 para o pote J e incompleta 7 para o pote N.

João Saldanha (2005), associa essas vasilhas de forma fechada com o cozimento de alimentos, já que suas paredes altas e finas permitem uma melhor circulação do ar e favorecem a capacidade de absorção térmica, além de

possuírem a base arredondada e muitas vezes apresentarem marcas de fuligem localizadas em seu exterior⁴.

Em relação ao tratamento de superfície, esses potes possuem um alisamento extremamente fino, caracterizado como brunido, pois apresentam um aspecto brilhoso, como podemos observar na Figura 44, no caso do pote N. Para nenhum desses vasilhames foi encontrada a técnica de esfumamento ou decoração plástica.

Figura 44. Pote N com tratamento de superfície brunido, grupo 1. Foto: Ana Sprenger.



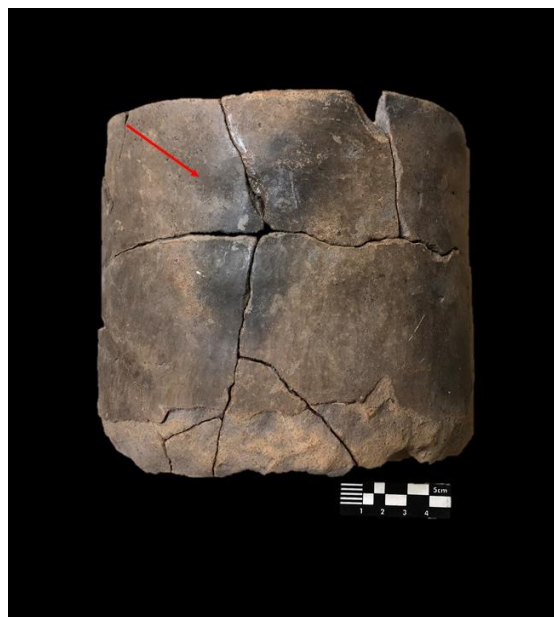
As marcas de uso nesses vasos podem ser associadas ao uso inferido por João Saldanha (2005), no caso do pote J e do pote Z10, que apresentam densa quantidade de fuligem em superfície. Já o pote N não apresenta fuligem, a não ser desgaste interno (Figura 45) e marcas ocasionadas pelo contato com o fogo, como podemos observar na Figura 46. Essas marcas são encontradas em outros potes, como veremos adiante, mas de maneira mais uniforme, distribuída ao longo do corpo do pote.

⁴ A associação de atributos técnicos-morfológicos a correlatos físico-químicos de SCHIFFER & SKIBO (1992) para a cerâmica do sítio Bonin podem ser melhor observados em Ana Carolina SPRENGER (2020).

Figura 45. Marcas de desgaste interno, Pote N, grupo 1. Foto: Ana Sprenger.

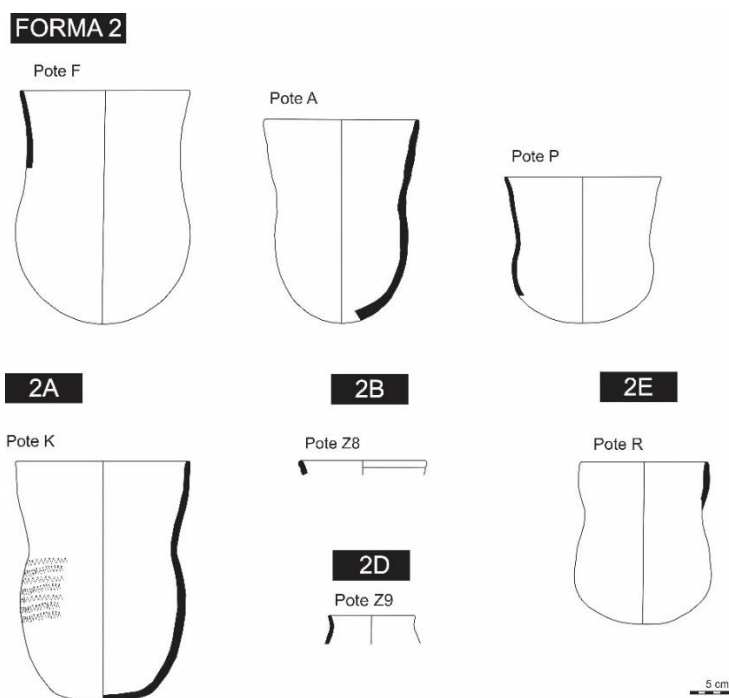


Figura 46. Marca ocasionada pelo contato com o fogo na superfície externa do pote N, grupo 1. Foto: Ana Sprenger.



Em relação aos potes que apresentam cintura em seu corpo – associados a Forma 2 – são 8 potes identificados que estão distribuídos em 5 variações, conforme mostra a Figura 47.

Figura 47. Potes associados a Forma 2 e suas variações, grupo 1. Elaboração: Ana Sprenger, 2023.



Dentro desses conjuntos, a Forma 2 possui a maior quantidade de potes, ao todo são 4 potes que compõe esse grupo: pote A, pote F, pote M e pote P. São potes que possuem pouca variação de diâmetro de borda, com 20cm, 24cm, 22cm e 20cm respectivamente. As bordas são levemente extrovertidas e todas possuem lábio arredondado.

Em relação a pasta, a carga é composta de minerais, como mica e hematita. A técnica de manufatura é roletado para todos os potes, com espessuras que variam de 5mm a 18mm, sendo a espessura mais fina associada a borda e a mais grossa a base.

Dentro desse conjunto o único que apresenta uma queima completa é o pote A, sem a presença de núcleo com cor alaranjada (Figura 48). Os outros potes apresentam queima incompleta (5) e (7).

Figura 48. Vestígios de queima encontrado no pote A (Forma 2), completa (1) – sem a presença de núcleo, com cor uniforme, que pode variar do laranja ao amarelo. Foto: Ana Sprenger.



Para todos os potes o tratamento de superfície é o polimento intenso com aspecto vítreo. Em algumas partes do corpo esse alisamento fica difícil de ser

identificado, uma vez que esses potes apresentam intensa quantidade de fuligem por toda a superfície, em grau de intensidade mais elevado que os potes associados ao formato 1. Em nenhum dos potes foi identificado a técnica de esfumamento.

Dentro dos potes associados a Forma 2, o pote M apresenta um tratamento de superfície com marcas circulares de oxidação do fogo, podendo ser uma característica intencional. O professor Rafael Corteletti⁵ já havia constatado uma possível intencionalidade nessas manchas circulares, relatando que poderia ser uma forma de decoração não incisa para o vasilhame, em vez de relacionar com marcas de uso (comunicação pessoal). É possível observar um padrão na distribuição das manchas pelo corpo do pote, o que exclui a possibilidade de associar ao vestígio de uso (Figura 49). É importante ressaltar que essa característica está presente apenas no Grupo 1, não existindo nas cerâmicas associadas ao horizonte de 350 anos atrás (Grupo 2).

Figura 49. Pote M (Forma 2), com possui manchas circulares ocasionadas por oxidação do fogo, grupo 1. Foto: Ana Sprenger.



Os formatos com cintura são comumente encontrados em estudos sobre cerâmica Jê Meridional. Jonas de Souza (2017) menciona que essa parece ser

⁵ Comunicação pessoal.

a forma mais comum em todo o Vale do Rio Canoas, rio Pelotas e áreas vizinhas no Rio Grande do Sul e aponta o seu uso principal para o cozimento de alimentos.

Os potes da Forma 2B e 2D – pote Z8 e Z9, respectivamente – são caracterizados por possuírem borda extrovertida e reforço externo, respectivamente. São potes de pequenas dimensões, com diâmetro de borda de 16cm e 11cm e lábios arredondados. Ambos possuem carga composta de minerais, em pequenos tamanhos. A técnica de manufatura não possui leitura, por se tratar de fragmentos finos e de pequenas dimensões, como mostra a Figura 50 e Figura 51. Ambos os potes possuem queima completa.

Figura 50. Pote Z8 (Forma 2B), com borda extrovertida e reforço externo, grupo 1.
Foto: Ana Sprenger.



Figura 51. Pote Z9 (Forma 2D), com borda extrovertida, grupo 1. Foto: Ana Sprenger.



O pote Z8 possui marcas pós-deposicionais, o que dificulta a visualização do tratamento de superfície. Apesar disso, é possível observar que ambos os potes apresentam alisamento de superfície, mas não é possível identificar a brunidura como visto nos potes anteriores. Ainda, no caso do pote Z9 é possível observar as estrias de alisamento deixada pelo instrumento utilizado.

Jonas de Souza (2017), define 5 formas para as cerâmicas encontradas no sítio Baggio 1, no município de Campo Belo do Sul. Baggio 1 é um sítio de estruturas semissubterrâneas localizado a 160km de Urubici. A Forma V identificada pelo autor se assemelham a Forma 2D encontrada no sítio Bonin. O autor relata que para o caso do sítio Baggio 1, essa forma é extremamente rara, associada a cerâmica da tradição Itararé e presente com densidade nos estados de Paraná e São Paulo, mas pouco presente nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Além disso, o autor associa o uso dessas formas para o consumo individual e relata que recipientes parecidos foram encontrados em um montículo cerimonial em Eldorado, Argentina (José IRIARTE et al, 2008).

A Forma 2D não é encontrada no grupo 2, onde as cerâmicas estão associadas ao horizonte mais recente do sítio. Já a Forma 2B aparece seguindo os mesmos padrões, tanto em relação a quantidade (2 potes associados) quanto ao alto nível de desgaste da superfície do pote. Além disso, no grupo 2 essa forma possui variação com decoração plástica (cintura+ reforço externo de borda + decoração plástica), como será visto adiante.

Em relação a Forma A, apenas o pote K a define (Figura 52). Este possui uma faixa decorativa de 68mm em sua cintura, com motivo zigue-zague. Possui 22cm de diâmetro, borda levemente expandida e lábio arredondado. A carga é composta por hematita em grãos finos e médios, além de quartzo e mica em grãos muito pequenos, quase imperceptíveis a olho nu. A técnica de manufatura utilizada é roletado, com espessura que varia de 13mm próximo a base a 5mm próximo a borda. A queima identificada é a incompleta (7).

Figura 52. Pote K (Forma 2A), grupo 1. Foto: Ana Sprenger.



Como podemos observar, esse pote possui fuligem em sua superfície interna e externa, o que denota sua utilização junto ao fogo, porém, a fuligem está presente apenas na borda do vasilhame e não na base que estaria em contato direto com o fogo, uma característica constante entre os potes do sítio Bonin que apresentam essa marca de uso. Rafael Corteletti (2012) realizou análises microbotânicas com os vestígios encontrados na superfície desse pote e identificou milho, feijão e mandioca.

Além do grafismo plástico classificado como inciso zigue-zague – que compõe a grande maioria dos fragmentos decorados do grupo 1 – esse pote também apresenta alisamento interno e externo, com estrias que parecem ter sido causada pelo seixo utilizado para o alisamento.

Para além do zigue-zague feito em linhas, ao olhar mais atentamente para a decoração, ao final de cada linha superior é possível observar uma incisão mais aprofundada, um ponto ao final de cada linha do zigue-zague, como se vê na Figura 53.

Figura 53. Padrão decorativo do pote K, inciso zigue-zague com ponto nas linhas superiores, grupo 1. Foto: Ana Sprenger.



As marcas em zigue-zague são comumente encontradas em cerâmicas arqueológicas, em sítios com grafismos rupestre e em materiais etnográficos. O zigue-zague denominado pelos indígenas Kaingang de (*ra ionior*) pertencem a metade *Kamé*, enquanto os pontos/marcas redondas são *Kainhru*.

Como apresentei no Capítulo 1, as metades opostas e complementares também são expressas no sistema de representação visual, onde marcas abertas e compridas estão associadas a metade *Kamé* (*ra tél*), enquanto as marcas redondas e fechadas estão associadas a metade *Kainhru* (*ra ror*). Ainda se tem as marcas misturadas (*ra iãnhíá*) (Figura 54), que representam ambas as metades e são interpretadas como uma representação gráfica de um indivíduo que possui autoridade e influência sobre ambas as metades (Sérgio SILVA, 2001).

Figura 54. Exemplo de marca misturada (*ra iãnhia*). Fonte: Sérgio SILVA, p.197, 2001.



Ra iãnhia: ra téi em ka mrór (borduna) a partir de elementos gráficos ror – MAE/USP 4753

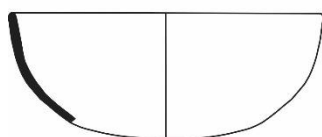
3.3.2 Forma aberta – Grupo 1

Em relação aos potes abertos que correspondem a Forma 3, o Grupo 1 foram identificados dois potes abertos, sem variações de formato, conforme mostra a Figura 55.

Figura 55. Potes associados a Forma 3, formas abertas, grupo 1. Elaboração: Ana Sprenger, 2022.

FORMA 3

Pote Q



Pote S



5 cm

Esses potes possuem características técnicas semelhantes: a carga é composta por minerais, como hematita e mica, em tamanhos finos (menor que 2mm) e pouca carga (pasta com 10% ou menos de carga). Em relação a técnica de manufatura, ambos não possuem leitura e a queima foi identificada apenas para o pote Q, sendo incompleta (7).

O pote S (Figura 56) foi encontrado inteiro durante as escavações e é o menor da coleção do Grupo 1, com diâmetro de borda de 8 cm. Apresenta um

polimento com aspecto vítreo (brunidura) e esfumamento em sua superfície externa com marcas de desgaste na superfície externa e interna, que podem ser associadas ao uso.

Figura 56. Pote S (Forma 3), grupo 1. Foto: Ana Sprenger.



Em relação a técnica de esfumamento, são raros os potes do grupo 1 que apresentam a superfície escurecida, quando observados são potes da Forma 3 (potes abertos). O pote Q apresenta superfície escurecida, localizada na parte externa do vasilhame (Figura 57) e alisamento na superfície interna, sem esfumamento.

Figura 57. Pote Q (Forma 3) com esfumamento na superfície externa e alisamento interno, grupo 1. Foto: Ana Sprenger.



As formas abertas, apesar de serem comuns na bibliografia associada aos povos Jê Meridionais (como em Igor CHMYZ 1967; 1968; Tom MILLER., 1978; Pedro SCHMITZ, et al. 1993; Silvia COPÉ, 2006; Claudia PARELLADA, 2008; Jonas SOUZA 2009; 2017), para esse grupo aparecem em baixa frequência, aumentando consideravelmente o número de potes abertos apenas no grupo 2, horizonte cronológico mais recente.

3.4 Conjuntos Grupo 2

Esse horizonte abrange áreas maiores do sítio, em ambos os lados, tanto em sua porção Nordeste quanto na porção Sudoeste, conforme mostra a Figura 58.

O segundo grupo cerâmico – grupo 2 – está associado ao horizonte cronológico mais recente, com datas de 310+-25 (UGAMS#25383) e 470+-28 (UGAMS# 30074), pertencentes ao nível 0-10 até a profundidade de 60cm, apresentadas em detalhes no Quadro 2. Esse horizonte cronológico está associado às estruturas semi-subterrâneas 12, 15 e 22, além de unidades abertas externas a elas em outras áreas do sítio. Conforme mostra a Figura 58 esse grupo abrange uma área maior do sítio, com cerâmicas associadas aos

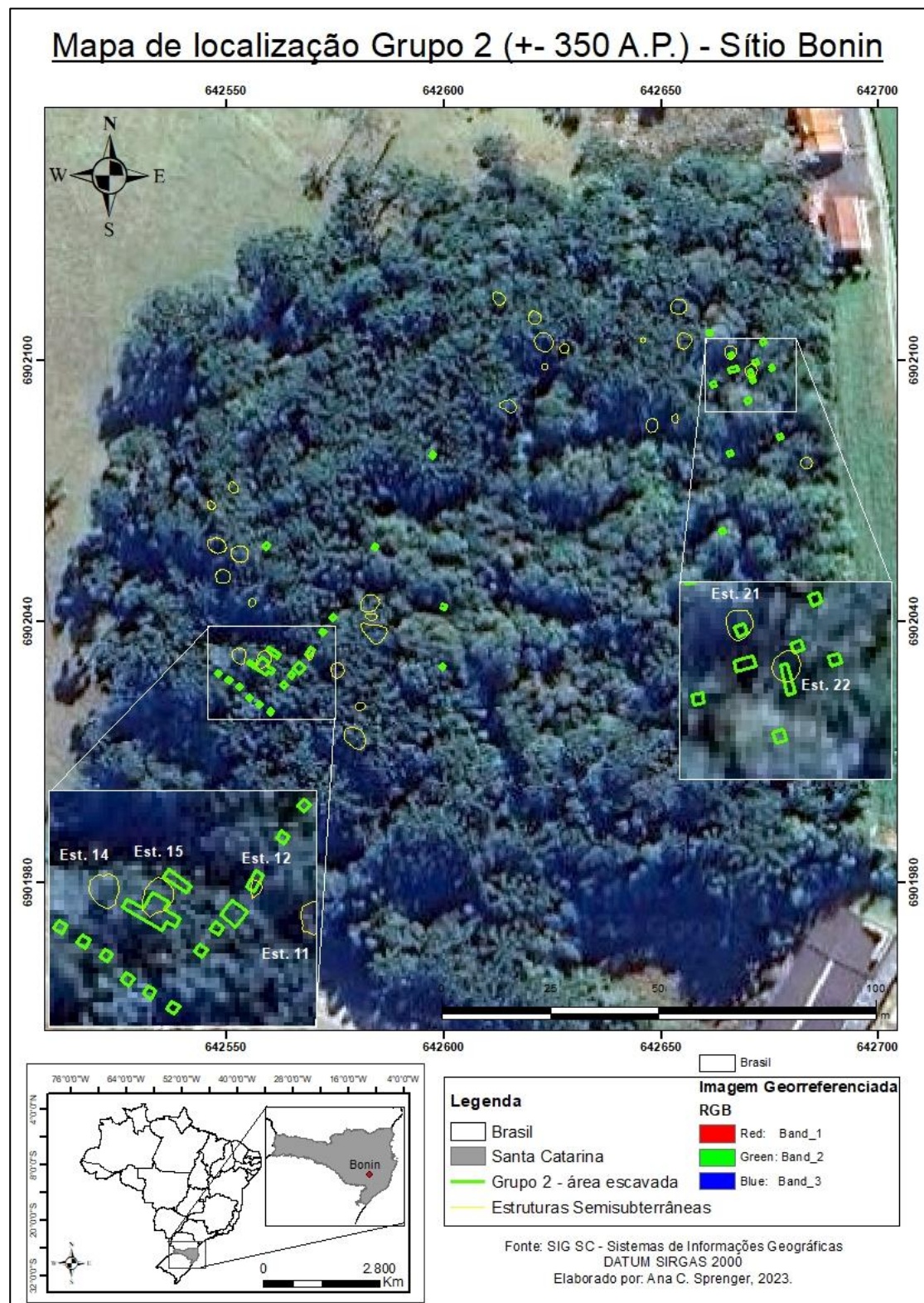
dois lados, sendo a quantidade de cerâmicas maior que nesse grupo que no anterior. A maior concentração de cerâmica do grupo 2 ocorre na Estrutura 22, que concentra 40,31% dos fragmentos.

É importante ressaltar que o grupo 2 apresenta uma maior densidade de material. O motivo dessa diferença pode estar associado tanto ao método de escavação utilizado – área maior do sítio foi escavada que apresentou essa datação – quanto ao fato deste horizonte apresentar uma maior densidade ocupacional. De qualquer forma, para a segunda razão se confirmar, é necessária uma investigação mais aprofundada em relação a estratigrafia do sítio Bonin.

Quadro 2. Datações obtidas para o Grupo 2.

Sítio	Data AP	Nº Laboratório	Estrutura associada	Profundidade	Referência
Bonin	340±32	UGAMS# 30078	Estrutura 22	60-70 cm	Rafael Corteletti, Bruno Labrador e Paulo Dlais (2023)
Bonin	340±25	UGAMS#2538 8	Área externa	0-10 cm	Rafael Corteletti, Bruno Labrador e Paulo Dlais (2023)
Bonin	330±25	UGAMS#2538 6	Estrutura 22	30-40 cm	Rafael Corteletti, Bruno Labrador e Paulo Dlais (2023)
Bonin	310±34	UGAMS# 30080	Q4	0-10 cm	Rafael Corteletti, Bruno Labrador e Paulo Dlais (2023)
Bonin	310±25	UGAMS#2538 7	Área externa	0-10 cm	Rafael Corteletti, Bruno Labrador e Paulo Dlais (2023)
Bonin	310±25	UGAMS#2538 3	Estrutura 12	10-20 cm	Rafael Corteletti, Bruno Labrador e Paulo Dlais (2023)
Bonin	470±28	UGAMS# 30074	Q6	0-10 cm	Rafael Corteletti, Bruno Labrador e Paulo Dlais (2023)
Bonin	360±20	UGAMS#25385	Estrutura 15	10-20 cm	Rafael Corteletti, Bruno Labrador e Paulo Dlais (2023)
Bonin	350±29	UGAMS# 30075	Q7	10-20 cm	Rafael Corteletti, Bruno Labrador e Paulo Dlais (2023)
Bonin	350±35	UGAMS# 30081	Q4	10-20 cm	Rafael Corteletti, Bruno Labrador e Paulo Dlais (2023)
Bonin	340±31	UGAMS# 30077	Estrutura 21	30-40 cm	Rafael Corteletti, Bruno Labrador e Paulo Dlais (2023)

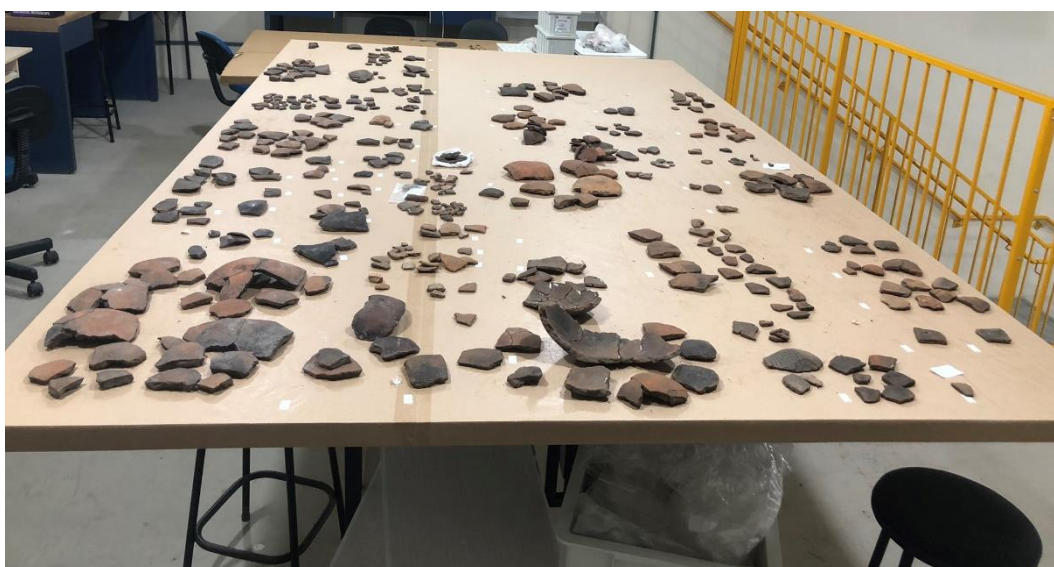
Figura 58. Áreas de escavação em verde associadas ao grupo 2. Elaboração: Ana Sprenger, 2023.



Esse grupo também passou por processo de seleção e triagem, no qual foi possível identificar um índice de fragmentação ainda maior que do grupo 1,

uma vez que a amostra selecionada corresponde a 28% da coleção total desse horizonte, sendo 72% da coleção composta por fragmentos menores que 4cm. Essa fragmentação é comum em sítios Jê, onde as cerâmicas geralmente são encontradas em fragmentos pequenos. Essa fragmentação pode estar associada a técnica de manufatura dos potes e/ou a espessura. São 56 potes cerâmicos identificados a partir de 255 fragmentos de parede, 201 fragmentos de borda, 48 fragmentos de base, além de 2 bolotas de argila e 1 sem classe identificada, totalizando 507 fragmentos. A Figura 59 mostra os fragmentos cerâmicos que compõe o grupo 2.

Figura 59. Coleção cerâmica do grupo 2. Foto: Ana Sprenger.



Os conjuntos identificados para o Grupo 2 apresentam ao menos 8 variações de formas, entre potes fechados e abertos. Sendo 30 potes fechados, 23 potes com formas abertas e outros 3 não possuem leitura. Aqui é possível observar um aumento significativo de potes abertos, tanto em relação a quantidade quanto em relação a variações de forma, sendo 3 formas identificadas para os potes abertos (Forma 3, Forma 3A e Forma 3B).

Da mesma forma que no grupo 1, não foi possível realizar projeções de formas para todos os potes, pois em muitos casos a borda corresponde a uma pequena porcentagem da abertura do vasilhame e/ou apresenta alto desgaste, o que impede a projeção. Além dessas questões, diferente do Grupo 1, para o

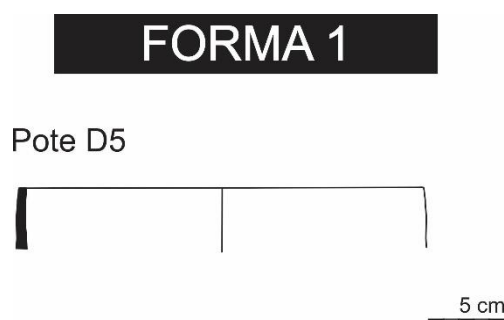
qual foi possível remontar partes consideráveis dos potes, para o Grupo 2 há uma dificuldade em conseguir remontá-los, provavelmente devido à grande fragmentação do material.

3.4.1 Formas fechadas – Grupo 2

As formas fechadas para o Grupo 2 seguem o mesmo padrão descrito anteriormente, apresentando a Forma 1 (forma reta) e Forma 2 (forma com cintura) com suas ramificações.

Para a Forma 1 há apenas um pote identificado, pote D5, que apresenta diâmetro de borda de 26cm, borda direta e lábio plano, conforme mostra a (Figura 60).

Figura 60. Pote identificado para a Forma 1, grupo 2. Elaboração: Ana Sprenger, 2022.



A pasta é composta por minerais como mica e hematita, técnica de manufatura roletada e queima completa (1). O que chama atenção para esse pote é a presença da técnica de esfumaramento na superfície externa juntamente com vestígios de fuligem próximo a borda (Figura 61), o que indica a utilização desse pote para o cozimento de alimentos.

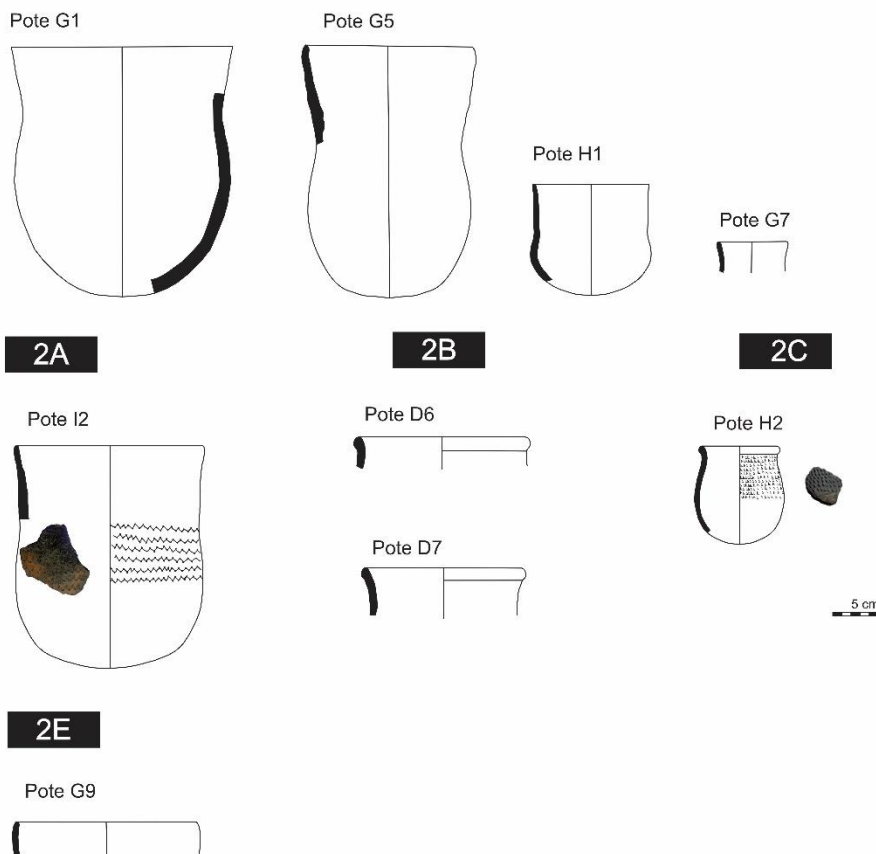
Figura 61. Borda do pote D5, Forma 1, Grupo 2. Foto: Ana Sprenger.



A forma com cintura é a predominante entre os horizontes cronológicos do sítio Bonin, sendo 14 potes identificados com essa característica para o Grupo 2, compondo as variações de formas sem decoração (Forma 2), com decoração (Forma 2A), com reforço de borda (Forma 2B), com reforço de borda e decoração (Forma 2C) e com borda expandida (Forma 2E), conforme mostra a Figura 62.

Figura 62. Variações de formas que apresentam cintura dentro do Grupo 2. Elaboração Ana Sprenger, 2023.

FORMA 2



A Forma 2 é a que apresenta os maiores diâmetros dentro dos potes que apresentam cintura. Para essa forma, são 7 potes identificados: o pote G1, G5, G7, G8, G17, G21 e H1. A maioria está associada a Estrutura 22, apenas o pote H1 foi recuperado na Estrutura 15.

Esses potes possuem diâmetro que varia de 8 cm (para o Pote G7) a 26 (Pote G1 e G8), com bordas levemente extrovertidas e lábios arredondados, com exceção do pote H1 que possui lábio plano.

Para o pote H1(Figura 63) foi possível realizar uma remontagem de boa parte do vasilhame (Ana Carolina SPRENGER, 2020). Este possui 14 cm de diâmetro e com a carga composta por minerais como hematita e mica. A técnica de manufatura é modelada e a queima é oxidação incompleta (3), com presença

de núcleo escuro com camadas internas e externas claras. O tratamento de superfície para esse pote é o alisamento, com estrias bem marcantes do seixo utilizado para obter o resultado final.

Figura 63. Pote H1, grupo 2. Foto: Ana Sprenger.



O pote G1 é o que apresenta a maior quantidade de fragmentos associados e também foi possível remontar parte dele (Ana Carolina SPRENGER, 2020), sendo raro dentro do Grupo 2 os potes que possibilitam remontagem de boa parte do seu corpo, conforme mostra a Figura 64 e Figura 65. Esse é um dos maiores potes associados ao Grupo 2, com 26cm de diâmetro e espessura que varia de 9mm próximo a borda a 16mm de base.

Figura 64. Fragmentos que compõe o Pote G1, grupo 2. Foto: Ana Sprenger.



Figura 65. Remontagem realizada do Pote G1. Fonte: Ana Carolina SPRENGER, 2020.



Em comparação com o grupo 1, este pote apresenta maior abertura de boca que os potes associados a Forma 1- que são os maiores –, porém, o pote G1 apresenta altura das paredes menores, sendo mais largo no corpo, quando se aproxima da base.

Um dado interessante sobre o Grupo 2 é que este possui uma quantidade muito maior de peças com esfumamento do que o Grupo 1. Essa técnica foi identificada em 17 potes do Grupo 2 e em 3 potes do Grupo 1. No Grupo 2, o esfumamento foi identificado tanto em potes fechados quanto abertos, sendo 10 potes associados a formas fechadas e 7 associados a formas abertas. Já no Grupo 1, essa técnica foi encontrada apenas nos 2 potes de forma aberta e em 1 pote com decoração, mas sem forma identificada.

No Grupo 2, o pote G8, Forma 2, apresenta esfumamento apenas na superfície externa, mas sem a brunidura, caracterizando uma superfície fosca (Figura 66). É possível observar que o pote possui alisamento tanto externo quanto interno, mas sem aspecto brilhoso. O alisamento foi realizado com seixo, possível de ser identificado a partir das estrias deixadas na superfície do pote.

Este pote possui 26 cm de diâmetro e lábio arredondado. A pasta é composta por minerais – hematita e mica – e carvão, raro dentro da coleção do sítio Bonin. A técnica de manufatura é roletada e possui queima completa (1).

Figura 66. Pote G8 com característica de esfumaçamento fosco na superfície externa, grupo 2. Foto e elaboração: Ana Sprenger, 2022.

Pote G8



Outro pote que apresenta a técnica de esfumaramento está associado a Forma 2A, o pote G6, que além da superfície escurecida, apresenta brunidura e possui decoração na superfície externa (Figura 67). Este pote possui 18cm de diâmetro de borda e lábio arredondado, carga composta por minerais e queima completa (2). A técnica de manufatura é roletada, possível de identificar pelo toque na superfície e sentir as ondulações dos roletes.

Figura 67. Pote G6 com superfície escurecida com brunidura e decoração plástica, Grupo 2. Foto: Ana Sprenger, 2022.



Em relação a Forma 2A, além do pote G6, o pote I2 também compõe essa categoria. Para esses conjuntos não há diferenciação em relação a carga, ambos são compostos por minerais como hematita e mica, e em relação a técnica de manufatura é roletada. Já em relação a queima para o pote G6 possui queima completa (2) e o pote I2 é incompleta (7), com núcleo central espesso e camadas claras e finas externa. Esse conjunto possui alisamento tanto na superfície interna como na superfície externa, mas sem a presença de enegrecimento na superfície. Novamente como no caso do Pote K, a fuligem está presente em maior densidade na borda do vasilhame (Figura 68).

Figura 68. Pote I2, grupo 2. Borda com fuligem na superfície externa. Foto: Ana Sprenger.



Percebe-se que há uma preferência no sítio Bonin em dispor no corpo das vasilhas a maior parte do grafismo plástico. Em especial a forma que apresenta uma “cintura”, como o pote K, o pote I2, o pote J1 e o pote H2, esses dois últimos associados a Forma 2C.

Sendo assim, os potes da Forma 2C possuem borda extrovertida com reforço externo e decoração plástica, com dois potes identificados com essa forma: o pote J1 e H2. É importante ressaltar que ambos possuem 8cm de diâmetro de borda, possuem a mesma coloração de pasta, com carga composta por grãos de hematita e mica, mas com motivo plástico diferente (Figura 69 e Figura 70).

Figura 69. Vasilha H2 com grafismo plástico e borda extrovertida com reforço externo do lábio, grupo 2. Foto: Ana Sprenger.



Figura 70. Vasilha J1 com grafismo plástico e borda extrovertida com reforço externo do lábio, grupo 2. Foto: Ana Sprenger, 2022.



É interessante notar que esses potes contêm características técnicas bem semelhantes – mesmo diâmetro de abertura, mesmo tipo de borda, mesma pasta, queima completa em ambos os casos, coloração semelhante – o que aparenta ser um padrão estético para potes que possuem essas características. Apesar do motivo ser diferente, ambos os potes começam com a incisão próximo a borda, sendo possível observar que esta vai até a metade do corpo do vasilhame. Esse é um formato novo de vaso, que não aparece no Grupo 1.

Além disso, é interessante ressaltar que esses potes foram encontrados em locais espacialmente opostos, onde o pote H2 foi encontrado na Estrutura 15, interpretada como área de habitação, no lado sudoeste do sítio, enquanto o pote J1 foi encontrado em uma quadricula (Q1) próxima a Estrutura 22, grande cozinha, lado nordeste do sítio.

Outros potes que possuem lábio com reforço externo, mas sem decoração plástica são os potes D6 e D7, associados a Forma 2B. Ambos possuem

diâmetro de borda de 18cm e apresentam uma mesma coloração de pasta, mas com carga diferente. O pote D6 possui grãos de hematita em sua carga, enquanto o pote D7 apresenta quartzo, sem a presença de hematita (Figura 71). Em ambos os casos não é possível identificar o tratamento de superfície utilizado, uma vez que estes fragmentos estão bastante erodidos. Vale ressaltar também que o reforço externo é exclusivo para potes fechados.

Figura 71. A esquerda o pote D7 com presença de quartzo na sua pasta. A direita pote D6 com baixa proporção de carga. Foto: Ana Sprenger, 2022.



Dentro das variações para os potes fechados, a coleção do grupo 2 apresenta um conjunto que me chamou atenção pela sua especificidade, se diferenciando dos demais, tanto do grupo 1 quanto do grupo 2. Trata-se do pote I3, recuperado nas escavações da Estrutura 12, lado sudoeste do sítio. Esse conjunto não possui projeção de forma, devido ao extremo desgaste e irregularidade da borda.

O pote I3 é um pote fino, com 5mm de espessura e diâmetro de 16cm, com lábio arredondado. O diferencial desse conjunto é a coloração da pasta, sendo o único pote do sítio que apresenta essa coloração. Para a carga, os minerais que a compõe são extremamente pequenos (menores que 2mm) e difíceis de identificar a olho nu. A hematita ainda está presente, mas em baixa quantidade (em menos de 10%) e em fragmentos pequenos (menores que 2mm). Por conta da espessura fina dos fragmentos, é difícil identificar a técnica

de manufatura utilizada, podendo ser tanto modelada como paleteada (Claudia PARELLADA, 2008). Para a queima, o pote apresenta queima completa (1).

O pote está desgastado, o que dificulta uma leitura sobre o tratamento de superfície, mas podemos observar que há polimento, tanto na superfície interna quanto externa (Figura 72 e Figura 73).

Figura 72. Pote I3, grupo 2, superfície externa. Foto: Ana Sprenger, 2022.



Figura 73. Pote I3, grupo 2, superfície interna. Foto: Ana Sprenger, 2022.



Na bibliografia consultada (Igor CHMYZ 1967; 1968; Tom MILLER Jr., 1978; Pedro SCHMITZ, et al. 1993; Silvia COPÉ, 2006; Claudia PARELLADA, 2008; Jonas SOUZA 2009; 2017) esses atributos tecnológicos não são comuns para as coleções Jê Meridional, principalmente em relação a coloração da pasta que comumente são vermelhas, cinzas ou amarelas.

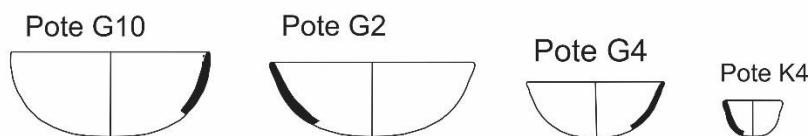
3.4.2 Formas abertas – Grupo 2

É nas formas abertas que a comparação entre os dois grupos mais se destaca. O Grupo 2 apresenta uma quantidade muito maior de potes abertos, sendo 23 ao todo. As formas identificadas para esses potes são a Forma 3 (potes

abertos e fundos), Forma 3A (potes abertos e rasos) e Forma 3B (potes abertos e fundos, mas com borda extrovertida), conforme mostra a Figura 74.

Figura 74. Formas associadas a potes abertos do Grupo 2. Elaboração: Ana Sprenger, 2023.

FORMA 3



3A



3B



Para a Forma 3 foi possível identificar 8 potes que possuem forma aberta e profundidade, caracterizando-os como tigelas. Esses potes possuem diâmetro de borda que variam de 4cm a 22cm, no qual todos apresentam lábio arredondado. Não parece existir uma especificidade entre as vasilhas abertas em relação aos atributos técnicos relacionados a pasta e queima. Apesar desses dados, é uma coleção bastante peculiar em relação ao tratamento de superfície, pois apresentam características marcantes do ponto de vista estético – como esfumamento e brunidura – e em relação as variações de diâmetro de borda, sendo identificado um pote miniatura para essa forma.

O pote K4 possui 4cm de diâmetro de borda e foi caracterizado como miniatura, sendo o único identificado na coleção até o momento. A pasta é composta por minerais como hematita e mica de tamanho fino (menores que 2mm). A técnica de manufatura é modelada e não possui distribuição irregular de massa ou grandes variações de espessura. O pote possui uma espessura que varia de 5mm da base a 4mm no lábio. É possível observar que o pote possui irregularidades na borda e um alisamento mais grosseiro, com marcas de estrias expressiva na superfície externa, conforme mostra a Figura 75.

Figura 75. Pote K4, lado externo e lado interno. Observa-se a irregularidade no tratamento de superfície. Grupo 2. Foto: Ana Sprenger, 2022.



Para a Forma 3, dois potes bastante semelhantes em relação a forma e tamanho foram encontrados em duas áreas espacialmente opostas, como visto anteriormente para a Forma 2C – potes similares encontrados espacialmente opostos dentro do sítio Bonin. Os potes G2 e I1 foram encontrados na Estrutura 22 (lado nordeste) e Estrutura 12 (lado sudoeste), respectivamente. São potes bastante semelhantes, ambos com 16cm de diâmetro, sendo associados ao consumo individual de alimentos (Figura 76).

Figura 76. Potes com o mesmo formato, mas com pastas distintas, grupo 2. Foto: Ana Sprenger, 2022.



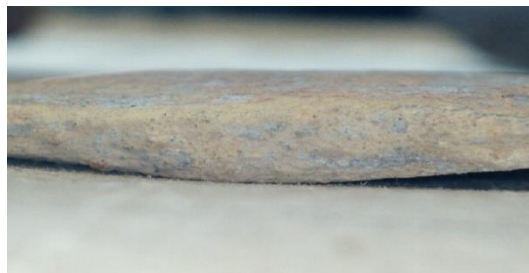
O pote I1 apresenta uma carga composta de hematita como o mineral predominante e queima incompleta (7). O pote G2 possui carga com fragmentos de hematita e mica e queima completa (2). Além dessas características o pote G2 apresenta superfície brunida e enegrecida de maneira irregular e menos intensa do que nos potes que vimos anteriormente (como o pote G8 e G6). Ambos os potes possuem borda de formato simples e lábio arredondado.

A Forma 3A e a Forma 3B são exclusivas do Grupo 2 e não aparecem no Grupo 1. Para a Forma 3A, os dois potes identificados (Pote G14 e K3) apresentam superfície bastante erodida, o que torna impossível identificar qualquer tipo de tratamento de superfície. Ambos os potes foram recuperados na Estrutura 22 e possuem diâmetro de borda de 16cm para o pote G14 e 20cm para o pote K3, com lábios arredondados. A técnica de manufatura é modelada e apesar de apresentarem a mesma forma, os dois potes possuem características técnicas distintas em relação a pasta. O pote G14 apresenta uma carga composta de hematita, enquanto o pote K3 apresenta uma pasta amarelada com baixa presença de carga (menos de 10%), conforme mostra a Figura 77 e Figura 78.

Figura 77. Pote G14, Forma 3ª, grupo 2.
Foto: Ana Sprenger, 2022.



Figura 78. Detalhes da pasta do pote K3, Forma 3A, grupo 2. Foto: Ana Sprenger, 2022.



O pote C1 é o único dentro da coleção que apresenta contorno de forma 3B. Os componentes da pasta são grãos minerais de hematita e mica em tamanhos finos (até 2mm) e médios (entre 2mm e 4mm). A técnica de manufatura não foi possível de identificar e a queima é completa (2). Além de sua forma, esse pote se diferencia pelo fato de apresentar a superfície externa escurecida, conforme podemos observar na Figura 79.

Figura 79. Pote C1, contorno de forma 3B. Foto: Ana Sprenger, 2023.

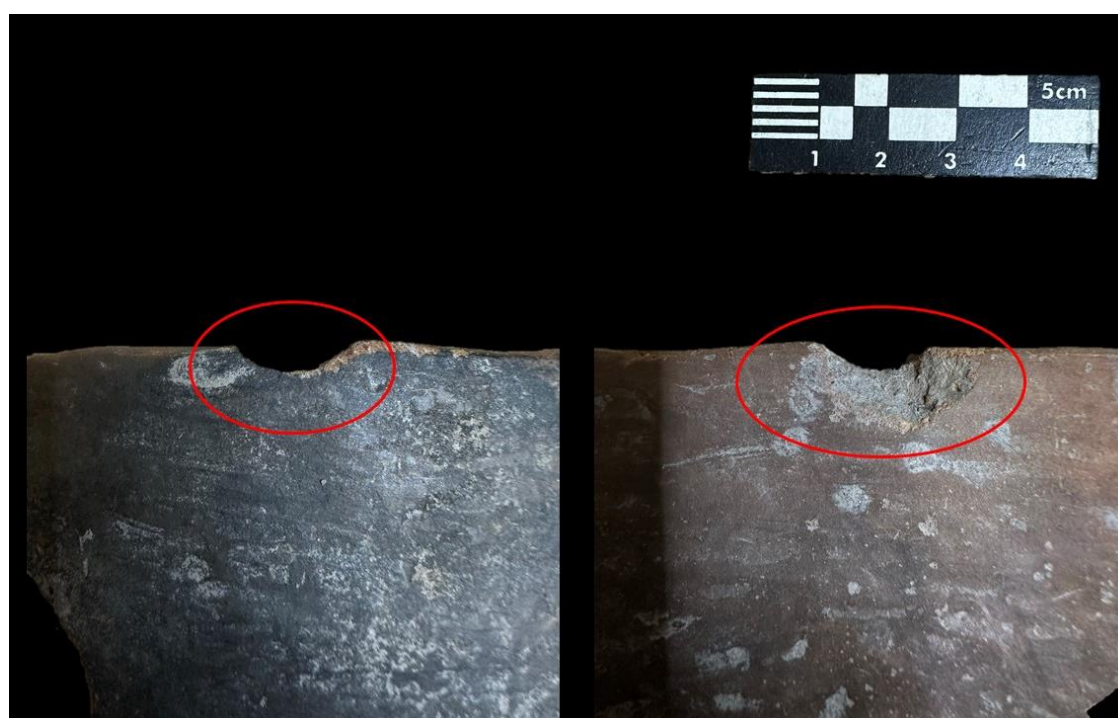


Em relação as marcas de uso do Grupo 2, a análise evidenciou uma cicatriz na borda, encontrada em 6 vasilhas (Figura 80 e Figura 81). São três formas abertas, um pote associado a Forma 3, um associado a Forma 3E e um sem especificação de forma, além de três formas fechadas, um associado a Forma 2 e dois sem especificação de forma.

Figura 80. Padrão de quebra encontrado em bordas do sítio Bonin, grupo 2. Foto: Ana Sprenger.



Figura 81. Detalhes da marca de cicatriz na borda. Foto: Ana Sprenger.



Essa cicatriz de borda é uma característica exclusiva dos potes do Grupo 2, especificamente da Estrutura semi-subterrânea 22 e áreas vizinhas, localizada no lado nordeste do sítio. A escavação dessa estrutura é a que apresentou a maior quantidade de materiais e é considerada uma grande cozinha, por apresentar organização de rochas com quebra térmica em formato circular, solo escuro de consistência pastosa e grande quantidade de carvão, em fragmentos maiores que 2cm (Manoella SOARES, 2019).

Vladimir Dantas (2005), ao tratar de cicatrizes similares em cerâmicas pré-coloniais do Sítio Justino em Canindé do São Francisco/Sergipe, indica que tais marcas são “alterações de superfície provocadas por frequentes impactos em ações do cotidiano” (p.148), sugerindo que as marcas seriam provocadas por batidas de colher constantes na borda da panela, durante a preparação de alimento (Figura 82).

Figura 82. Batida na borda após mexer o conteúdo. Fonte: Vladimir DANTAS, p.66, 2005.



As cicatrizes encontradas nas cerâmicas do sítio Bonin podem se tratar da mesma situação descrita por Vladimir Dantas, de batidas repetidas de colher. Para além da cicatriz, as evidências da estrutura semi-subterrânea onde as cerâmicas foram encontradas indicando uma grande cozinha e marcas de uso

nos fragmentos como fuligem na superfície, indicam que esses potes estavam sendo utilizado para a preparação e/ou consumo de alimentos, sendo a cicatriz mais um indicativo desse uso.

Capítulo 4 – Mudanças e permanências do fazer cerâmico no sítio Bonin

Nesse capítulo irei discutir alguns resultados da análise que evidenciou aspectos interessantes sobre o fazer cerâmico do sítio Bonin, principalmente quando comparamos os dois horizontes cronológicos.

A pasta identificada nas cerâmicas do sítio Bonin é similar nos dois horizontes. Minerais como hematita e mica estão presentes em praticamente todos os potes – com exceção de três potes, um formato aberto e dois em formato fechado. Aqui o foco não se dará nas exceções, mas sim na constância da pasta.

Pastas com minerais como hematita em sua composição possuem uma maior capacidade de aquecimento, maior condução térmica e menor resistência ao impacto, características também atribuídas às paredes finas (Michael SCHIFFER e James SKIBO, 1992). O formato arredondado dos potes do Bonin influencia na resistência dos vasilhames, aumentando a sua resistência ao impacto. Essas características indicam que os potes desta coleção foram construídos em harmonia e de maneira complementar do início ao fim, buscando assim um equilíbrio entre composição e forma do pote (Ana SPRENGER, 2020). A identificação desta característica nos dois horizontes cronológicos de ocupação do sítio sugere escolhas técnicas que se mantiveram ao longo do tempo.

A permanência de uma mesma “receita” de pasta por mais de 350 anos pode ser resultado da estrutura de ensino-aprendizagem tradicional indígena apoiada na cosmologia e narrativas de origem. A transmissão dos saberes tradicionais é evidenciada em diversos textos escritos por pesquisadores e pesquisadoras indígenas, nos quais o conhecimento sobre o fazer cerâmico é ensinado através de mães e avós aos seus filhos e filhas, por meio de práticas e conversas (Jidean FONSECA, 2015). Para a pesquisadora indígena Laklãnõ/Xokleng Josiane Tschucambang (2020) a transmissão do conhecimento tradicional ocorre através das memórias e das tradições como um todo:

A transmissão do conhecimento tradicional se dá através dessas memórias de suas tradições como um todo, no âmbito de crenças e vivências cotidianas. Um elemento cultural que ainda se mantém forte é a mitologia, os rituais e os costumes são feitos de forma oral, e são os idosos que lutam para suas existências, mesmo que através da oralidade (...) durante esses rituais, narram através de cantos, que não têm tradução, recriando um momento, lembrando-se de pessoas que passaram por aqui, que os ensinaram (Josiane TSCHUCAMBANG, p.37, 2020).

A seleção e coleta da pasta é uma das primeiras etapas da cadeia operatória da cerâmica. O pesquisador indígena Laklãnõ/Xokleng Jidean Fonseca (2015) relata que a argila boa é encontrada onde nasce o arco-íris por já estar cozida por ele. As conversas com os espíritos durante essa etapa também são fundamentais para a concretização do vasilhame. Para a produção do pote, por vezes, a argila era misturada com carvão ou então, preparada sem nenhum tempero. A escolha da argila é um processo fundamental entre os indígenas Laklãnõ/Xokleng, que envolve a sua preparação pela terra, não necessitando nem de acréscimos em alguns casos.

Em uma cartilha produzida através de uma oficina de cerâmica nomeada “Fazendo cerâmica hoje como nossos avós”⁶ realizada no ano de 2007⁷ por indígenas Kaingang em Porto Alegre, Francisco *Ró Kág* dos Santos explica como se fazia cerâmica antes da invasão europeia e a presença da complementaridade dos papéis de gênero nesse momento:

Quando os brancos chegaram no Brasil, já existiam as fábricas de cerâmica indígena, locais onde nossos antepassados, homens e mulheres, faziam *kukrũ*/panelas, *pénky*/pratos de barro. Nessa época, aqui não existiam as fábricas dos brancos, nem panelas de ferro, mas nós, índios, tínhamos nossas vasilhas onde cozinávamos e comíamos nossas comidas. Para fazer a cerâmica, os homens cavavam buracos bem fundos para buscar a argila boa, no fundo da terra, enquanto as mulheres amassavam o barro e faziam as vasilhas. Depois, os homens buscavam a lenha na mata e as mulheres faziam o fogo, para queimar as peças. Os dois, homens e mulheres, das duas marcas, *kamé* e *kairukré*, trabalhavam juntos. (...) Em todo o nosso território brasileiro, essa prática foi esquecida, e é uma alegria para nós, os Kaingang do sul, estamos retomando e voltando a fazer a

⁶ No documentário onde os indígenas Kaingang apresentam os saberes e os fazeres da cultura Kaingang, incluindo a produção cerâmica entre outros artesanatos. Disponível em: <https://vimeo.com/16565467>. Acessado em: 11/07/2023.

⁷ Disponível em: <https://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/epa/pdf/manual-kaingang.pdf>. Acessado em 11/07/2023.

cerâmica e obter dela a nossa sustentabilidade (Francisco Ró Kág dos Santos, p.14, 2007)

De acordo com o conhecimento indígena, quem prepara a argila e autoriza seu uso é a terra, quem indica o local de coleta é o arco-íris, ou seja, além de humanos, outros entes se mantêm presentes e permitem toda a construção do vasilhame. A constância da pasta indica uma escolha tecnológica, que envolve vivências práticas e conhecimentos, que resulta em um vasilhame repleto de simbologias e significados, para além de funcionalidade.

No que tange ao tratamento de superfície, o alisamento fino e intenso dos potes indica continuidade do interesse no aspecto externo dos potes, suas características visíveis, nos dois horizontes de ocupação. Entretanto, a técnica de esfumamento é raramente identificada nas cerâmicas mais antigas (Grupo 1), sendo 3 potes que possuem essa característica, 2 deles com formas abertas. Para o Grupo 2 essa técnica é observada em 17 potes, aparecendo tanto em formas fechadas e quanto em formas abertas. Os vasilhames com esfumamento parecem ter sido utilizados para processamento de alimentos e bebidas, posto que ou foram encontrados em estruturas de combustão (dezesseis dos 20 potes com a técnica) ou apresentam fuligem nas superfícies externa e interna (três vasilhas identificados em áreas externas às estruturas e 1 foi encontrado na Estrutura semi-subterrânea 15).

Francisco Gonzaga (2022) realiza um debate interessante sobre o enegrecimento da superfície cerâmica, comparando com grafismos corporais e o significado de ambos os procedimentos. A analogia de pinturas corporais com a superfície cerâmica se dá especialmente porque para a maioria dos povos ameríndios a cerâmica é equivalente ao corpo humano, tendo lábio, pele, pescoço, corpo e etc., de modo que *“fabricar artefatos é, efetivamente, fabricar corpos”* (p.164, idem). O autor se debruça sobre o significado dos grafismos da pintura corporal, em especial os grafismos em preto, o que em muitos casos significa proteção contra espíritos e entes não humanos para os Jê Setentrionais e Meridionais. Observando a repetição da prática fica evidente uma estética comum a corpos humanos e cerâmicos:

Tudo o que foi exposto nos permite vislumbrar uma estética comum que perpassa tanto a pintura corporal como a produção da cerâmica entre os Jê Meridionais. Essa sugestão é potencializada pela recorrência da analogia entre corpo humano-cerâmica e pela constatação de que ambas as cadeias operatórias são atividades eminentemente femininas. O enegrecimento, nesse sentido, aparece como um recurso técnico presente no repertório das mulheres Jê Meridionais e que – embora por vias distintas – poderia ser aplicado na fabricação de corpos em sentido mais amplo. Na pele humana ou na cerâmica, o enegrecimento é responsável por vedar-lhe a superfície, regulando sua porosidade, agraciando-lhe a tez e, dessa forma, protegendo-lhe de entes externos de diversas ordens (Francisco GONZAGA, p. 168, 2022).

Nesse sentido, voltando o olhar para a cerâmica do sítio Bonin, proponho que o aumento numérico de potes que apresentam enegrecimento na superfície e utilizados para a preparação de alimentos pode estar relacionado a uma intensificação do fortalecimento da gente cerâmica. Seria possível sugerir que o aumento da prática de enegrecimento da superfície cerâmica perpassa pelos caminhos ditos funcionais – vedar a superfície regulando a porosidade – mas, sobretudo, também as protege de entes externos, humanos e não humanos. A cerâmica com enegrecimento na superfície serve para proteger-se e para cozinhar os alimentos, não havendo uma separação nesse sentido entre o funcional e o simbólico, sendo uma escolha que vai além de aspectos funcionais. Durante todo o fazer cerâmico o conversar com os espíritos é fundamental, seja durante a coleta da argila, seja durante a manufatura ou durante a queima, para que haja proteção para a artesã e para que o pote não se quebre (Jidean FONSECA, 2015). Partindo desse princípio e sabendo do contexto de invasão de colonizadores europeus em seus territórios, o aumento do repertório cerâmico do sítio Bonin com características de enegrecimento da superfície para o grupo que apresenta datações mais recentes poderia significar uma proteção presente na cerâmica contra possíveis invasores.

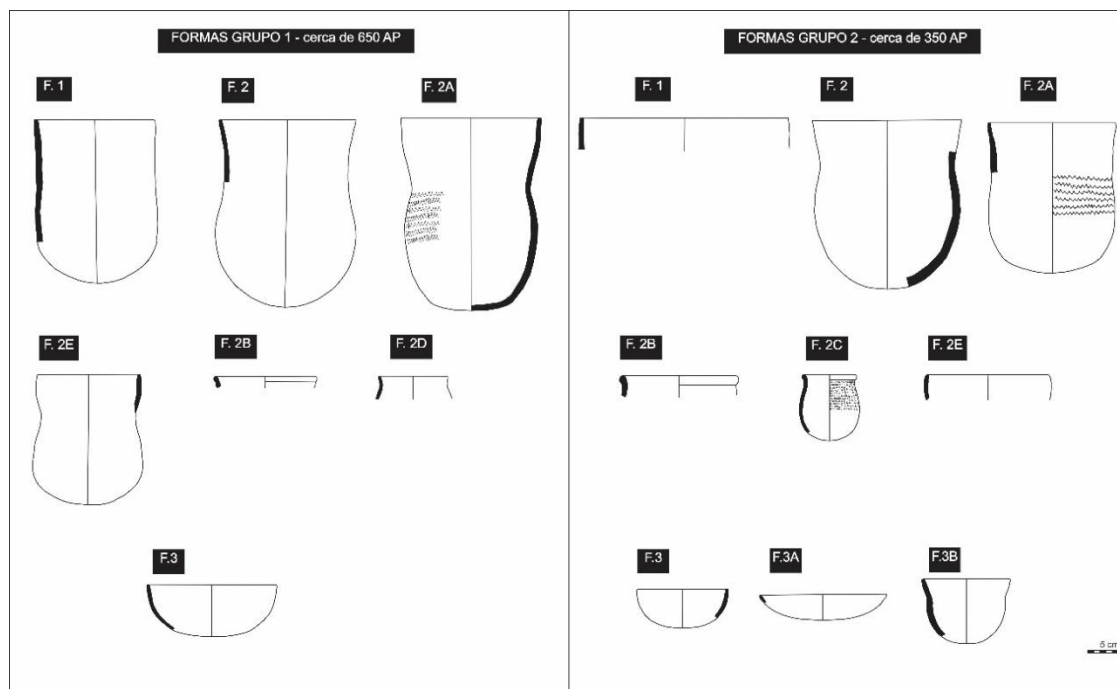
Como mencionado no Capítulo 1, o litoral foi a primeira área no Sul a ser invadido pelas frentes coloniais, afetando os povos que ali viviam. Os grandes vales foram obstáculos naturais, resultando na interação tardia entre os povos que ali viviam e os invasores europeus e eurodescendentes. As invasões ocorreram primeiramente no estado do Paraná, por volta de 1626 e 1630 já havia registros escritos dos povos Jê Meridionais (Silvio SANTOS, 1973).

Uma das entradas dos colonos pelas extremidades do território Laklãnõ/Xokleng, no Paraná e no Rio Grande do Sul, fez com que os indígenas fossem impedidos de deslocar-se livremente em seu território, buscando refúgios nas serras de Mata Atlântica, em Santa Catarina. Em 1850, com a chegada de famílias agricultoras imigrantes no Vale do Itajaí, o conflito entre os indígenas Laklãnõ/Xokleng e os invasores do seu território se agravou, conflito este que foi abraçado pelo Estado que em 1879, com o apoio de empresas e colonos da região, contratou grupos conhecidos como “bugreiros”, com o objetivo de perseguir e assassinar os indígenas Laklãnõ/Xokleng (Nanblá GRAKAN, 2015).

A comparação entre os dois grupos de cerâmicas do Bonin, datados em 650 e 350 anos, resultou em algumas questões interessantes no que diz respeito à forma. Em resumo, pudemos observar o abandono da Forma 2D; a inserção de novas formas, como a 2C, a 3A e a 3B, além de intensificação na produção de formas que antes eram pouco produzidas, como no caso da Forma 3. A Figura 83 mostra a variação de formas nos dois grupos.

Em relação ao tamanho dos diâmetros de borda e espessura dos potes, não há uma variação entre os grupos que permita dizer que houve mudanças significativas. De qualquer forma, o Grupo 2 apresenta uma maior variabilidade de diâmetro de borda dentro de um mesmo formato. Como exemplo, temos os potes da Forma 3: no Grupo 1 os diâmetros de borda variam entre 8cm e 20cm e, enquanto no Grupo 2 são encontrados potes cujo diâmetro varia entre 4cm e 22cm. Muitos são os motivos possíveis dessa mudança, que pode, por exemplo, estar associada ao contato com outros povos indígenas, ao contato direto ou indireto com invasores europeus.

Figura 83. Variações de formas entre os grupos. Elaboração: Ana Sprenger, 2023.



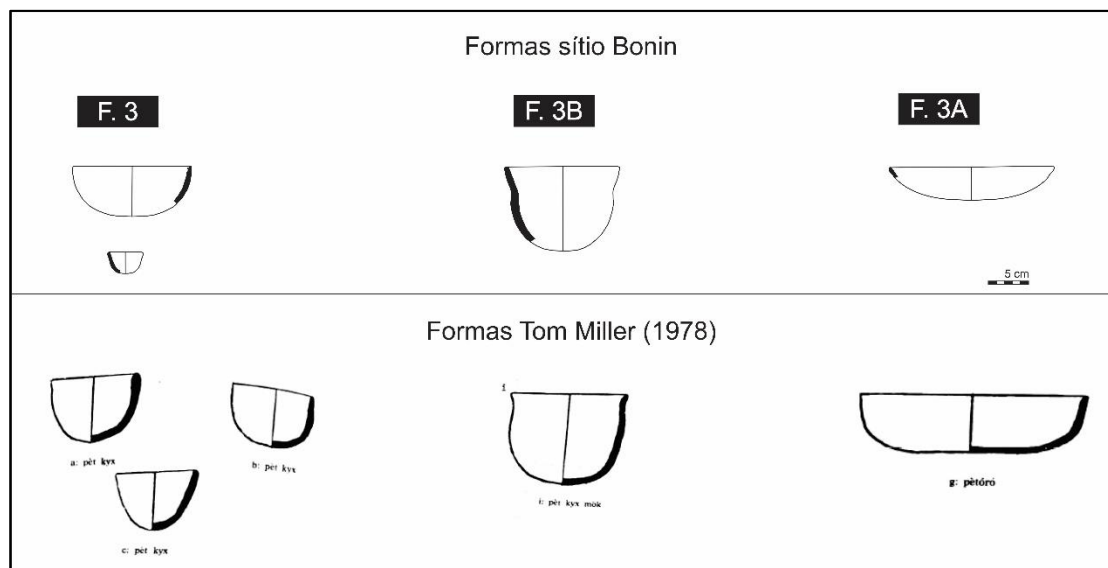
Como visto no Capítulo 1, Tom Miller Jr. (1978), buscou realizar uma classificação dos potes cerâmicos produzidos pelas indígenas Kaingang residentes do estado de São Paulo. Ao descrever os potes abertos, o autor afirma que esta categoria é a que apresenta mais variáveis em relação a forma e “inconsistências” nos relatos das mulheres indígenas, que por vezes usavam dois termos para descrever os potes abertos: *pêto’ro* ou *kon n’y’ry* (rever Figura 4 Capítulo 1). Miller Jr. conclui que essas formas não teriam sido usadas em tempos pré-coloniais, sendo uma forma inserida a partir das interações com os brancos:

Consegui entender que os dois termos são permutáveis, mas a variação de forma deixava muito a desejar: nos oito exemplos temos quatro bandejas, iguais a travessas encontradas em qualquer restaurante. Inclusive aqui temos a maior frequência de bordas pinçadas e onduladas, definitivamente não um costume aborígene dos caingang (...). Assim, junto com a inconsistência de formas e termos, concluímos que essa forma pode não ter sido usada em termos pré-históricos. Ao menos não em cerâmica (MILLER JR, p. 16, 1978).

As formas *pêto’ro* ou *pétóró* desenhadas por Tom MILLER (1978) são parecidas com as formas abertas identificadas no Grupo 2. A forma G se assemelha com a Forma 3A do sítio Bonin, as formas A, B e C lembram a Forma

3 e a I a Forma 3B, apesar de apresentarem pequenas diferenças, conforme pode ser observado na Figura 84:

Figura 84. Comparativo entre formas do sítio Bonin e formas desenhadas por Tom Miller (1978).

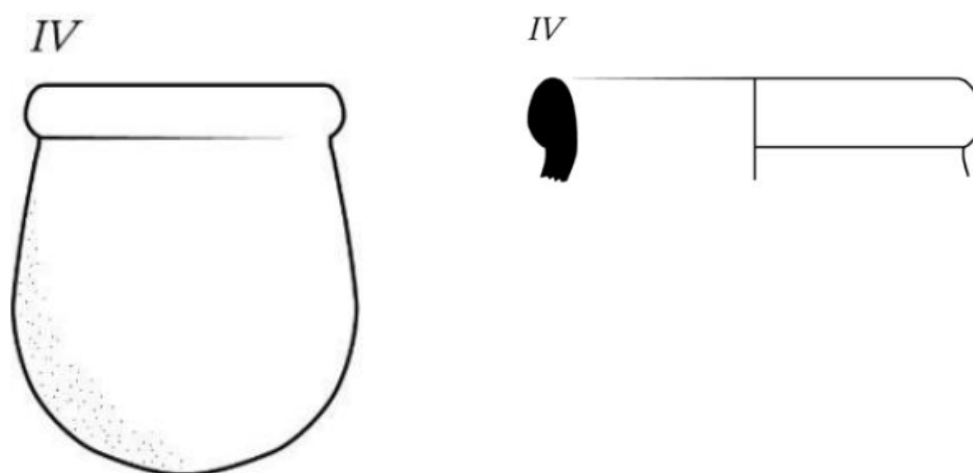


Os níveis do Bonin que apresentam uma cronologia mais recente possuem uma maior quantidade de cerâmicas com formas abertas, mas ao contrário do que Tom Miller (1978) propôs, não acredito que as formas abertas não teriam sido usadas em tempos pré-coloniais uma vez que a incidência das mesmas em outros sítios Jê no sul do Brasil é bastante recorrente (João SALDANHA, 2005; Silvia COPÉ, 2006; Claudia PARELLADA, 2008; Jonas de SOUZA, 2017; Francisco GONZAGA, 2022). Em comparação com outros sítios que apresentam formas abertas, a realidade é que tais peças aparecem com datações recentes e antigas, reforçando a recorrência desta forma em sítios arqueológicos Jê Meridionais. Por exemplo, em sítios localizados no município de São José do Cerrito (SC), distante aproximadamente 140km de Urubici, as formas abertas aparecem com datações variadas. No caso do sítio de estrutura semi-subterrânea SC-SL-51, as cerâmicas com esta forma estão datadas em 320+-30 AP. Em outro sítio localizado a 300m deste (SC-CL-50) a forma aberta também está presente e a datação é de 910 +-30 A.P. (Pedro SCHMITZ et al. 2013).

As formas encontradas para o sítio Bonin correspondem àquelas identificadas em outras coleções cerâmicas espalhadas pelo sul do Brasil, principalmente nas coleções encontradas nos estados do Paraná e Santa Catarina, como veremos adiante. Entretanto, algumas dessas formas são consideradas mais “raras” dentro de algumas coleções, que é o caso da forma 2C.

Jonas de Souza (2017) identifica um padrão de forma com lábio reforçado externamente e decoração plástica para o sítio Baggio 1 (Figura 85), descrevendo-o como *“vaso pequeno, cilíndrico ou ovoide, cuja característica definidora é sua borda espessada. A decoração é carimbada e cobre todo o corpo do vasilhame”* (p.237, tradução da autora), que se assemelha com a forma 2C encontrada no sítio Bonin, caracterizando-a como extremamente rara para a coleção estudada, apesar de ser comum para os sítios localizados mais ao sul de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul. O autor associa essa forma a períodos mais antigos, se tornando rara à medida que se move de sul a norte de Santa Catarina e de períodos anteriores ao mais recente.

Figura 85. Forma com decoração plástica e lábio com reforço externo identificada por Jonas DE SOUZA para o sítio Baggio 1, Campo Belo do Sul/SC (Jonas SOUZA, p.237 e p.239, 2017)



No caso do sítio Baggio 1, o autor identificou essa forma associada a um horizonte cronológico de Cal. AD 1315-1430, sugerindo que esta desaparece do repertório da coleção após a virada do século XV (Jonas SOUZA, p. 238, 2017).

Os potes do Bonin com da Forma 2C (Figura 69 e Figura 70) provavelmente não eram utilizados para a preparação de alimentos, uma vez que foram encontrados fora das estruturas de combustão, em locais destinados ao consumo e/ou moradia e não possuem vestígios de uso no fogo como fuligens nas superfícies. A forma 2D (Figura 51) também é considerada rara para a coleção do sítio Baggio 1. Segundo Jonas de Souza (2017) essa é uma forma comum para os estados do Paraná e São Paulo, mas dificilmente encontrada nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Para o autor, pelo tamanho reduzido dos vasilhames, esses eram usados para o consumo individual e não para o processamento de alimentos.

Ao olharmos para o horizonte cronológico do sítio Bonin, temos uma realidade diferente, apesar de ambos os sítios possuírem semelhanças nas datações mais antigas. A forma 2C, que Jonas de Souza (2017) sugere ter desaparecido após a virada do século XV, no Bonin aparece apenas no horizonte cronológico mais recente, com datas de 360 ± 20 (1456-1632 Cal AD), e 330 ± 25 (1482-1642 Cal AD). Já a forma 2D, encontrada por Jonas de Souza em níveis datados em 280 ± 30 A.P e considerada típica de sítios do Paraná e Santa Catarina, no Bonin está associada ao horizonte cronológico mais recuado, com datações de 640 ± 40 (1280-1400 Cal AD).

As características como pasta, queima, técnica de manufatura e tratamento de superfície são similares as descritas pela bibliografia para as cerâmicas Jê Meridional. Outras coleções, como aquelas analisadas por Francisco Gonzaga (2022), Claudia Parellada (2008), João Saldanha (2005) e Pedro Schmitz et al. (2013) também possuem semelhanças com as do sítio Bonin.

De maneira geral, outras coleções arqueológicas presente nos estados de Santa Catarina e do Paraná, são bastante semelhantes com as cerâmicas do sítio Bonin, principalmente no que diz respeito as formas e ao tratamento de superfície. Ao contrário, as coleções cerâmicas dos sítios do Rio Grande do Sul se diferenciam pelas mesmas razões, a forma e o tratamento de superfície, uma vez que essas cerâmicas geralmente apresentam um corpo mais reto do

vasilhame e com maior presença de decoração plástica, cobrindo toda a superfície (Figura 86 e Figura 87).

Figura 86. Forma de vasilhame cerâmico encontrado no sítio arqueológico Ribeirão Potreiro, Guaratuba (PR). Fonte: Claudia Parellada, p. 105, 2008.

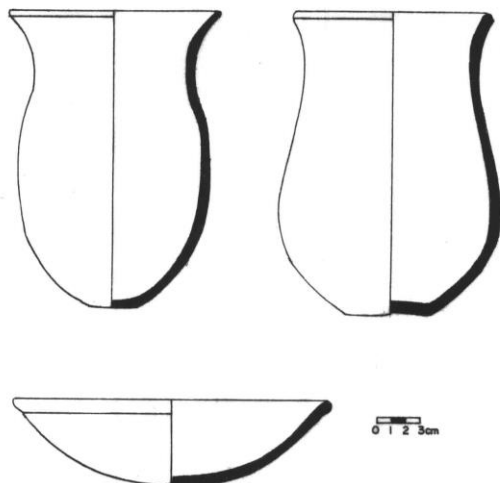
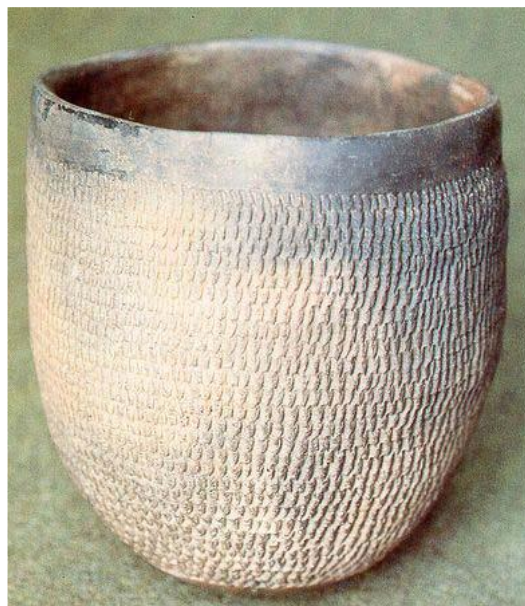


Figura 87. Vasilhame cerâmico encontrado em Caxias do Sul (RS). Fonte: Rafael Corteletti, p.118, 2006.



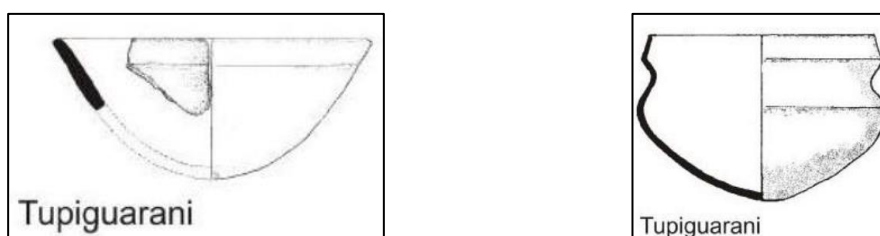
A comparação desses conjuntos permite de certa forma reforçar o que foi proposto por Jonas de Souza (2011) quando estabelece certas características regionais para a cerâmica Jê Meridional, principalmente ao que diz respeito a aspectos relacionados a forma e tratamento de superfície. De acordo com a proposição do autor, os sítios que possuem cerâmicas com contornos e tratamento de superfície mais parecidos com o sítio Bonin estariam localizados nos estados do Paraná, Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul, próximo da divisa com Santa Catarina, com uma cronologia que varia de 1475+-65 AP a 180+-50 AP (idem).

Um dos pontos investigados dessa pesquisa foi a possível interação dos povos Jê com os povos Tupi-Guarani e se esta interação estaria presente nas cerâmicas, principalmente nas cerâmicas do horizonte cronológico mais recente, uma vez que as frentes coloniais já estariam ocupando áreas do litoral e empurrando indígenas Tupi-Guarani que ali viviam para o planalto e os grandes

vales se tornaram obstáculos naturais frente a pressão colonizadora (Silvio SANTOS, 1973). Essa hipótese foi levantada no início da pesquisa e aguçada com a identificação da Forma 3B, forma aberta presente apenas no período mais recente (Figura 79, Capítulo 3), mas essa hipótese foi descartada devido a outras coleções cerâmicas Jê Meridional apresentarem essa mesma forma sem relação e contexto que indique contato com Tupi-Guarani, como as cerâmicas encontradas em Nova Cantu/PR (Figura 13, Capítulo 2) (Jefferson NUNES & Pedro SCHMITZ, 2017).

Os sítios que apresentam interação na no fazer cerâmico estão localizados em locais onde parece ter existido fronteiras fluidas, mas onde as formas e decorações são especificamente Tupi-Guarani (Jairo ROGGE, 2004). O sítio RS-AN-03-, localizado em Bom Jesus/RS, estaria em um desses locais identificados como fronteiras fluidas. O sítio apresentou dois conjuntos cerâmicos típicos Tupi-Guarani no interior de uma estrutura semi-subterrânea, datada em 550 +/- 40 A.P. (Silvia COPÉ, 2006).

Figura 88. Formas Tupi-Guarani encontradas no sítio RS-NA-03. Fonte: Silvia COPÉ, p. 288, 2006.



Como apresentei o Capítulo 2, por volta do ano 1000 A.P os sítios arqueológicos funerários monumentais Jê Meridional tiveram um aumento significativo, consequência do avanço de povos Tupi ocupando o sul pelo leste e oeste do estado. As pesquisas arqueológicas nesse sentido consideram que as áreas da confluência do rio Canoas e Pelotas são marcadores de um maior nível de organização social e consequentemente, de resistência à chegada dos Guarani nas terras baixas (Rafael CORTELETTI, 2012; Jonas DE SOUZA et al., 2016a). O sítio Bonin localizado na margem do rio Canoas estaria longe dos

locais indicados de fronteiras fluidas. Entretanto não podemos negar que a interação entre povos ocorria, já que estas populações estavam em constante caminhar pelos seus territórios.

Com a concentração de aldeias no planalto de Santa Catarina na confluência do rio Canoas e Pelotas, o aumento da cerâmica com o passar dos anos no sítio Bonin poderia significar uma concentração de pessoas em determinados locais. Ainda não está certo se a ocupação do sítio Bonin se deu de forma constante ou ininterrupta, de qualquer forma, é um local constantemente ocupado e/ou reocupado durante longos períodos.

Por outro lado, essa mudança aparente também pode ser ilusória, efeito artificial das intervenções arqueológicas amostrais no sítio, uma vez que o Grupo 1 é composto por cerâmicas provenientes de duas estruturas semi-subterrâneas escavadas e o Grupo 2 de cerâmicas provenientes de uma área mais ampla do sítio, com 3 estruturas semi-subterrâneas além de unidades externas. Entretanto, essa última possibilidade não se confirma. Se formos comparar a quantidade de potes recuperados nas Estruturas semi-subterrâneas 4 e 5 (datadas em 650 anos) com os potes recuperados na Estrutura semi-subterrânea 22 (datada em 350 anos), temos um número bem aproximado, 22 potes exumados nas Estruturas 4 e 5 e 25 potes apenas na Estrutura 22, além de outros 31 potes recuperados em outras áreas do sítio. Considerando que são três estruturas de combustão semelhantes no que diz respeito à forma, materialidade e assinaturas químicas, parece ser o caso de um aumento na população ou na intensidade da prática cerâmica.

As evidências apresentadas até aqui sobre o aumento da variedade de formas, quantidade de potes e o aumento da técnica de esfumamento pode estar relacionado com um aumento populacional no sítio Bonin, o que pode ser contraditório de se pensar uma vez que o período mais recente é marcado pelo processo colonizatório, que foi responsável por genocídios indígenas por todo o Brasil. Entretanto, o aumento populacional que sugiro está em relacionar o sítio Bonin como um local de “refúgio”, no qual, eventualmente, indígenas oriundos de diferentes aldeias tenham se reunido como forma de resistir (e sobreviver) à

pressão colonizadora. Isso explicaria o aumento do repertório e de técnicas que antes estavam dispersas pela região. O reaparecimento de formas que teriam desaparecido logo após a virada do século XV como sugere Jonas de Souza (2017), pode ser resultado de um reforço da ancestralidade Jê Meridional, como forma de resistência.

Locais como refúgio é descrito pela pesquisadora indígena Laklãnõ/Xokleng Walderes Priprá (2021), que através de conversas com os anciões da comunidade da Terra Indígena Ibirama Laklãnõ/Xokleng, realiza um levantamento de locais importantes para a remontagem da história dessa população. Em algumas dessas narrativas é evidenciado que devido aos extermínios e perseguições realizadas por colonos da região, os indígenas foram encurralados em áreas específicas, impedindo que circulassem livremente pelo seu território.

Antes do contato em 1914 com o povo Laklãnõ, ato conhecido como “acifiação”, o povo percorria uma imensa área territorial que se estendia no sul do país no Paraná, no planalto/serra e nas encostas catarinense até Vacarias no RS. Segundo relatos dos mais velhos, anciões da comunidade, devido à colonização que cercava o povo por todos os lados, muitos membros dos subgrupos foram mortos e os sobreviventes foram encurralados e se viram obrigados a se entregar para poder sobreviver e manter viva a cultura e a história do povo Laklãnõ (Walderes PRIPRÁ, p.48, 2021)

Os locais descritos por Walderes Priprá (2021) são acampamentos e lugares sagrados utilizados pelos indígenas antes e depois da interação com os colonizadores. Através da descrição desses locais é possível observar que muitos são ocupados e reocupados durante o tempo, seja por conta da abundância de alimentos para caça e coleta, por serem lugares sagrados, pontos de encontro, abrigos para chuva, frio ou locais usados para se esconder dos colonizadores da região.

O sítio Bonin protegido pelos entraves naturais dos rios e montanhas e consequentemente localizado em um local tardio de contato, poderia ter servido como um (de vários) refúgios para populações que estariam fugindo da catástrofe colonial que adentrava em seus territórios.

A intensificação de potes com esfumamento nesse contexto, sendo esta característica relacionada com a proteção contra entes humanos e não humanos (Francisco GONZAGA, 2022), pode ser vista também como um reforço da ancestralidade, além de um auxílio na proteção contra possíveis invasores, como mencionado acima. Os potes cerâmicos produzidos em um contexto de ameaça de seus territórios e de constantes conflitos pode resultar em uma intensificação da proteção dessa gente cerâmica, que necessitavam de um reforço para a sua proteção, tanto para a proteção do mundo material e quanto para o mundo espiritual.

Sendo momentos de conflitos, tensões e guerras um gerador de socialidades entre as sociedades indígenas, responsável por gerar alianças, inimizades e fornecer incrementos à reprodução de pessoas e grupos, este seria um momento de uma intensificação cultural (Guilherme FELIPPE, 2012), fornecendo maneiras de resistência em um cenário de agrupamento de populações com o território ameaçado.

Portanto, o estudo sobre a coleção cerâmica com o propósito de identificar mudanças e permanências do fazer cerâmico do sítio Bonin evidenciou aspectos sobre território, mobilidade, cosmologia e transmissão de saberes. Acredito que os resultados obtidos caminham junto com outras pesquisas que foram e estão sendo desenvolvidas e que reforçam algumas hipóteses que foram levantadas pela arqueologia sobre os povos Jê Meridionais.

Busquei, nesse sentido, evidenciar aspectos cosmológicos, sociais e históricos dos povos Jê Meridionais e que permearam o meu pensamento durante toda a análise. Espero ter explicitado no decorrer do texto a importância de relacionar o material arqueológico a sociedade que o produziu.

A partir dos dados que foram levantados, da pesquisa etnográfica e etno-histórica, do levantamento bibliográfico arqueológico, a análise da cerâmica do sítio Bonin e dos resultados alcançados, foi possível evidenciar a potência de uma arqueologia aliada, construída através de narrativas indígenas, além de

realçar a história de longa duração dos povos Jê Meridionais. Acredito que isto seja os maiores progressos que essa pesquisa poderia proporcionar.

Referências

AMARAL, BATISTA; FERREIRA, Elizamara. GÃR PÊ: Milho como símbolo da tradição na cultura Kaingang. 2015. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

AMARAL, Argeu M̃g. Conhecimento e uso de plantas pelos Kaingang na Terra Indígena Guarita RS. 2015. 37f. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello. Teoria e Método em Arqueologia Regional: Em estudo de Caso no Alto Parapanema, Estado de São Paulo. Tese de doutorado. São Paulo: MAE/USP, 2001.

ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. Revista de Arqueologia, 20: 09-38, 2007.

ARAÚJO, Rayane Barreto de. O Relatório Figueiredo e as violações dos direitos indígenas nas páginas do Jornal do Brasil (1965-1968). Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 213-250, jul./dez. 2018.

AZEVEDO, Aroldo de. O Planalto Brasileiro e o problema da classificação de suas formas de relevo. Boletim Paulista de Geografia, n. 2, p. 43-50, julho de 1949

BALDUS, H. 1937. Ensaios de etnologia brasileira, São Paulo, Editora Nacional, Biblioteca Pedagógica Brasileira.

BEBER, Marcus. V. O sistema do assentamento dos grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro: o caso da Tradição Taquara/Itararé. Documentos 10, p. 5-125. 2005.

BIAZI, Adriana A. B.; ERCIGO, Terezinha G. A formação do Kujá e a relação com seus guias espirituais na Terra Indígena Xapecó – SC. 2014. 57F. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

CÂNDIDO, Sueli Krengre. Histórias Kaingang. 2014. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

CAVALCANTE, Juliany. Tapando a terra feito manto verde à sombra dos pinheirais, é o milho: análises e perspectivas arqueobotânica e etnobotânica sobre Zea Mays e os povos Jê meridionais. Orientador: Rafael Corteletti. 2020. 60f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Antropologia - linha de formação em Arqueologia) - Instituto de ciências humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

BROCHADO, José P. MONTICELLI, Gislene. Regras Práticas na Reconstrução Gráfica das vasilhas de cerâmica Guaraní a partir dos fragmentos. 1994. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XX nº2, p. 107-118, 1994.

CHIMBANGUE, Toldo. História e luta Kaingang em Santa Catarina. Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Regional Sul. 1984.

CHMYZ, Igor. Considerações sobre duas novas tradições ceramistas arqueológicas no Estado do Paraná. Anais do Segundo Simpósio de Arqueologia da Área do Prata. Pesquisas - Antropologia 18, p. 115-125, 1968.

CHMYZ, Igor. Terminologia arqueológica brasileira para cerâmica. Cadernos de Arqueologia, Universidade Federal do Paraná, Ano 1, nº1, 1976.

COPÉ, S. M.; SALDANHA, J. D. M.; CABRAL, M. P. Contribuições para a Pré-História do Planalto: Estudo da Variabilidade de Sítios Arqueológicos de Pinhal da Serra, RS. Pesquisas. Antropologia, n. 58, p. 121-138, 2002.

COPÉ, S.M. Narrativas espaciais das ações humanas. História e aplicação da arqueologia espacial como teoria de médio alcance: o caso das estruturas semi-subterrâneas do planalto Sul-brasileiro. Revista de Arqueologia. no 19:111-123, 2006.

COPÉ, Sílvia M. A gênese das paisagens culturais do planalto sul brasileiro. Estud. Av., vol.29, n.83, pp.149-171. 2015.

COPÉ, Sílvia. M.; DE SOUZA, Jonas. G. Novas perspectivas sobre a arquitetura ritual do planalto meridional brasileiro: pesquisas recentes em Pinhal da Serra, RS. Revista de Arqueologia, n. 23, p. 104-117, 2010.

CORRÊA, Ângelo. Longue Durée: História indígena e Arqueologia. Ciência e Cultura, vol.65, no.2, São Paulo, Apr/June, 2013

CORTELETTI, Rafael. 2006. Casas subterrâneas em Caxias do Sul: conservação, distribuição e implantação. 217f. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2006.

CORTELETTI, Rafael. Patrimônio arqueológico de Caxias do Sul. Porto Alegre: Nova Prova Editora, 2008.

CORTELETTI, Rafael. Projeto Arqueológico Alto Canoas- PARACA: Um estudo da Presença Jê no Planalto Catarinense. 2012. 323f. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. 2012.

CORTELETTI, R., DICKAU, R., DEBLASIS, P., & IRIARTE, J. Revisiting the economy and mobility of southern proto-Jê (Taquara-Itararé) groups in the southern Brazilian highlands: starch grain and phytoliths analyses from the Bonin site, Urubici, Brazil. *Journal of Archaeological Science* 58, p.46-61. 2015.

CORTELETTI, R., DICKAU, R., DEBLASIS, P., & IRIARTE, J. Análises de grãos de amido e fitólitos nas terras altas do sul do Brasil: repensando a economia e mobilidade dos grupos proto-Jê meridionais. *Cadernos do LEPAARQ* Vol. XIII, nº25, p. 163-196. 2016a.

CORTELETTI, R. 2016b. Projeto Jê Landscapes of Southern Brazil: Relatório das Escavações no Sítio Bonin - Urubici, Verão de 2016. *Diário de Campo*. São Paulo 2016b.

CORTELETTI, Rafael.; DeBLASIS, Paulo A. 2018. Arqueologia Jê do Sul do Brasil: ambiente, sistema, poder e experiência na paisagem de Urubici, Santa Catarina. *Dossiê Arqueologia Regional em Santa Catarina. Revista Memorare*, v. 5, p.132-164, 2018.

CORTELETTI, Rafael; IRIARTE, José. Recent Advances in the Archaeology of the Southern Proto-Jê People. *Encyclopedia of Global Archaeology*. Springer International Publishing AG, parte f Springer Nature. 12p. 2018.

CORTELETTI, Rafael. LABRADOR, Bruno. DEBLASIS, Paulo. An Archaeology of Social Jê Landscapes at Urubici, Santa Catarina. In: COLONESE, André. MILHEIRA, Rafael (org.). *Historical Ecology and Landscape Archaeology in Lowland South America*. Ed. Springer, 2023.

CRENDO, J.G. 2015. O espaço tradicional Xokleng/Laklãnõ. Trabalho de Conclusão de Curso: Licenciatura Intercultural Indígena, UFSC.

CRÉPEAU, Robert. A prática do xamanismo entre os Kaingang do Brasil meridional: uma breve comparação com o xamanismo Bororo. *Horizontes Antropológicos* 8, p. 113–129. 2002.

CRÉPEAU, Robert. Os Kamé vão sempre primeiro: Dualismo social e reciprocidade entre os Kaingang. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 9-33. 2005.

CRIRI, Voia. Impactos da colonização e da Barragem Norte sobre a espiritualidade do povo Laklãnõ/Xokleng: memórias do ritual do Pétogdé. 2020. 20f. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

CRUZ, Aline. GIEHL, Eduardo. LEVIS, Caroline. MACHADO, Juliana. BUENO, Lucas. PERONI, Nivaldo. Pre-colonial Amerindian legacies in forest composition of Southern Brazil. *Plos One*, 19p, 2020.

DANTAS, Vladimir José. Pausa para um banquete: Análise das marcas de uso em vasilhames cerâmicos pré-históricos do Sítio Justino, Canindé do São Francisco, Sergipe. 2005. 152f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. São Cristóvão, 2005.

DE MASI, M.A.N., Artusi, L., 1985. Fase Itapiranga: sítios da Tradição Planáltica. *Pesqui.: Antropol.* 40, 99–121. 1985.

DeMASI, M.A.N. Relatório Final – Projeto de Salvamento Arqueológico Usina Hidrelétrica Campos Novos. 277p. 2005.

DE MASI, Marco Aurélio Nadal. Pescadores coletores da costa sul do Brasil. *Pesquisas. Antropologia*, n. 57, p. 3-136, 2001.

DE LIMA, Phellipe. Crônicas de terra e água: arqueologia espacial e paisagens cosmológicas dos abrigos/grutas com sepultamento Jê do Sul. 2020. 319f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Linha de concentração em Arqueologia – Universidade Federal de Pelotas. 2020.

DE SOUZA, Jonas Gregorio de. A cerâmica de Tradição Itararé-Taquara (RS/SC/PR) e a difusão das línguas Jê Meridionais: uma análise dos dados. 2009. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DE SOUZA, Jonas G.; ROBINSON, Mark; CORTELETTI, Rafael; CÁRDENAS, Macarena L.; WOLF, Sidnei; IRIARTE, José; MAYLE, Francis; DeBLASIS, Paulo. Understanding the Chronology and Occupation Dynamics of Oversized Pit Houses in the Southern Brazilian Highlands. *PLoS ONE* 11(7):e0158127, 24p, 2016.

DE SOUZA, Jonas G.; MERENCIO Fabiana. A diversidade dos sítios arqueológicos Jê do Sul no Estado do Paraná. Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. V. X, nº20. Pelotas, RS: Editora da UFPEL, 2013.

DE SOUZA Jonas. 2011. Linguistics, archaeology, and the histories of language spread: the case of the Southern Jê languages, Brazil Cadernos de Etnolingüística: volume 3, número 2, p.1-16.

DE SOUZA, J. G.; CORTELETTI, R.; ROBINSON, M.; IRIARTE, J..The genesis of monuments: Resisting outsiders in the contested landscapes of southern Brazil. Journal of Anthropological Archaeology (Print), v. 41, p. 196-212, 2016a.

DE SOUZA, J. G.; ROBINSON, M.; CORTELETTI, R. ; CÁRDENAS, M. L. ; WOLF, S. ; IRIARTE, J.; MAYLE, F. ;DEBLASIS, P. Understanding the Chronology and Occupation Dynamics of Oversized Pit Houses in the Southern Brazilian Highlands. Plos One, v. 11, p. e0158127, 2016b.

DIAS, A.S. Sistemas de Assentamento e Estilo Tecnológico: Uma Proposta Interpretativa para a Ocupação Pré-colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. USP. 401p. 2003.

FELIPPE, Guilherme. “Intensificação Cultural”: A persistência da guerra sul-ameríndia no século XVIII. Veredas da História, [online]. Ano V, Edição 1, 2012, pp. 1-16.

FIDELES, Jaciane Goj Téj Kuitá. Expressões corporais Kaingang como forma de transmissão de saberes na erra Indígena Apucaraniha: o Nën Ga. 2020. 48f. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020

FONSECA, Jidean Raphael. O Conhecimento dos Sábios sobre a cerâmica na Terra Indígena Xokleng/Laklãnõ. 2015. 46f. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GAKRAN, Nanblá. Um pouco da História da Situação dos Povos Indígenas no Brasil. In: Elementos fundamentais da gramática Laklãnõ. 2015.

284f. Tese de Doutorado (Doutorado em Linguística) - Instituto de Letras da Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GOSSELAIN, Oliver. Materializing Identities: An African Perspective. *Journal of Archaeological Method and Theory*, Vol. 7, No. 3, pp.187-217. 2000.

GONZAGA, Francisco. Revisitando A Cerâmica Jê Meridional Em Santa Catarina: O Sítio Rio Platê I. 2022. 208f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Sergipe. 2022.

IRIARTE, José., & BEHLING, H. 2007. The expansion of Araucaria forest in the southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications for the development of the Taquara/Itararé Tradition. *Environmental Archaeology* 12: 115-127.

IRIARTE, José. Monumental burials and memorial feasting: an example from the southern Brazilian highlands. *Antiquity*, n. 82, p. 947-961, 2008.

IRIARTE, José, COPÉ, Silvia, FRADLEY, Michael, LOCKHART, James J., & GILLAM, J. Christopher. Sacred landscapes of the southern Brazilian highlands: Understanding southern proto-Jê mound and enclosure complexes. *Journal of Anthropological Archaeology* 32, p. 74-96. 2013.

IRIARTE, José; DeBLASIS, Paulo; SOUZA, Jonas G.; CORTELETTI, Rafael. 2017. Emergent Complexity, Changing Landscapes, and Spheres of Interaction in Southeastern South America During the Middle and Late Holocene. *Journal of Archaeological Research*, v. 25, issue 3, p. 251-313, 2016.

HENRY, Jules. *Jungle people: a Kaingang tribe of the highlands of Brazil*. New York: Vintage Books, 1964. 216 p.

IOIÔ, Adonias Guiome. Relatório Figueiredo como prova de genocídio, massacres e monstruosidades perpetradas contra os povos indígenas no Brasil. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 460-468, jul./dez. 2018.

JOLKESKY, Marcelo P. V. Reconstrução Fonológica e Lexical do Proto-Jê Meridional. 2010. 349f. Dissertação (Mestrado Linguística). Universidade de Campinas, Campinas, 2010.

KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: *A outra margem do ocidente*. Org: Adauto Neves. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

LA SALVIA, Fernando. *Cerâmica Guarani*. / Fernando La Salvia e José Proença Brochado (orgs.). Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

LABRADOR, Bruno R. da Silva. Sistema de assentamento Proto-Jê Meridional no alto rio Canoas. 2018. 201f Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

LAUTERJUNG, M. B.; BERNARDI, A. P.; MONTAGNA, T.; CANDIDO-RIBEIRO, R.; COSTA, N. C. F.; MANTOVANI, A.; REIS, M. S. 2018. Phylogeography of Brazilian pine (*Araucaria angustifolia*): integrative evidence for pre-Columbian anthropogenic dispersal. *Tree Genetics & Genomes*, 14:36

LEMONNIER, PIERRE. The Study of Material Culture Today: Toward an Anthropology of Technical Systems. 1986. *Journal of Anthropological Archaeology* 5, p. 147-186. 1986.

MACHADO, Juliana S. Montículos Artificiais na Amazônia Central: um estudo de caso do sítio Hatahara. 2005. 367f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MABILDE, Pierre. 1983. Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul – 1836-1866. São Paulo: Ibrasa; [Brasília]: INL / Fundação Nacional Pró-Memória.

MANISER, H. H. 930. Les Kaingang de São Paulo. 23th International Congress of Americanists. New York. P. 760-791.

MENGHIN, Oswald. F. A. El poblamiento prehistórico de Misiones. *Arqueología y Etnología*. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo: 21 p. 1957.

MEGGERS, Bett. The coming of age of American Archaeology. In NEWMAN, M. T. (ed). *New Interpretations of aboriginal American Culture History*. Washington, 1955.

MILLER, Tom. Tecnologia Cerâmica dos Kaingang Paulista. *Arquivos do Museu Paranaense*, N.S. Etnologia 2, Curitiba, 1978.

MILLER, Eurico. T. Pesquisas Arqueológicas Efetuadas no Nordeste do Rio Grande do Sul. In PRONAPA –Resultados Preliminares do Primeiro Ano 1965-1966. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações Avulsas, n. 6, p.15-38, 1967

MOTA, Lúcio T. As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1976-1924). EDUEM, Maringá, 1994.

NEVES, Eduardo Góes. Arqueologia, História indígena e o registro etnográfico: exemplos do Alto Rio Negro. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, Sao Paulo, Suplemento 3: 319-330, 1999.

NIMUENDAJÚ, Curt. 1986. Curt Nimuendajú: 104 mitos indígenas nunca publicados. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 21. Fundação Nacional Pró-Memória/SPHAN/ Ministério da Cultura, Rio de Janeiro.

NIMUENDAJU, Curt. Etnografia e indigenismo. Campinas: Editora da Unicamp, 1993 [1913].

NOELLI, Francisco. 1999. Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, 3: 285- 302. 1999.

_____. O mapa arqueológico dos povos Jê no Sul do Brasil. In: Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang. Org: Kimiye Tomassino, Lúcio Tadeu Mota e Francisco Noelli. Londrina, EDUEL, 2004.

NOELLI, Francisco; DE SOUZA, Jonas. 2017. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum., Belém, v. 12, n. 1, p. 57-84.

NUNES, Jefferson A.; SCHMITZ, Pedro I. Uma coleção de cerâmica ligada à história do Xokleng. Revista de Extensão da Unesc, v. 2, n. 2, 2017.

OLIVEIRA, Juliana T., FERNANDES, Marcos R. O artesanato Kaingang na T.I. Xapecó. 2015. 35f. Trabalho De Conclusão De Curso. Licenciatura Intercultural Indígena Do Sul Da Mata Atlântica. Universidade Federal De Santa Catarina. Florianópolis. 2015.

ORTON, C., TYERS, P.; VINCE, A. Pottery in Archaeology. United Kingdom: Cambridge University Press. 269p. 1995.

PANACHUK, Lilian. A ciência dos gestos na produção oleira através de fragmentos (Tradição Taquara/Itararé, sítio Jataizinho-1, norte do Paraná. In: Anais do V Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Período: 20 a 23 de novembro, Rio Grande/RS, 2006.

PANACHUK, Lilian. O produzir cerâmico Tupiguarani e Jê: as técnicas, os gestos e as escolhas sociais pretéritas. In: Anais do I Congresso Internacional da SAB. Período 30 de setembro a 04 de outubro, Florianópolis/SC, 2007

PANACHUK, Lilian. Gestando potes e pessoas: a cerâmica como processo de aprendizagem do sensível e concreto. 2021. Tese de doutorado: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFMG. 2021.

PARELLADA, Claudia I. Tecnologia e estética da cerâmica Itararé-Taquara no Paraná: dados etno-históricos e o acervo do Museu Paranaense. *Revista de Arqueologia*, 21: p. 97-111, 2008.

_____. 2016. Paisagens transformadas: a arqueologia de povos Jê no Paraná, sul do Brasil. *R. Museu Arq. Etn.*, 27: 158-167. 2016.

PATE, Osiel. K. O Contato Descrito Pelos Laklãnõ Xokleng, Os Descendentes De Kaingang E As Trocas De Costumes E Saberes. 2020. Trabalho De Conclusão De Curso. Licenciatura Intercultural Indígena Do Sul Da Mata Atlântica. Universidade Federal De Santa Catarina. Florianópolis. 2020.

PATTÉ, Alair Ngamum. Histórias Cotidianas Laklãnõ. 2015. 61f. Trabalho De Conclusão De Curso. Licenciatura Intercultural Indígena Do Sul Da Mata Atlântica. Universidade Federal De Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

POPÓ, Carli. 2015. Cosmologia na visão Xokleng. Trabalho de Conclusão de Curso: Licenciatura Intercultural Indígena, UFSC.

PRIPRÁ, Alfredo Nanblá. 2020. A cultura material do povo Xokleng/Laklãnõ: as armas tradicionais. Trabalho de Conclusão de Curso: Licenciatura Intercultural Indígena, UFSC.

PRIPRÁ, Simeão Kungagn. Arte Xokleng: relação social e uso do Vyje do e do Kul tã vã ze. 2015. 24f. Trabalho de Conclusão de Curso: Licenciatura Intercultural Indígena, UFSC. 2015.

PRIPRÁ, A.C. 2020b. Koplág: O ritual de previsão Xokleng/Laklãnõ. Trabalho de Conclusão de Curso: Licenciatura Intercultural Indígena, UFSC.

PRIPRÁ, Walderes Coctá. Lugares de acampamento e memória do povo Laklãnõ/Xokleng, Santa Catarina. 2021. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

QUEIROZ, Isabella Brandão; LINO, Jaisson T. 2021. Kaingang's Kiki ritual: material culture of an indigenous religious ritual in Southern Brazil. *Revista Museu Arqueologia Etnologia*, 36: 46-58, 2021.

RICE, P. 1987. Pottery analysis: a sourcebook. Chicago: University Press of Chicago.

REIS, José Alberione dos. 2002. Arqueologia dos buracos de bugre: uma Pré-História do Planalto Meridional. Caxias do Sul, EDUCS, 2002. 228p.

_____. 1997. Para uma Arqueologia dos Buracos de Bugre: do Sintetizar, do Problematizar, do Propor. Dissertação de Mestrado, PUCRS: Porto Alegre. 262p. 1997.

REIS, Maria José. A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no Planalto Catarinense. Habilis. Erechim, RS, 2007.

ROGGE, J., 2004. 241f. Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

ROBINSON, Mark; SOUZA, Jonas G.; MAEZUMI, Yoshi S.; CARDENAS, Macarena L.; PESSENDA, Luis; PRUFER, Keith; CORTELETTI, Rafael; SCUNDERLICK, Deisi; DEBLASIS, Paulo, MAYLE, Francis; IRIARTE, José. 2018. Uncoupling human and climate drivers of late Holocene vegetation change in southern Brazil. Scientific Reports – Nature, v.8, p.7800. London: Springer-Nature, 2018.

ROBINSON, M.; IRIARTE, J.; SOUZA, J. G.; CORTELETTI, R.; ULGUIM, P.; FRADLEY, M.; CÁRDENAS, M.; DE BLASIS, P.; MAYLE, F.; SCUDERLICK, D. Moieties and Mortuary Mounds: dualismo at a mound and enclosure complex in the southern brazilian highlands. Latin American Antiquity, 28 (2), p. 232-251, 2017.

RODRIGUES, R.A. Os caçadores-ceramistas do sertão paulista: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no vale do rio Feio/Aguapeí. 2007. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

ROHR, João A. Os sítios arqueológicos do Planalto Catarinense, Brasil. Pesquisas, Antropologia, 24, São Leopoldo, IAP –UNISINOS. 72p. 1971.

RYE, O.S. 1981 Pottery technology. Principles and reconstruction. Manuals on Archaeology, Washington DC, Smithsonian Inst. Press.

RICE, P. 1987. Pottery analysis: a sourcebook. Chicago: University Press of Chicago.

SALDANHA, João. Paisagem, Lugares e Cultura Material: Uma Arqueologia Espacial nas Terras Altas do Sul do Brasil. Dissertação de Mestrado, PUCRS: Porto Alegre: 177p. 2005.

SANTOS, Silvio Coelho dos. Educação e sociedades tribais. Porto Alegre: Movimento, 1975. 92f.

SANTOS, Silvio Coelho dos. Índios e brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Edeine, 1973. 313p.

SCHIFFER, M.B. & SKIBO, J., Theory and Experiment in the Study of technical change. In: M.B. Schiffer (Ed.) Technological Perspectives on Behavioral Change. Tucson, University of Arizona Press, p. 40-76, 1992.

SCHMITZ, Pedro I. 1988. As tradições ceramistas do planalto sul-brasileiro. Arqueologia do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, n. 2, p. 74- 130.

SCHMITZ, P. I., VERARDI, I., DE MASI, M. a. N., ROGGE, J. H. & Jacobus, A. L. 1993. O Sítio da Praia das Laranjeiras II. Uma Aldeia de Tradição Ceramista Itararé. Pesquisas: Antropologia, 49: 1-181.

SCHMITZ, Pedro I.; BECKER, Ítala. 2005. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a tradição Taquara. A. In: Pré-História do Rio Grande do Sul- Documentos 05 (2º ed). Org: Pedro Ignácio Schmitz. Instituto Anchieta de Pesquisas – UNISINOS, São Leopoldo, RS. Brasil, p. 65-100.

SCHMITZ, Pedro I.; ROGGE, Jairo. H. 107 ‘casas subterrâneas’ no início do povoamento Jê Meridional em Santa Catarina: Rincão dos Albinos. . Revista do MAE, n. 21, p. 185-203, 2011.

SCHMITZ, Pedro I. et al. 2010. Casas Subterrâneas no planalto de Santa Catarina: São José do Cerrito. Pesquisas, Antropologia nº68. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas p.7-78, 2010.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Algumas datas de carbono 14 de casas subterrâneas no planalto do Rio Grande do Sul. Pesquisas, antropologia, v. 20, p. 163-7, 1969.

SCHMITZ, Pedro I. et al., 2002. O projeto Vacaria: Casas Subterrâneas no Planalto Rio-Grandense. Pesquisas, Antropologia, 58:11-105.

SCHMITZ, P. I. et al. Rincão dos Albinos: um grande sítio Jê meridional. *Pesquisas. Antropologia*, n. 70, p. 65-131, 2013.

SERRANO, Antonio. *Etnografia de la Antigua Provincia del Uruguay*. F. Melchior, Paraná, 1936.

SEVERO, Diego Fernandes Dias. *Chefia, Parentesco e Alteridade: um estudo etnológico do sistema dualista e do poder político kanhgág*. Pelotas: PPGANT (Tese de Doutorado), 2020, p. 64-130.

SHEPARD, A.O. 1971. *Ceramics for the archaeologist*. Washington: Carnegie Institution of Washington

SILVA, Cunha. SILVA, Fabíola. 2015. *Etnoarqueologia Cerâmica e Arqueometria: Radiografia de Raios X na análise de objetos cerâmicos dos Asurini do Xingu*. *Arqueometria para Bens Culturais* – v. 28, n. 43. 2015.

SILVA, Fabíola A. As cerâmicas dos Jê do Sul do Brasil e seus estilos tecnológicos: elementos para uma etnoarqueologia Kaingang e Xokleng. *Revista do CEPA, Santa Cruz do Sul*, v.23, p.57-73, jul/dez, 1999.

SILVA, Fabiola A. NOELLI, Francisco. História indígena e arqueologia: Uma reflexão a partir dos estudos sobre os Jê Meridionais. *R. Museu Arq. Etn.*, 27: 5-20, 2016

SILVA, Sergio Baptista. *Etnoarqueologia dos Grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais*. 2001. 367f. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SILVA, Sergio Baptista da. 2002. Dualismo e Cosmologia Kaingang: O xamã e o domínio da floresta. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Ano 8, n. 18, p. 189-209, dezembro de 2002.

SOARES, Manoella S. *Geoquímica de Solos Arqueológicos na Identificação de Áreas de Atividades: um quadro geográfico para o Sítio Bonin/SC*. 2019. 211f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

DE SOUZA, Jonas Gregorio. *Pathways to power in the southern Brazilian highlands: Households, communities and status at Southern Proto-Jê pit house settlements*. 2017. 404f. University of Exeter as a thesis for the degree of Doctor of Philosophy in Archaeology. 2017.

DE SOUZA, Jonas Gregorio. A cerâmica de Tradição Itararé-Taquara (RS/SC/PR) e a difusão das línguas Jê Meridionais: uma análise dos dados. 2009. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SPRENGER, Ana C. Entre os meandros do rio e as profundezas do vale: análises e reflexões sobre a cerâmica Jê do Sul, sítio Bonin/SC. 2020. 94f. Trabalho de conclusão de curso – Antropologia - Linha de formação Arqueologia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

TSCHUCAMBANG, Josiane 2020. Ouvir os velhos, aprender com eles: memórias, histórias e conhecimentos dos anciões da Terra Indígena Xokleng/Laklãnõ. Trabalho de Conclusão de Curso: Licenciatura Intercultural Indígena, UFSC. 2020.

TOMMASINO, Kimiye. Homem e natureza na ecologia dos Kaingang na bacia do Tibagi. In: Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang. Org: Kimiye Tomassino, Lúcio Tadeu Mota e Francisco Noelli. Londrina, EDUEL, 2004.

VEIGA, Juracilda. 2000a. Cosmologia e práticas rituais Kaingang, Parte II. 2000. 367F. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2000.

VEIGA, Juracilda. Cosmologia Kaingang e suas práticas rituais. In: Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang. Org: Kimiye Tomassino, Lúcio Tadeu Mota e Francisco Noelli. Londrina, EDUEL, 2004.

VIDAL, Lux; SILVA, Aracy da. O sistema de objetos nas sociedades indígenas: arte e cultura material. 1995. In: A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Org. Aracy Lopes da Silva e Luís Donizete Benzi Grupioni — Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.369-407.

Anexo I

CODIFICAÇÃO DA FICHA DE ANÁLISE DE MATERIAL CERÂMICO

Dados gerais

CAT – Número de catálogo

QUA – Quadricula

NIV – Nível

CLA - Classe

- | | |
|--|--------------------------|
| 1. Fragmento de parede | 5. Afiador cerâmico |
| 2. Fragmento de borda | 6. Bolota de argila |
| 3. Fragmento de base | 7. Fragmento de cachimbo |
| 4. Forma completa (mais de 50% do vasilhame) | 10. Telha Histórica |
| | 99. Sem leitura |

ESP - Espessura da peça (medido em mm)

COM - Comprimento da peça (medido em mm)

LAR - Largura da peça (medido em mm)

Dados da borda, forma do vaso e lábio

DIB - Diâmetro da borda

Medido em centímetros com auxílio do ábaco

FOB – Forma da Borda

- | | |
|-----------------|--------------|
| 1. Direta | 5. Contraída |
| 2. Inletida | 6. Carenada |
| 3. Extrovertida | |
| 4. Cambada | |

TIB – Tipos de Borda

- | | |
|------------------------------|----------------------|
| 1. Simples | 5. Com marca angular |
| 2. Reforçada interna | |
| 3. Reforçada externa | |
| 4. Com reforço interno longo | |

FOV – Forma do vaso

- | | |
|------------|-------------|
| 1. Aberto | 3. Paralelo |
| 2. Fechado | |

FOL – Forma do lábio

- | | |
|----------------|----------|
| 1. Apontado | 5. Plano |
| 2. Arredondado | |
| 3. Biselado | |
| 4. Expandido | |

ELA - Espessura do lábio

Medido em milímetros

Dados da base

DBA – Diâmetro da Base

Medido em centímetros com auxílio do ábaco

FBA – Forma da base

- | | |
|------------------|------------------|
| 1. Bi-Plana | 3. Plano convexa |
| 2. Plano côncava | 4. Côncava plana |

5. Convexa plana
6. Bi-Côncava
7. Côncava convexa
8. Convexa côncava

9. Bi-Convexa

Dados tecnológicos

ANT – Antiplástico

1. Mineral
2. Mineral e Caco moído
3. Mineral e Vegetal
4. Mineral e Carvão
5. Mineral e Hematita
7. Mineral, Caco moído e Vegetal

9. Mineral, Caco moído e Carvão
10. Mineral, Caco Moído e Hematita
11. Mineral, Hematita e Vegetal
99. Sem Leitura

FAN – Frequência do antiplástico

1. Pouco antiplástico: pasta muito plástica (10% ou menos de antiplástico)
2. Presença mediana: pasta plástica (de 10 a 30% de antiplástico)
3. Abundância de antiplástico: pasta seca (mais de 30% de antiplástico)

TAN – Tamanho do Antiplástico Tamanho máximo de cada antiplástico

1. Mineral fino (até 2mm)
2. Mineral médio (de 2 – 4mm)
3. Mineral grosso (mais que 4mm)
4. Mineral fino e médio

5. Mineral fino e grosso
6. Mineral médio e grosso
7. Mineral Fino, médio e grosso

TEC – Técnica de Construção

1. Acordelada
2. Modelada
3. Moldado
4. Acordelada e Modelada

5. Torneado
99. Sem Leitura

QUE – Queima

1. Oxidação completa - Seção transversal sem presença de núcleos, com cor uniforme variando do laranja tijolo ao amarelo.
2. Oxidação completa - Seção transversal sem presença de núcleos, com cor uniforme variando do cinza claro ao pardo.
3. Oxidação Incompleta 1 - Seção transversal com presença de núcleo central escuro e uma camada interna e externa clara (sanduiche).
5. Oxidação Incompleta 2 - Seção transversal com uma camada clara na parte externa e uma camada escura na parte interna.
6. Oxidação incompleta 3 - Seção transversal com uma camada escura na parte externa e uma camada clara na parte interna.
7. Oxidação incompleta 4 - Seção transversal com presença de núcleo central espesso e camadas claras e finas externa.

TSU – Tratamento de superfície

1. Ausente
2. Alisado interno
3. Alisado externo
4. Alisado interno e externo
5. Banho interno
6. Banho externo
7. Banho interno e externo
8. Esfumaramento interna com brunidura (Tratamento feito por meio de queima e esfumacamento dando um efeito vítreo enegrecido)
10. Esfumaramento externa com brunidura

11. Esfumaramento interna e externa com brunidura
12. Brunidura interno (polimento intenso que apresenta uma superfície vítrea, mas preservando a cor da argila)
13. Brunidura externo
14. Brunidura interno e externo
15. Esfumaramento externo sem brunidura
99. Sem leitura

INU – Instrumento utilizado

1. Polpa do dedo
2. Unha (ungulado)
3. Esteco de oleiro (espátula)
4. Instrumento esferóide liso (seixo, cabaça)
5. Instrumento rombudo (incisões e ponteados côncavos)
6. Instrumento pontudo (incisões e ponteados cônicos)
7. Sabugo/palha trançada (escovado)

Dados de decoração**TDE – Tipo de Decoração**

- | | |
|----------------------|----------------------|
| 1. Ausente | 22. Plástica externa |
| <u>2. Plástica</u> | |
| 21. Plástica interna | |

DPE – Decoração Plástica Externa

- | | |
|-----------------------------|----------------------------------|
| 1. Ausente | <u>14. Inciso</u> |
| <u>3. Corrugado</u> | 141. Inciso linear simples |
| 31. Clássico | 143. Inciso assimétrico |
| 38. Ungulado | 144. Inciso linear intercruzado |
| <u>4. Digitado</u> | 147. Inciso linear em ziguezague |
| <u>5. Digitado Ungulado</u> | 149. Inciso em X |
| <u>8. Ungulado</u> | <u>15. Escovado</u> |
| <u>11. Ponteados</u> | 151. Longitudinal |
| 111. Clássico | 152. Perpendicular |
| <u>12. Estampado</u> | 153. Oblíquo |
| | 154. Assimétrico |

Marcas**MAU – Marcas de Uso**

1. Ausente
2. Fuligem na superfície externa
3. Depósitos de carbono na superfície interna
4. Depressões circulares causadas por líquidos na face interna
5. Depressões circulares densas causadas por abrasão no preparo de alimentos
6. Desgaste por atrito na parte superior da borda interna
7. Descamação na parte interna
8. Mancha de oxidação por calor do fogo
9. Fuligem interna
10. Fuligem interna e externa
11. Desgaste Interno
99. Sem leitura

FPD – Fatores Pós-Deposicionais

- | | |
|-------------------------------|-----------------------------------|
| 1. Ausente | 8. Fissuras/Rachaduras |
| 2. Limo | 9. Desgaste e fissuras/rachaduras |
| 3. Desgaste externo | 10. Fuligem na Quebra |
| 4. Descamação | 11. Fuligem interna e rachaduras |
| 5. Crosta preta | 99. Sem leitura |
| 6. Desgaste interno | |
| 7. Desgaste externo e interno | |